

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

PATRÍCIA DA SILVA

**EXPRESSÕES DO PRECONCEITO RACIAL E DO RACISMO NO CONTEXTO DA
POLÍTICA DE COTAS RACIAIS: A INFLUÊNCIA DAS NORMAS SOCIAIS E DA
IDENTIDADE SOCIAL**

**SALVADOR
2014**

PATRICIA DA SILVA

**EXPRESSÕES DO PRECONCEITO RACIAL E DO RACISMO NO CONTEXTO DA
POLÍTICA DE COTAS RACIAIS: A INFLUÊNCIA DAS NORMAS SOCIAIS E DA
IDENTIDADE SOCIAL**

Tese apresentada por Patrícia da Silva ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia para obtenção de título de Doutora em Psicologia Social.

Área de Concentração: Cognição e Representações Sociais

Orientador: Prof.º Dr.º Marcos Emanuel Pereira

**SALVADOR
2014**

Autorizo a divulgação total ou parcial deste trabalho, por meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos ou pesquisas, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação
Biblioteca Universitária Isaias Alves
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

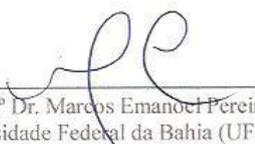
S586 Silva, Patrícia da
Expressões do preconceito racial e do racismo no contexto da política de cotas raciais: a influência das normas sociais e da identidade social / Patrícia da Silva. – 2014.
241 f. :il.

Orientador: Prof^o Dr^o Marcos Emanuel Pereira
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2014.

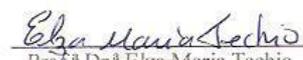
1. Racismo - Educação. 2. Programas de ação afirmativa na educação.
3. Identidade social. 4. Discriminação na educação. I. Pereira, Marcos Emanuel
II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 379.26

Banca Examinadora



Prof.º Dr. Marcos Emanuel Pereira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof.ª Dr.ª Elza Maria Techio
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof.º Dr. Raimundo Cândido de Gouveia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof.ª Dr.ª Sheyla Chistine Santos Fernandes
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Prof.º Dr. Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Agradecimentos

Aos meus pais, José Carlos e Maria Lúcia, que me educaram e foram fundamentais para o meu desenvolvimento pleno.

Aos meus irmãos, Alexandre, Kelly, Harisson e Wesley por serem como são e por me apoiarem sempre.

Aos meus sobrinhos, que neste percurso, ficaram várias vezes sem a tia Pá, Stefany; Thiago; Ana Beatriz; Camilly e Jhonny.

A Andrade, meu grande amor, por todo amor, carinho e estímulo, sempre me apoiando para que não desistisse dos meus ideais.

Ao Prof. Dr. Marcos Emanuel, meu orientador, pelo apoio, paciência inesgotável e contribuições precisas para concretização desse trabalho e para o meu desenvolvimento profissional.

A todo o corpo docente do programa de pós-graduação em Psicologia da UFBA pelas prestimosas aulas.

E aos meus colegas de turma principalmente a Cynara; Paula; Magno e Adalene.

Ao meu amigo André Faro, pelo companheirismo em vários momentos do doutorado.

À Fapesb pela bolsa de estudos concedidas nos primeiros anos do doutorado.

À CAPES pela bolsa de doutorado, modalidade sanduiche, na Universidad Complutense de Madrid (UCM).

Ao Prof. Dr. José Luis Álvaro Estramiana, orientador na UCM, pelas contribuições para melhoria desse trabalho.

Aos professores e estudantes que reservaram um momento do seu tempo para aplicação e respostas aos questionários.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para construção desse trabalho.

DEDICATÓRIA

A todos que lutam cotidianamente contra o preconceito racial e racismo.

Eu lutei contra a dominação branca, e eu lutei contra a dominação negra. Eu nutri o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas vivem juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver para alcançar. Mas, se for preciso, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer

Nelson Mandela

Resumo

O objetivo do presente trabalho foi analisar a influência da identidade e das normas sociais na expressão do preconceito no contexto de implantação de cotas nas universidades. Trata de uma pesquisa quantitativa (tipo *survey*), para verificar influência das variáveis identitárias (autocategorização; identificação e percepção de proximidade com os negros) e normativas (normas sociais, motivações para controle do preconceito e orientação a dominância social) na relação entre o contexto de implantação das cotas (variável independente) e as expressões do preconceito racial e do racismo (variável dependente). E o efeito do preconceito (variável independente) sobre a adesão as cotas raciais (dependente). A coleta de dados foi feita em três universidades do nordeste do Brasil, das quais uma já havia adotado as cotas raciais, a outra possuía um tipo de bonificação (AI) sem conotação racial e a outra não tinha nenhum tipo de ações afirmativas ou cotas. Participaram da pesquisa 940 estudantes universitários, 40,1% do sexo feminino e 59,9% do sexo masculino, quanto cor 17,1% se consideraram negros e 79,3% brancos. A renda média foi de R\$ 6.053,45. Os estudantes estavam vinculados aos cursos mais concorridos das áreas de humanas, exatas e da saúde. Constatamos o efeito da identidade racial e das normas sociais nas expressões do preconceito no contexto de cotas para negros nas universidades. O efeito do preconceito também é marcante para adesão a política de cotas para negros nas universidades.

Palavras chaves: preconceito racial e racismo; identidade; normas sociais e cotas raciais

Abstract

The objective of this study was to analyze the influence of identity and social norms in the expression of prejudice in the context of quota implementation in universities. This quantitative research (survey type) , to verify the influence of identity (auto-categorization, identification and perceived closeness to blacks) and normative variables (social norms, motivations to control prejudice and social dominance orientation) in the relationship between context deployment of quotas (independent variable) and the expressions of racial prejudice and racism (dependent variable) . Moreover, the effect of prejudice (independent variable) on the accession racial quotas (dependent). Data collection was done in three universities in northeastern Brazil, one of which had already adopted racial quotas, the other had a kind of bonus (AI) without racial connotations and the other did not have any kind of affirmative action or quotas. Participated in the study 940 university students , 40.1 % female and 59.9 % male , 17.1% as color is considered black and 79.3 % white . The average income was R \$ 6,053.45. Students were linked to the busiest areas of humanities, hard sciences and health courses. We found the effect of racial identity and social norms in the expressions of prejudice in the context of quotas for blacks in universities. The effect of prejudice is also remarkable for adherence to quotas for blacks in universities policy.

Keyword: racial prejudice and racism; identity; social norms and racial quotas

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE SIGLAS	XV
RESUMO	XVI
ABSTRACT	XVII
INTRODUÇÃO	15
2. Preconceito e Racismo: Percorso Teórico e Delimitação Conceitual	18
2.1 Níveis de análises do preconceito e racismo	22
2.2 Novas formas de expressões do preconceito	28
3. Preconceito Racial e Racismo Influência da Identidade e das Normas Sociais	33
3.1. Processos identitários e construção da identidade	38
3.1.1 Identidade pessoal e identidade social?	38
3.1.2 Identidade social, pertença grupal e relações intergrupais	40
3.1.3 Identidade social e identidade racial	48
3.1.4 A questão racial no brasil.....	55
3.2 Normas sociais e Preconceito racial.....	58
3.2.1 Processo de miscigenação, ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial	60
4. As Políticas de Ações Afirmativas: Favorecimento Grupal	66
4.1. Viés endogrupal e políticas de ações afirmativas	72
4.2. Políticas de cotas para negros na universidade pública brasileira	76
PARTE 2	
5. Proposta de um Modelo Analítico para o Estudo do Preconceito Racial	91
5.1 Objetivos	91
5.2 Modelo Analítico	93
5.3 Hipóteses.....	95
5.4 Método	100
5.4.1 Tipo de Pesquisa	100
5.4.2. Participantes	100
5.4.3. Contexto	103
5.4.4. Procedimentos.....	105
5.4.5. Instrumentos	107
6. Análises e Discussão dos Resultados	114
6.1 Efeitos do contexto nas atitudes positivas e negativas, nas expressões explícitas e implícitas do preconceito racial.....	116
6.2 Efeitos do contexto e das variáveis identitárias nas atitudes positivas, expressões explícitas e implícitas do preconceito racial	135
6.2.1 Efeitos do contexto e da Autocategorização (cor de pele)	136
6.2.2 Efeitos do contexto e da Identificação Racial	140
6.2.2 Efeitos do contexto e da Percepção de Proximidade com Negros.....	145

6.3 Efeitos do contexto e das variáveis Motivacionais, Normativas, e Ideológicas nas diversas manifestações do preconceito racial	155
6.3.1 Efeitos das Variáveis Motivacionais	156
6.3.2 Efeitos das Variáveis Normativas	164
6.3.3 Efeitos da Orientação à Dominância Social.....	172
6.4 Cotas Raciais: preconceito racial e racismo	177
6.4.1 Efeito do preconceito racial e do racismo na aceitação das cotas.....	176
6.4.2 Efeito do preconceito racial na atribuição de justiça às cotas raciais.....	180
6.4.3 Argumentos sobre as cotas	181
6.5.1 Estereótipos atribuídos aos Negros	186
6.4.2 Estereótipos atribuídos Brancos.....	189
6.4.3 Estereótipos atribuídos aos Cotistas	192
7. Considerações Finais	195
8. Referências	202
Anexos.....	226
Anexo 1 – Questionário sócio demográfico.....	227
Anexo 2 – Índice Identificação racial	228
Anexo 3 – Avaliação dos estereótipos	229
Anexo 4 – Avaliação de contato.....	230
Anexo 5 – Escala das normas do igualitarismo e da meritocracia.....	231
Anexo 6 – Escalas do Preconceito Sutil e Preconceito Flagrante.....	233
Anexo 7 – Escala de Orientação à Dominância Social	235
Anexo 8 – Escala Pro-negro e Antinegro.....	236
Anexo 9 – Escala do Racismo Moderno.....	238
Anexo 10 – Escala de motivações para controle do preconceito.....	239
Anexo 11 – Posicionamento e avaliação de justiça em relação às Política de Cotas ...	240
Anexo 12 – Termo de consentimento livre e esclarecidos.....	241

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: proposta de um modelo analítico para o estudo do preconceito racial e do racismo.....	98
Figura 2: Efeito do contexto e da área do conhecimento na expressão do preconceito flagrante.....	126
Figura 3: Efeito de interação entre o contexto e a renda nas expressões do preconceito sutil.....	128
Figura 4: Efeitos do contexto e do sexo nas expressões do racismo	130
Figura 5: Percentuais médios estimados de pessoas negras na família, amigos, colegas da universidade e brasileiros em função da autocategorização racial	150
Figura 6: Efeito do contexto e da proximidade interpessoal no preconceito flagrante.	154
Figura 7: Médias das atitudes positivas em função das motivações internas	160
Figura 8: Médias do racismo em função das motivações externas	165
Figura 9: Médias do racismo em função do contexto e da norma do igualitarismo	173
Figura 10: Efeito do contexto e do individualismo meritocrático no racismo.....	174
Figura 11: Médias das atitudes positivas e negativas em função da Orientação a Dominância Social	177
Figura 12: Dendograma de classes sobre os argumentos em relação à política de cotas para negros nas universidades públicas	186
Figura 13: Árvore máxima dos estereótipos positivos atribuídos aos negros	189
Figura 14: Árvore Máxima dos estereótipos negativos atribuídos aos negros.....	191
Figura 15: Árvore Máxima dos estereótipos positivos atribuídos aos brancos	192
Figura 16: Árvore máxima dos estereótipos negativos atribuídos aos brancos	193
Figura 17: Árvore Máxima dos atributos positivos dos cotistas	195
Figura 18: Árvore Máxima dos atributos negativos dos cotistas	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Médias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento nas expressões das <i>atitudes positivas</i> .	121
Tabela 2: Médias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento nas expressões das <i>atitudes negativas</i> .	123
Tabela 3: Médias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento na expressão do <i>preconceito sutil</i> .	129
Tabela 4: Médias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento na expressão do <i>racismo moderno</i> .	131
Tabela 5: Análise de regressão da identificação racial e atitudes negativas.	145
Tabela 6: Médias e desvios padrões (em parênteses) das <i>atitudes negativas</i> em função do contexto e da percepção de proximidade interpessoal com negros.	152
Tabela 7: Médias e desvios padrões (em parênteses) das <i>atitudes negativas</i> em função do contexto e da percepção de proximidade social com negros.	153
Tabela 8: Médias e desvios padrões (em parênteses) das <i>atitudes negativas</i> em função do contexto e das <i>motivações externas</i> de controle do preconceito.	162
Tabela 9: Médias e desvios padrões (em parênteses) do <i>preconceito flagrante</i> em função do contexto e das <i>motivações externas</i> de controle do preconceito	163
Tabela 10: Médias e desvios padrões (em parênteses) do <i>preconceito flagrante</i> em função do contexto e da norma do igualitarismo.	171
Tabela 11: Médias e desvios padrões (em parênteses) do <i>preconceito flagrante</i> em função do contexto e da norma meritocrática.	178
Tabela 12: Análise de regressão logística da relação entre o preconceito racial no posicionamento as cotas raciais.	182
Tabela 13: Análise da regressão da relação entre as diversas medidas de preconceito e racismo e a atribuição de justiça a reivindicação às cotas raciais.	183

Lista de Siglas

DP – Desvio padrão

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

M – Média

ONU – Organização das Nações Unidas

PENAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

R^2 – Correlação Múltipla Quadrada

UCE – Unidade de Contexto Elementar

UCI – Unidade de Contexto Inicial

UCM – *Universidad Complutense de Madrid*

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO – *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

INTRODUÇÃO

Que o preconceito racial e o racismo contra os negros persistem, apesar das proibições e punições legais, isso já se sabe. Que são expressos de formas menos evidentes, veladas, sutis e cordiais, isso também há muito se denuncia. O que parece não ser foco da atenção de diversos estudos é o fato de que esses fenômenos podem perder suas vestimentas e camuflagens se vivenciados em contextos que promovam a competição intergrupala, a exemplo da adoção de cotas raciais no vestibular das universidades públicas.

O processo seletivo para entrada nas universidades públicas é caracterizado pela norma da meritocracia que, baseando-se no mérito como forma de obtenção de posição privilegiada e hierárquica, torna apto(a) a frequentar a universidade aquele(a) que conseguir atingir os resultados esperados.

O vestibular é, nesse contexto, promotor de competição por vagas limitadas, podendo produzir conflito na medida em que, junto a essa concorrência simultaneamente, venha a se introduzir um favorecimento explícito a determinado grupo, podendo, inclusive, gerar preconceito intergrupala.

O preconceito intergrupala é caracterizado pela hostilidade que emerge de julgamentos sobre as posições na ordem social que os membros do endogrupo (grupo de pertença) venham a ocupar, por direito, em relação aos membros do exogrupo (grupo externo), podendo gerar discriminação baseada na percepção de ameaça a interesses materiais.

O contexto de favoritismo grupala, potencial gerador de conflitos intergrupais explícitos - a exemplo do fenômeno da política de cotas para negros nas universidades públicas - pode ser pensado como cenário propício para que as expressões do preconceito tradicional venham às claras, a despeito das proibições legais.

Seguindo essa linha de raciocínio, as cotas raciais teriam um efeito paradoxal, pois, se de um lado procuram amenizar as diferenças socioeconômicas, promovendo a ascensão material e simbólica dos grupos minoritários, por outro, trazem à tona expressões mais evidentes de preconceito, que há muito vêm sendo combatidas mediante proibições legais.

Longe de uma posição contrária à política de cotas raciais nas universidades, o presente trabalho a aborda como um contexto favorável aos grupos minoritários e, portanto, calcado na teoria do conflito real (Sherif, 1966), cuja ideia da privação relativa desencadearia um processo de conflito intergrupar entre brancos e negros – seja como justificativa de manutenção do *status quo* do grupo hegemônico (brancos), seja como reivindicação de aplicações concretas dos princípios equitativos e redução das desigualdades sociais pelo grupo minoritário (negros) – pretende-se, dentro desse cenário, explicitar a permanência de preconceito e discriminação a que estão sujeitos diariamente os negros e mestiços brasileiros (Silva & Silva, 2012).

Por outro lado, a expressão do preconceito racial, mesmo no contexto de favoritismo grupal (cotas raciais), será moderada por fatores psicossociais (sexo, renda e área de conhecimento), pelos aspectos relativos à identidade social e identificação racial e pela adesão às normas sociais dos atores envolvidos neste embate.

Nos questionamos, qual seria o papel das normas sociais e da identidade racial, no contexto do favorecimento das minorias raciais, na expressão do preconceito no Brasil? Poderia se pensar que parte do problema decorrente das ações afirmativas deva-se a fenômenos de natureza intergrupar, como a influência da assunção de uma identidade social sobre o favoritismo endogrupar?

No caso do presente estudo, isso significa investigar a influência da identidade racial e das normas sociais dos indivíduos nas expressões do preconceito racial e do racismo no contexto do favorecimento das minorias.

O trabalho está estruturado em duas partes: a primeira, referente aos aspectos teóricos, a segunda, referente ao método, resultados e discussões.

No capítulo 2, mediante percurso teórico e delimitação conceitual, abordamos o preconceito racial e o racismo, seus níveis de análise e as novas formas de expressões a eles relacionadas.

No capítulo 3, tratamos da influência da identidade social e das normas sociais sobre o preconceito racial e racismo. No que se refere à identidade, especificando o contínuo entre identidade pessoal e identidade social; a relação da identidade social com a pertença grupal e as relações intergrupais; por fim, descrevendo um panorama da identidade racial no contexto brasileiro. No que se refere às normas sociais, tratamos da influência das normas da meritocracia e do igualitarismo, da ideologia do branqueamento, do processo de miscigenação e do mito da democracia racial.

O capítulo 4 traz as políticas de ações afirmativas vistas sob a ótica do favorecimento grupal, respaldadas na análise do viés endogrupal e situadas no contexto brasileiro.

Na segunda parte, são apresentados os objetivos, as hipóteses de trabalho e os aspectos metodológicos, os resultados e discussões, e as considerações finais.

2. Preconceito e racismo: percurso teórico e delimitação conceitual

O silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava (Chauí, 2001, p.25)

O fenômeno do preconceito precisa ser constantemente estudado e combatido. Ao tratar do tema, há urgência em compreendê-lo e denunciar sua permanência, que, apesar de sutil, cordial e discreta, carrega no cerne a depreciação e privação dos grupos alvos aos meios materiais e simbólicos, promotores do desenvolvimento pessoal, profissional e redução das desigualdades sociais.

O preconceito é um fenômeno atual, complexo e socialmente relevante, por estar relacionado com a exclusão social e a discriminação (Pettigrew, 2008). Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar o seu estudo, de maneira a torná-lo perceptível e, portanto, “desmascarar” o discurso, justificativas e ideologias subjacentes à sua manutenção.

A complexidade no diagnóstico e percepção das expressões do preconceito reside, de um lado, na compreensão de que “a maior parte das relações intergrupais são desiguais em status e poder” (Brown, 1995, p. 197), de outro, na constatação de que a existência de grupos sociais ou raciais e distinções entre grupos de pertença e grupo externo, por si só, não geram processos preconceituosos ou discriminatórios.

Ante a aparente antinomia, faz-se necessário fundar bases sólidas, delimitar conceitos e eleger critérios. Nesse sentido, conforme Allport (1954/1979), para que um fato se configure como preconceito, dois aspectos essenciais devem ser considerados: 1) a existência de hostilidade e rejeição; 2) que a base para a hostilidade e a rejeição seja categorial.

Além dos aspectos delimitadores, faz-se extremamente pertinente o esclarecimento conceitual, dadas as constantes confusões, das diferenças entre três construtos imbricados nas análises provenientes das distinções e relações intergrupais: preconceito, conceito de “raça”, preconceito racial e racismo.

Allport (1954/1979) considera que as pessoas podem ser preconceituosas contra ou a favor de outrem, mesmo que não tenham fundamentos suficientes. O preconceito visto enquanto predisposições *pro* ou *contra* determinados indivíduos, apenas por serem membros de um grupo, seria “um sentimento, favorável ou desfavorável, com respeito a uma pessoa ou coisa, anterior a uma experiência real ou não basear-se nela” (New English Dictionary, *apud* Allport, 1954/1979).

O interesse maior de Allport (1954), contudo, era estudar as predisposições negativas que podem ser direcionadas a diversos membros, dos mais diversos grupos. Assim, considerando a existência de inúmeros grupamentos, há, por consequência, uma infinidade de preconceitos negativos. Dentre tantos outros, há o preconceito por sexo, denominado sexismo; o preconceito por orientação sexual, denominado homofobia, e o preconceito em relação ao estrangeiro, denominado xenofobia.

Uma forma peculiar do preconceito é o racial, caracterizado por uma distinção entre os grupos baseada nas características físicas ou fenotípicas. O preconceito racial ou étnico é necessariamente negativo e, portanto, se caracteriza por uma atitude hostil, dirigida ao membro de um grupo desvalorizado socialmente, pelo simples fato de pertencer a esse grupo, associada à presunção de que esse membro teria as mesmas qualidades atribuídas ao grupo de pertença (Allport, 1954/1979).

O racismo, por sua vez, não se restringe aos aspectos atitudinais. Ele engloba processos hierarquizadores de exclusão e discriminação social, institucional e cultural (Jones, 1973), baseados em características físicas ou fenotípicas dos grupos minoritários

resignificadas em características internas (subjetivas) ou culturais. Possui, assim, um caráter essencialista e naturalista, distinto do preconceito, que se restringe basicamente a atitudes contra membros dos grupos minoritários (Lima & Vala, 2004).

No entanto, o racismo acrescenta ao preconceito algumas construções: primeiro, que a base para caracterizar o grupo é racial – raça é um construto biológico; segundo, o racismo tem como premissa necessária a superioridade da própria raça e; terceiro, o racismo racionaliza práticas institucionais e culturais que formalizam a dominação hierárquica de um grupo racial sobre outro (Jones, 1973).

Contudo, considerada a inexistência de raças humanas baseadas numa dimensão biológica¹², todas as teorias que correlacionam dimensões culturais, físicas e escalas hierárquicas entre tipos humanos não se sustentam. Por outro lado, a terminologia “raça” utilizada em diversos campos do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia e ciência política, tem uma conotação mais abrangente do que aquela do referencial biológico. Portanto, para perspectiva sócio-cognitiva:

a raça deve ser entendida como um fenômeno social *sui generis*, em que sistemas contestados de significação servem como conexões entre características físicas, rostos e características pessoais. [...] Raça não é nem uma essência nem uma ilusão, mas sim um processo contínuo, contraditório, de auto-reforço, processo sujeito a plasticidade para as forças macro de luta social e política e os efeitos de micro decisões diárias (López, 2013, p.240).

Pode-se dizer que a persistência no uso da terminologia “raça” se dá por dois motivos: o primeiro, da ordem das ideologias racistas (ostensivas, intolerantes e

¹“A biologia e antropologia física criaram a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos [...] isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência” (Guimarães, 2008:64)

²“a ciência ainda não identificado um conjunto de genes que correspondem com as concepções sociais de raça”. Blank, Dabady & Citro (2004).

agressivas) e o segundo, decorrente dos movimentos sociais dos grupos minoritários (recriação de uma perspectiva racializada, com intuito de combater o racismo).

contudo o conceito de raça torna-se socialmente significativo quando os membros de uma sociedade rotineiramente dividem as pessoas em grupos com base na posse de características... utilizadas para estabelecer categorias raciais em que as pessoas são classificadas com base em seu próprio país ou seus antepassados às características físicas e quando, por sua vez, estas categorizações induzir diferentes percepções sociais, atitudes e comportamentos em relação a cada grupo. (Blank, Dabady & Citro, 2004).

Neste sentido, a “raça” serve como processo de categorização racial e consequente promotor de identidade social/racial tanto para brancos quanto para negros. Portanto, “não são só os negros que encontram suas identidades mediadas por raça ou que estão implicados na construção e manutenção de construtos raciais. A identidade branca é tanto uma invenção racial, e brancos são igualmente, ou até mais altamente, implicados na preservação do *status quo* racialmente construído” (López, 2013, p.240).

Tendo em vista diferentes motivações para uso do termo “raça”, seja socialmente ou no plano dos trabalhos científicos e acadêmicos, alguns teóricos atribuem seu uso à promoção de concepções racistas das relações sociais e às práticas do racismo (Gilroy, 2001; Miles, 2000; Azevedo, 2004). Outros, ao contrário, salientam que refutar a ideia de raça diante dos fatos sociais tem servido somente à manutenção da desigualdade racial (Winant, 2000; Guimarães, 1999).

Toda forma de pensamento racista possui uma fundamentação racializada, embora uma forma de pensamento racializado não precise necessariamente ser racista. Pelo contrário, o racismo antirracista reconhece que a realidade das raças é, antes, social, política e cultural, é geradora de dinâmicas sociais correspondentes que produzem iniquidades de acordo com os portadores das distintas aparências ou marcas raciais

(Guimarães, 1999, 2002).

A raça³ vista como uma construção social deve ser estudada pela sociologia, ciências sociais ou a psicologia no campo das identidades sociais. Neste sentido, se fala de cultura e de cultura simbólica, onde pode-se dizer que “raças” são efeitos de discursos (Wade *apud* Guimarães, 2008) que as sociedades humanas constroem acerca das suas origens e sobre a transmissão de essências e gerações (Guimarães, 2008).

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas em raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1995), tendo os censos e pesquisas amostrais sobre a população brasileira como provas empíricas da existência das assimetrias raciais (Paixão & Carvano, 2008).

2.1 Níveis de análise do preconceito e do racismo

O preconceito, inicialmente, foi alvo de pesquisas que tentavam justificar a discriminação, afirmando que ela se daria por diferenças inatas. Jensen (1968), por exemplo, afirmou que negros, em relação ao QI, são geneticamente inferiores aos brancos.

Atualmente, os estudos sobre racismo têm se preocupado em analisar os conflitos raciais com o objetivo de demonstrar os erros e refutar as ideologias racistas anteriormente divulgadas (Carneiro, 1988). Hoje se vê que suposições sobre características psicológicas e sociais baseadas na cor de pele são infundadas.

³ Segundo, Guimarães (2008:66), raças para sociologia “são discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc. pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)”.

O preconceito ou mesmo o racismo não são fenômenos inatos, considerando que o ser humano não nasce preconceituoso, mas sim fenômenos políticos, sociais e/ou econômicos, utilizados pelos sujeitos para justificar seus interesses, exploração econômica, ou para a dominação política (Carneiro, 1988).

O preconceito racial e o racismo vistos como fenômenos sociais são analisados mediante posicionamentos teóricos distintos, que de acordo com suas características se inserem em um dos níveis de análises, dos fenômenos sociais, propostos por Doise (2002): intraindividual; interindividual; intergrupar e societal.

No nível intra-individual as explicações se baseiam em motivações psicológicas do indivíduo, isto é, tratam da maneira pela qual os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. No nível inter-individual e situacional, as explicações são baseadas nas relações que ocorrem entre os indivíduos em uma dada situação, os indivíduos são considerados intercambiáveis e são seus sistemas de interação que fornecem os princípios explicativos típicos das dinâmicas desse nível. No nível intergrupar, a base explicativa se dá na dinâmica das relações que os grupos sociais mantêm com os outros grupos, sendo a identificação dos indivíduos com esses grupos determinante para configuração dos fenômenos sociais. No nível societal, as explicações remetem-nos aos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais.

2.1 Nível intra-individual

A origem do preconceito racial, a sua permanência e as modificações, são investigadas por diversas teorias, em diferentes perspectivas.

Inicialmente, um conjunto de teorias atribuiu os fatores explicativos do racismo a disposições individuais, que podem ser definidas em três modelos clássicos:

- A concepção do "bode expiatório", formulada por Dollard et al (1939) no contexto da teoria da "frustração-agressão". É inspirada tanto nos conceitos da teoria da aprendizagem, de Hull, como nos conceitos psicanalíticos;
- A abordagem de Adorno et al (1950), responsável pela introdução, na análise psicossociológica deste problema, do papel da personalidade no posicionamento ideológico das pessoas;
- Os trabalhos de Rokeach (1960), que colocaram o problema da percepção das diferenças de valores culturais como um dos fatores subjacentes ao preconceito.

A análise de nível individual do preconceito caracteriza-se por "prejulgamentos" negativos sobre membros de uma raça ou religião, ou sobre indivíduos de outro segmento social (Jones, 1973).

2.1.2 Nível de análise interindividual

No nível de análise interindividual, Allport (1954) descreve o preconceito "como uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa, pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro de tal grupo". O autor acrescenta que se uma pessoa é capaz de corrigir seus julgamentos errôneos ao conhecer novas evidências ela não é preconceituosa.

Ao considerar que "prejulgamentos se tornam preconceitos somente se eles não são reversíveis quando expostos a novos conhecimentos" (Allport, 1954/1979, p.9), o contato entre os membros de diferentes grupos sociais poderia, em tese, contribuir para redução do preconceito, dificultando a generalização de características negativas a todos os membros do grupo minoritário.

2.1.3 Nível de análise intergrupala

Os indivíduos não vivem num vácuo social, mas num contexto de normas e representações próprias de seus grupos de pertença. Esses grupos, por sua vez, vivem relações de cooperações ou de conflitos com outros grupos, construindo, com isso, suas identidades e suas culturas (Camino, 1996). Emerge, assim, a necessidade de estudar o preconceito no nível intergrupala.

Na análise intergrupala, três teorias têm tentado explicar o preconceito:

1. A teoria da privação intergrupala (Runciman, 1966), na qual a privação relativa ou fraterna conduziria ao protesto social;
2. A teoria do conflito real (Sherif & Sherif, 1969), onde a competição entre os grupos por recursos limitados seria uma das causas dos preconceitos;
3. A teoria da identidade social e o viés do favorecimento ao endogrupo (Tajfel, 1981) que, através do “paradigma do grupo mínimo”, estabelece que a simples inserção do indivíduo numa categoria social é suficiente para que ocorra o favoritismo endogrupal e a discriminação exogrupal. O preconceito passa a ser visto enquanto um comportamento estratégico e racional dos grupos sociais.

O preconceito está fundamentado, para essas teorias, tanto em aspectos avaliativos e crenças negativas sobre grupos sociais, quanto em aspectos relacionados a práticas e comportamentos discriminatórios direcionados a grupos sociais. Portanto, “são atitudes depreciativas, expressão de afetos negativos e hostis e comportamentos discriminatórios, dirigidos a um grupo ou seus membros pelo fato de a ele pertencer” (Brown, 1995, p.8).

2.1.4 Nível de análise societal

O racismo e antissemitismo também são considerados como ideologias, evidenciando, sem que isso implique deixar de lado seu caráter subjetivo, a função política desta disposição psicológica (Billig, 1991), abordando o funcionamento da sociedade, além dos enfoques psicológico e psicossociológico, no nível das suas relações de poder (Doise, 1986).

O preconceito, nesta perspectiva, pode ser definido como uma forma de relação intergrupar onde, no quadro específico das relações assimétricas de poder entre grupos, se desenvolvem e se expressam atitudes negativas e depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios aos membros de um grupo por serem membros deste (Camino, 2000).

Camino & Pereira (2000) acrescentam ao conceito de preconceito o aspecto relacional pautado na assimetria, cujos componentes de tal atitude (estereótipos, sentimentos hostis e discriminatórios) só poderiam ser expressos unidirecionalmente, isto é, do grupo majoritário para o grupo minoritário, sendo o preconceito uma:

forma de relação intergrupar onde, no quadro específico de relações assimétricas de poder entre grupos, se desenvolvem e se expressam no grupo majoritário atitudes negativas e depreciativas (depreciativas) e, comportamentos hostis e discriminatórios aos membros do grupo minoritário por serem membros desse grupo. (Camino & Pereira, 2000).

No entanto, se o preconceito é uma atitude, o conceito anterior, talvez, ficasse melhor se ao invés de uma forma de relação intergrupar, o preconceito fosse considerado, como *atitudes desenvolvidas no âmbito das relações intergrupais caracterizadas por assimetrias de poder entre grupos, dirigidas a um grupo minoritário como todo ou a membros de um grupo por pertencer a esse grupo.* (Reformulação nossa)

Outro aspecto no conceito anterior, referente ao fato de a direção do preconceito se estabelecer do grupo majoritário ao grupo minoritário, apesar de passível de críticas, é

relativamente plausível, pois o preconceito se desenvolve no âmbito das relações assimétricas de poder entre grupos, cujos alvos do preconceito são aqueles grupos de menor poder político, econômico, social e ideológico (grupos minoritários).

Toda e qualquer expressão de valoração intergrupala (ex. valorização da negritude) ou mesmo negação da própria raça com objetivo de ascensão grupal (processo de branqueamento) por parte do grupo minoritário, considerando o aspecto unidirecional, seria proveniente da resposta a todo o processo discriminatório que o mesmo vem sofrendo, ao invés da expressão do preconceito racial dirigido ao grupo majoritário.

Dado o exposto, no presente trabalho o preconceito será entendido como conjunto de atitudes, muitas vezes precipitadas, erradas e inflexíveis, que podem despertar sentimentos e emoções hostis e condutas discriminatórias, desenvolvidas no âmbito das relações intergrupais assimétrica de poder, dirigidas a um grupo minoritário como um todo ou a seus membros.

As manifestações do preconceito podem ser explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas, a depender do contexto social e das normas sociais que regem as relações intergrupais.

Na atualidade, as proibições legais sobre atos explícitos de discriminação racial e étnica não têm se mostrado suficientes para a redução do preconceito. Por outro lado, parece estar ocorrendo uma mudança no conteúdo e nas expressões e comportamentos preconceituosos.

Compreende-se, desse modo, que não basta explicar o preconceito mais aberto e agressivo de outrora (e.g., Adorno *et al*, 1950), indo além, é importante revelar as formas menos evidentes e mais difundidas do preconceito. Esse é o caminho percorrido pelas abordagens que têm em comum a ideia da persistência de sentimentos e atitudes

preconceituosas que não desafiam abertamente as normas antidiscriminatórias (Dovidio & Gaertner, 1986; Katz, Wackenhut & Hass, 1986; McConahay, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995).

2.2 Novas formas de expressões do preconceito

Pesquisas evidenciaram que coexistem expressões tradicionais e novas do preconceito. No entanto, as novas expressões do preconceito têm se tornado mais evidentes justamente porque não ferem as normas antidiscriminatórias.

Os negros, para essa nova corrente, não são mais caracterizados por atributos de ordem pessoal, mas sim por atributos que caracterizam pessoas provenientes de culturas pouco desenvolvidas (Martinez & Camino, 2000; Da Silva, 2000; Da Silva, Machado & Camino, 2000; Camino, Silva, Machado & Mendonza, 2007) e as justificativas para manutenção das desigualdades são baseadas em desenvolvimento econômico e não mais na hierarquização das raças (Pereira, & Vala, 2011; Pereira, Vala, & Costa-Lopes, 2010; Pereira, Vala, & Leyens, 2009).

Embora aspectos objetivos da discriminação racial permaneçam constantes em nossas sociedades, as expressões do preconceito parecem ter tomado formas diferentes e menos marcantes, coexistindo atitudes preconceituosas “implícitas” ou ocultas que visam precisamente manter a impressão de acomodação às normas antidiscriminatórias e antipreconceituosas impostas (Crosby *et all*, 1980; Dovidio, Mann & Gaertner, 1989, Harrison & Thomas, 2009).

Essas novas abordagens teóricas também pressupõem que, em consequência da reprovação normativa, as pessoas se adaptariam a essas pressões, inibindo expressões

externas de discriminação, embora elas não tenham internalizado os novos valores e conservem subjetivamente atitudes preconceituosas.

Esse fenômeno pode ser explicado pela existência de dois processos de influência social diferentes, propostos, entre outros, por Kelman (1961) e Moscovici (1975) - os processos de *acomodação (compliance)* quando o indivíduo aceita a norma com objetivo de obter aprovação de outrem; identificação (*identification*), que ocorre quando o indivíduo adota a norma para manter boas relações com outra pessoa ou com um grupo; e de internalização ou conversão (*internalization - conversion*), quando a norma é aceita porque é intrinsecamente valorizada. Tratar-se-ia, portanto de uma adaptação psicológica às novas condições socioculturais.

Outros autores consideram que não se trata de uma questão meramente quantitativa (a redução na intensidade da expressão), mas de uma transformação qualitativa das formas de expressões do preconceito e do racismo, isto é, de novas formas de preconceito e racismo.

Com o objetivo de analisar essas novas formas de preconceito surgem diversas abordagens teóricas, que têm em comum a ideia de que a discriminação manifesta - que supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e rejeição do contato íntimo com os membros deste grupo - está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação, tais como os conceitos de racismo simbólico (Sears & McConahay, 1973); teoria do racismo moderno (McConahay, 1986); a teoria da ambivalência/amplificação das atitudes raciais (Katz, 1981, Katz, Wackenhut & Hass, 1986); a teoria do racismo aversivo (Dovidio & Gaertner, 1986); racismo sutil (Pettigrew & Meertens, 1995); no Brasil a teoria do “racismo cordial” (Turra & Venturi, 1995).

A teoria do *racismo simbólico*, cujo núcleo estaria constituído pela afirmação, por um lado, de valores igualitários (próprios do pós-modernismo) e oposição, por outro lado,

de políticas congruentes com estes valores, se oporia ao racismo real, baseado na teoria do conflito e da ameaça real.

A distinção entre o racismo simbólico e o racismo real, contudo, é muito tênue, uma vez que ao conflito não só se implica condições objetivas de competição, mas, também, à percepção subjetiva que os outros são uma ameaça. Nesse sentido, os negros são percebidos como violadores dos valores que mantêm o *status quo* das relações inter-raciais.

O termo racismo simbólico foi escolhido porque, segundo os autores, alguns itens da escala utilizada pressupunham abstração moral e enfatizavam sentimentos e crenças adquiridas ao longo da socialização e não através da competição direta com os negros (Sears & Kinder, 1971; Kinder & Sears, 1981).

A teoria do *racismo moderno* surge com o objetivo de medir as atitudes raciais dos indivíduos no contexto das normas sociais que inibem as expressões abertas de racismo. Seu instrumento de medida, a Escala de Racismo Moderno, proposta por McConahay & Hough (1976), reflete a percepção de que os negros estão sendo favorecidos desproporcionalmente aos seus direitos e violando valores importantes como a igualdade e a liberdade.

Essa teoria baseia-se nas crenças de que a discriminação já se extinguiu e há uma igualdade de oportunidades para que os negros possam competir e adquirir o que desejam. Logo, os negros estão ascendendo economicamente e ocupando espaços nos quais não são bem-vindos; julgam também que os meios e as demandas dos negros são inadequados ou injustos e os ganhos recentes não são merecidos e as instituições sociais lhes dão mais atenção do que deveriam receber (McConahay, 1986).

O *preconceito ambivalente*, por sua vez, é compreendido pela ambivalência (decorrente da relação) entre os princípios definidores da norma do individualismo

meritocrático (competição, busca pelo poder e realização individual) e os princípios da norma do igualitarismo (igualdade de todos perante a lei e benevolência e solidariedade para com as minorias). Isso porque “enquanto a norma do individualismo meritocrático faz aumentar o preconceito e o racismo, a norma de igualdade é responsável pelo controle desses fenômenos”. (Lima, 2003).

Nessa duplicidade normativa, a perspectiva da ética protestante, vinculada à ideia da meritocracia, fortalece a percepção de desvios, enquanto que a perspectiva humanitária e igualitária, vinculada ao igualitarismo, fortalece a percepção de desvantagem.

A adesão à ética protestante deve sensibilizar o observador a padrões de comportamento desviantes que ameaçam seus dogmas. De tal modo, os índices nas taxas de desemprego, dependência social, fracasso escolar e crimes, maior na população negra do que entre a branca, são atribuídos aos problemas e deficiências dos próprios negros – como falta de unidade e disciplina - ao invés de piores oportunidades de trabalho e outros fatores externos.

As pessoas que têm uma visão humanitária, por sua vez, devem responder empaticamente às necessidades e aspirações dos negros, sentir simpatia por eles, e hipotecar apoio aos esforços públicos para melhorar suas oportunidades. Parece existir uma tendência a ver o grupo minoritário por uma ótica favorável, inclusive, sinalizando que, caso fosse permitido, possivelmente traria contribuições para toda a sociedade (Katz & Hass, 1988).

Nessa corrente de pensamento, estar vinculado a uma ou outra norma pressupõe maior ou menor expressão de preconceito, tornando evidente que o contexto sociocultural, e em especial as normas sociais, são determinantes nas formas pelas quais os sujeitos sociais elaboram a própria identidade racial, e, conseqüentemente, as representações do mundo, selecionando suas ações no decurso das relações sociais.

As normas sociais antirracistas, calcadas nos princípios da ética protestante e do igualitarismo, podem, neste contexto, provocar um efeito paradoxal, isto é, servir como ‘teorias’ justificadoras para manutenção do *status quo* dos grupos hegemônicos e consequente exclusão social dos grupos minoritários.

A teoria de ambivalência racial considera que as pessoas exageram tanto no aspecto positivo quanto no aspecto negativo, dependendo do contexto (Katz, 1981). A ambivalência estrutura dois tipos de atitudes: as atitudes anti-negros, que incluem crenças e avaliações sobre as características de desvio cultural e associam aos negros afetos negativos e as atitudes pró-negros, que refletem a percepção de desvantagem dos negros e produzem afetos positivos (piedade e simpatia) (Katz & Hass, 1988).

O *racismo aversivo* pode ser definido como o tipo de atitude racial sutil, não intencional, decorrente da característica de muitos americanos brancos que possuem fortes valores igualitários e a crença de que não são preconceituosos, mas que experienciam um tipo particular de ambivalência, resultante, por um lado, da assimilação de um sistema de valores igualitários e, por outro lado, da vivência de sentimentos e crenças negativos em relação aos negros. O que caracteriza esse tipo de racismo é a necessidade por parte dos brancos de manter uma autoimagem de pessoa igualitária (Gaetner & Dovidio, 1986; Dovidio & Gaetner, 1998).

A *teoria do preconceito sutil* se refere a duas formas de preconceito: a) o preconceito flagrante, direto e explícito, avaliado em duas dimensões, que são a percepção de ameaça pelo exogrupo (resultando na rejeição a este grupo) e a oposição em manter contato íntimo com os membros do exogrupo; e b) o preconceito sutil, que tem como fundamento a defesa dos valores do individualismo e crenças de que os grupos minoritários são beneficiados em demasia.

Os preconceituosos sutis exageram as diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo e se recusam a expressar reações emocionais positivas em relação aos membros dos grupos minoritários (Pettigrew & Meertens, 1995; Rodriguez *et all*, 2009).

O denominado “*racismo cordial*” brasileiro diz respeito a uma atitude que visa não ofender mais aquele que se discrimina. O estudo realizado pelo Instituto Datafolha e publicado no Jornal Folha de São Paulo, que originou o livro *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*, organizado por Turra & Venturi (1995), constatou que 89% dos brasileiros reconheciam a existência de preconceito racial no Brasil. Apesar da consciência da existência de um preconceito generalizado, só 10% admitia ser pessoalmente preconceituoso. O estudo constatou também que 87% dos brasileiros, apesar de não se reconhecerem como preconceituosos, revelavam, de forma indireta, algum tipo de preconceito. Com base nesses dados, chegou-se a afirmar que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em imensa maioria, preconceito contra negros” (Rodrigues, 1995, p.11).

O racismo à brasileira, se caracteriza, portanto, por um discurso ideológico que nega o preconceito racial pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Lima-Nunes & Camino, 2011), um racismo desprovido de intenção, muitas vezes em tom de brincadeira, mas eficiente ao produzir consequências aos direitos e às oportunidades para seus alvos (Guimarães, 1999).

A partir dessas correntes teóricas é possível inferir que nos países ocidentais o preconceito não se expressa, hoje em dia, pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo, mas pela negação de seus atributos positivos. Pode-se, portanto, afirmar que em certos países ocidentais as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis, revestindo-se de novas formas que visam preservar o respeito por uma normatividade social idealizada de não discriminação de grupos sociais, a partir de critérios de raça.

Essas novas formas de preconceito se expressam em crenças e práticas diferentes das típicas do racismo clássico, necessitando de novas medidas que possibilitem uma análise mais precisa desse fenômeno, sendo imprescindível, portanto, analisar no contexto social, específico, as novas justificativas ou novas causas que o preconceito vai adquirindo.

Para Wetherell (1996), o problema destas concepções estaria na relação proposta entre o psicológico e o social. O fato de o sujeito experimentar um conflito, uma ambivalência, etc., não significa que este conflito tenha sua origem no nível psicológico, mas que o sujeito reproduz os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade. A vivência interna ou psicológica do conflito parece refletir o próprio caráter conflitivo das democracias modernas, que salientam os valores igualitários e da competição, simultaneamente (Billig, 1984).

De fato, as concepções do novo racismo não levam em consideração o fenômeno da globalização, uma característica essencial do atual contexto social, onde racismo e antirracismo vêm adquirindo novos significados, que se de um lado traduz o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do capitalismo, do outro, aumenta as diferenças já existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre ricos e pobres no interior dos países (Beeman & Frank, 1988; Bauman, 1998; Dupas, 2000).

Certamente este conjunto de mudanças culturais e econômicas afeta as formas com que são vividas hoje as relações raciais, e introduz nelas as ambiguidades e contradições próprias do pós-modernismo (Bowser, 1995). Embora hoje não se acredite em hierarquias sociais na base das raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1995). Portanto, é possível afirmar que o racismo é um discurso ideológico que justifica processos de discriminação social (Bowser, 1995; Van Dijk, 1997).

Integrante de um discurso proveniente das diversas crenças ideológicas cotidianas pré-formuladas pela elite e difundidas nas sociedades racistas, essas ideias não necessitam

ser explicitamente racistas, mas servem de base para o chamado racismo de elite (Van Dijk, 1999/2006), no qual “os sentimentos gerais de superioridade social de classe ou educação entre as elites se transferem facilmente àqueles de raças e etnicidade [estando, portanto] mais orientados a assuntos culturais, tais como hábitos, religião, linguagem, educação e valores” (Van Dijk, 1999/2006, p. 223).

O presente capítulo tratou da passagem das expressões mais explícitas e flagrantes do preconceito racial ou racismo para expressões mais sutis, cordiais e implícitas. As duas formas possuem em comum uma adequação às normas sociais vigentes, uma vez que os estudos do preconceito aberto e explícito estavam em conformidade com as normas discriminatórias legitimadas e institucionalizadas (a exemplo da época da escravatura), e as novas formas de expressões do preconceito racial encontram-se coerentes com as normas antirracistas e antidiscriminatórias.

Pode-se pensar, portanto, que as normas sociais vigentes num dado contexto socio-histórico, econômico e político poderiam ser fortes preditoras de expressões do preconceito racial e do racismo? E ainda, é possível que estas normas sociais afetem diretamente a forma como se estabelecem as relações raciais?

3. Preconceito racial e racismo: influências da identidade e das normas sociais

Nós não podemos pensar em nos unirmos com os outros até que sejamos primeiro unidos entre nós. Não podemos pensar em ser aceitável para os outros até que tenhamos primeiro provado aceitável para nós mesmos (Malcom X)

O presente capítulo visa especificar as influências da identidade social e das normas sociais nas expressões do preconceito racial e do racismo. Para tanto, dois aspectos merecem atenção: a natureza da norma antirracista e as novas formas de categorização das diferenças raciais. Inicialmente serão tratados aspectos referentes à identidade social e, em seguida, os aspectos concernentes às normas sociais e suas relações com o preconceito racial e o racismo.

As teorias sobre as novas formas de preconceito pressupõem a acomodação das pessoas às normas antirracistas, mas não debatem a natureza dessas normas. Elas são aceitas, sem mais debate, como se de fato fossem normas cujo objetivo é a inclusão das pessoas de cor na sociedade.

A ideologia, por outro lado, refletindo de alguma maneira a organização econômica, tende a incluir tanto aspirações universalistas, quanto o espírito de concorrência e de justiça meritocrática (Billig, 1991). Coexistem aspirações moralistas de fraternidade e de igualdade e preocupações realistas de justiça concreta.

Assim, a frase “eu não sou preconceituoso, mas devemos reconhecer que os estrangeiros estão tirando o nosso emprego”, afirma, concomitantemente, valores éticos e valores materiais muito específicos. E, de fato, a ideologia é dominante porque consegue, nesse discurso cotidiano, justificar com certa lógica a injustiça das diferenças sociais existentes (Van Dijk, 2011).

O racismo, nesse prisma, é um sistema de desigualdade étnica e racial que as práticas sociais discriminatórias, incluindo o discurso, reproduzem em âmbito local (micro) e que as instituições, organizações e relações gerais entre grupos reproduzem em âmbito global (macro). As ideologias racistas, por sua vez, potencializam cognitivamente tal desigualdade (Van Dijk, 2011) e isto pode implicar num paradoxo: as normas antirracistas poderão colaborar na justificação da discriminação racial.

Os estereótipos desempenham um papel justificador nas relações intergrupais (Pereira, 2002; Yzerbyt, Rocher & Schadron 1997). Desde a obra de Tajfel, constatou-se que as pessoas atribuíam mais traços positivos e menos traços negativos ao seu grupo do que a outro grupo, fenômeno que ocorreria, com maior expressão, nos grupos no poder (Monteiro *et al.*, 1994).

De acordo com esses resultados, deveria esperar-se que pessoas de grupos majoritários mostrassem um claro favoritismo pelos seus grupos de pertença, atribuindo-lhes mais traços positivos e menos traços negativos do que aos grupos discriminados. No entanto, na atualidade, a indesejabilidade social da discriminação implica num processo mais ‘discreto’ de discriminação.

Estudos usando como sujeitos estudantes norte-americanos brancos (Gaertner & Mclaughlin, 1983; Dovidio, Mann & Gaertner, 1989) não encontraram diferenças na avaliação de brancos e negros em atributos negativos, mas descobriram um favorecimento sistemático dos brancos em atributos considerados positivos. Para esses estudantes, “os negros não são piores, mas os brancos são melhores” (Dovidio *et al.*, 1989: 88).

Perez (1996) realizou um estudo na Espanha, que tinha como grupo-externo-alvo os ciganos desse país, verificou-se que os entrevistados atribuíram mais traços positivos ao próprio grupo do que ao grupo externo, não diferindo significativamente na atribuição de

traços negativos a ambos os grupos. Ou seja, verificou-se um favoritismo em relação ao próprio grupo, mas não uma discriminação do grupo externo.

Num estudo desenvolvido com participantes portugueses, Vala, Brito & Lopes (1997) compararam o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e a negros. Os participantes foram confrontados com uma lista de oito traços: quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo) e deveriam indicar aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e sobre um negro típico.

Vala, Brito & Lopes (op. cit.) observaram que os portugueses brancos escolheram, significativamente, mais traços positivos para descrever a si mesmos do que para descrever os negros. No que concerne aos traços negativos, os autores não encontraram diferenças significativas, ou seja, os sujeitos manifestaram, abertamente, uma diferenciação entre os dois grupos no nível dos traços positivos, mas não no nível dos traços negativos.

Contudo, estudos desenvolvidos por Camino et al (2000; 2001; 2002) revelaram que ao escolher entre os adjetivos que descreveriam pessoas simpáticas ou antipáticas, quando respondem por si mesmos, tanto os estudantes (1º e 3º estudos) quanto os servidores (2º estudo) utilizam mais adjetivos de simpatia e menos adjetivos de antipatia para descreverem pessoas de cor negra que para descrever pessoas de cor branca. Fenômeno que os autores especificaram ser análogo ao mecanismo de defesa denominado pela Psicanálise de “formação reativa”, cujos sentimentos e ideias expressos são opostas ao que se sente de fato.

De outro modo, quando respondem o que acham que os brasileiros pensam, os resultados se invertem: os estudantes e servidores atribuíram mais adjetivos que descreveriam pessoas antipáticas e menos que descreveriam pessoas simpáticas para as

pessoas de cor negra e mais adjetivos positivos e menos negativos para julgar as pessoas de cor branca.

Os estudos demonstraram que, com a norma social antirracista, as pessoas evitam assumir atitudes pessoais preconceituosas, mas, atribuem aos outros, atitudes preconceituosas e, observam que no Brasil continua a se discriminar as pessoas de cor negra (Turra e Venturi, 1995; Camino et al, 2001; 2004). Desse modo, as formas de categorizar as diferenças raciais devem conter, de alguma maneira, esta ambivalência.

Os dados sugerem a existência de um duplo padrão de avaliação quanto ao preconceito racial, que serve claramente aos interesses do racismo. Essa duplicidade de norma tem sido observada, nas expressões de outras formas de preconceito, a exemplo, do sexismo na vida sexual de estudantes norte-americanos (Macdonald, Huggins, Young & Swanson, 1973) e nordestinos (Deschamps, Camino & Neto, 1998). Neste último caso os estudantes se declaram, por um lado, abertos a experiências sexuais pessoais, mas, por outro lado, eles possuem uma visão tradicional e normativa da vida sexual de suas parceiras. Deschamps, Camino & Neto (1997) relacionam esse duplo padrão com a ideologia machista.

No Brasil, a intensa miscigenação racial e a discriminação em que vivem as pessoas de cor negra produzem processos de acomodação muito fortes. Ao mesmo tempo, novos conteúdos para categorização estão se desenvolvendo. A exemplo das formas que se destinam a substituir o conceito de raça pelo de modernismo: a cor branca sendo associada aos “valores do primeiro mundo” e a cor negra aos “valores do terceiro mundo” (Camino et al, 2001). Esses novos conteúdos para categorização, distintos entre brancos e negros, não se confrontam diretamente com as normas antirracistas, o que facilita a conservação dos processos de exclusão.

Os conteúdos e atribuições categoriais são decorrentes do processo de categorização social, mecanismo fundamental para a relação entre o indivíduo e o seu meio, que é o mecanismo de formação da identidade (Tajfel, 1982). Tendo em vista que o processo de categorização é importante para análise das expressões do preconceito e que a identidade é formada a partir desse mecanismo, é importante verificar em que medida a identidade interfere na expressão do preconceito racial.

3.1. Processos identitários e construção da identidade

3.1.2 Identidade pessoal versus identidade social?

O estudo da identidade tem despertado interesse em diversas ciências sociais, evidenciando que a noção de identidade estabelece a relação entre o psicológico e o sociológico.

A análise da identidade centra-se na tensão entre a identidade pessoal (ou autoconceito) e a identidade social. A primeira é referente às características que o indivíduo atribui a si mesmo, possuindo tanto elementos pessoais quanto sociais, e a segunda é referente às categorias sociais (Zavalloni, 1972). A distinção, *a priori*, entre dois polos do comportamento social – o comportamento interpessoal e o comportamento intergrupar (Tajfel, 1974) – seria uma alternativa para distinção entre identidade pessoal e identidade social.

O comportamento interpessoal diz respeito aos aspectos referentes às relações interpessoais e características individuais que não são afetadas por grupos ou categorias de pertença, ao passo que o comportamento intergrupar é constituído pela interação entre indivíduos determinados por suas pertenças a diferentes grupos ou categorias sociais e que não são influenciados por suas relações interindividuais. Vale salientar que,

provavelmente, os extremos do comportamento social, não se apresentem tão distintos, nas suas formas ‘puras’ na ‘vida real’. (Tajfel & Turner, 1979).

Nesse diapasão, a identidade social corresponde aos comportamentos intergrupos e à discriminação entre grupos, ao passo que a identidade pessoal corresponde ao comportamento interpessoal e à diferenciação entre si mesmo e outro (Turner, 1981). A passagem de um polo a outro da identidade depende, nessa perspectiva, da importância atribuída a cada uma delas.

Visto que, a identidade social e a identidade pessoal satisfazem uma mesma necessidade de estabelecer uma imagem positiva de si, quanto mais forte for a identidade social, menos importante é a pessoal (e inversamente também). O aumento da proeminência da pertença a um grupo aumentará a identificação de cada sujeito com o endogrupo, e, conseqüentemente, diminuirá a diferenciação entre si mesmo e o endogrupo, exacerbando as diferenças entre grupos (Deschamps, 2009).

Pode-se dizer, dessa forma, que quando a identificação a um grupo aumenta, temos a passagem do polo interpessoal para o intergrupar, e, inversamente, quando a identificação a um grupo diminui, faz-se o movimento contrário, passando do polo intergrupar para o interpessoal (Deschamps, 2009).

Outra maneira de considerar a relação entre identidade pessoal e identidade social é através do modelo de covariação, que conceitua os polos dos comportamentos intergrupos e interpessoal como não sendo mutuamente exclusivos (Deschamps, 1972; 1977, *apud* Deschamps, 2009). Ao mesmo tempo, a valorização do grupo de pertença e a valorização de si mesmo em relação ao outro aumentariam quando o pensamento dicotômico (universo dividido em duas categorias mutuamente exclusivas) se tornasse mais marcante.

Aparentemente paradoxal, as tensões que podem encontrar-se nos diferentes níveis estão ligadas ao grau das relações entre si mesmo e outrem – uma tensão paralela à que foi

colocada em evidência no nível das relações entre grupos. Sendo assim, esses dois sistemas (interpessoal e intergrupar) estão ligados e variam juntos (ou covariam) (Deschamps, 2009).

O modelo da covariação, por outro lado, apresenta-se significativamente diferente, a depender do *status* dos grupos em confronto (Deschamps, 1982), especialmente aos indivíduos membros de grupos privilegiados.

Nos grupos pertencentes aos estratos mais elevados (que dispõe de mais capital simbólico e material), à medida que um membro se identifica com seu grupo de pertença, maior a percepção de individualidade e singularidade, diferenciando-se uns dos outros (consideram-se menos determinados por sua pertença grupal), o que não os impede de estabelecer uma distinção em relação aos membros dos grupos considerados de baixo estatuto, que são homogeneizados (Deschamps, 2009).

Nos grupos pertencentes a estratos inferiores, diversamente, seus membros tendem a se auto atribuir características similares às do grupo de pertença (se consideram mais determinados por sua pertença grupal).

Tomando como base o modelo de covariação, onde o individual e o coletivo são vistos como fenômenos que se manifestam concomitantemente e, portanto, não podem ser considerados como ‘realidades’ opostas, dicotômicas e exclusivas (Deschamps, 1979; Deschamps & Devos, 1999), a dicotomia entre identidade pessoal diferenciada e identidade social homogeneizante (proposta pela teoria da identidade social) é inaceitável, visto que o comportamento do indivíduo no interior do grupo e em relação ao grupo, comparativamente relevante, varia concomitantemente e provêm das referências a normas e valores coletivos que a categorização intergrupos torna significantes (Deschamps, 1987).

3.1.2 Identidade Social, pertença grupal e relações intergrupais

O comportamento intergrupar é caracterizado pelo conjunto de normas e regras nas quais as pessoas em situação de grupo percebem, pensam, sentem, agem em direção e se relacionam com pessoas de outros grupos. Esse comportamento está vinculado psicologicamente à identidade social, isto é, à representação cognitiva de si e de outras pessoas como categoria social ou membros do grupo. Também está ligado à forma como as pessoas veem as relações entre os grupos.

Comportamento intergrupar e identidade social podem ser social e psicologicamente indissociáveis. Processos identitários sociais geram comportamentos intergrupais e comportamento intergrupar influencia a natureza das relações entre os grupos e, portanto, a forma e o conteúdo da identidade social (Hogg & Abrams, 2003).

A Psicologia Social, ao tratar do tema da identidade social, situa-o na perspectiva da pertença grupal, salientando, com isso, a dimensão social da análise da identidade social. A teoria do conflito real (Sherif *et al*, 1961; Sherif, 1967; Sherif & Sherif, 1979), modelo que almeja a integração entre o psicológico e o sociológico, procura sair o nível de análise individual para o nível de análise intergrupar. Essa passagem coloca a assunção da identidade no interior das relações intergrupais, pois estabelece que “sempre que membros individuais de um grupo interagem coletivamente ou individualmente com outro grupo ou membros dele em termos da sua identificação grupal, temos uma instância de relações intergrupais” (Sherif, 1967, p. 426)⁴.

A identidade social, mesmo definida como um ato pessoal de conhecimento, “(...) está associada ao conhecimento de pertença, aos grupos e ao significado emocional e

⁴ Original: “Whenever individuals belonging to one group interact, collectively or individually, with another group or its members in terms of their group identification, we have an instance of intergroup behaviour” (Sherif, 1967)

avaliativo dessa pertença” (Tajfel, 1972), emerge nas relações intergrupais, visto que esse indivíduo necessita também ser reconhecido pelos outros como membro de um determinado grupo (Tajfel & Turner, 1986).

A perspectiva conduz ao entendimento de que o grupo é definido como “uma coleção de indivíduos que se percebem como membros de uma mesma categoria, associado ao valor emocional ligado a esta autodefinição e de certo grau de consenso sobre a avaliação dos outros membros do grupo sobre sua pertença” (Tajfel & Turner, 1979, 1986).

Por outro lado, reconhece-se que a existência do grupo envolve a interação social e metas interdependentes, o que conduz à ideia de que “um grupo existe quando duas ou mais pessoas se definem como membros do mesmo e quando essa existência é reconhecida por pelo menos um outro” (Brown, 2000).

O reconhecimento da identidade em termos socialmente definidos gera consequências em nível de pertença grupal (Tajfel, 1982), tais como:

- A tendência em manter-se em um grupo ou procurar pertencer a novos grupos está diretamente relacionada à contribuição dos grupos para “os aspectos positivos da identidade social”;
- A falha do grupo em preencher esse requisito mobilizará o indivíduo a abandoná-lo, a não ser que: a) seja impossível abandoná-lo ou b) isso entre em conflito com valores importantes, sendo eles mesmos parte da sua autoimagem aceitável;
- Há pelo menos duas soluções nestes casos: a) mudar a interpretação pessoal dos atributos do grupo, tornando os aspectos indesejáveis em justificáveis ou aceitáveis; ou b) aceitar a situação tal como é e empenhar-se na ação social que pode levar às mudanças desejáveis.

A atribuição de sentido quanto aos aspectos positivos da identidade social e a reinterpretação de atributos e empenhos na ação social se estabelecem no processo de relação e comparação intergrupar. Para tanto, a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979) argumenta que o estado desfavorável do endogrupo pode proporcionar estratégias individualistas aos membros com baixa identificação e estratégias coletivas aos membros com alta identificação, devido à importância do grupo para o autoconceito (refletida pela identificação social), que determina se é mais difícil desistir da participação no grupo ou engajar-se em um esforço para mudar a situação desfavorável.

Outro fator determinante para permanência no grupo após a vivência da rejeição é a motivação interna. Membros com baixa motivação interna tendem a abandonar o grupo ao passo que aqueles com alta motivação interna suportam a rejeição e permanecem no grupo (Matschke & Sassenberg, 2010). Portanto, é esta perspectiva comparativa entre grupos que estabelece a ligação entre a categorização social e a identidade social (Tajfel, 1982).

A categorização social é constituída de forma análoga ao processo cognitivo de categorização, enquanto simplificador e ordenador do entorno humano. Deste processo emergem categorias que seriam uma forma utilizada pela mente humana para agregar objetos, seres e grupos diversos e é equivalente a generalizações.

Para Allport (1954), o processo de categorização apresenta cinco características importantes:

- Constituem classes e agrupamentos amplos para guiar ajustes diários mediante o uso de categorias pré-formadas para tomadas de decisões, gerando uma conduta racional com base num alto grau de probabilidade, ainda que possa ocorrer o uso de categoria de forma equivocada;
- A categorização se assimila o máximo possível ao agrupamento, valendo-se da lei do menor esforço, pois esse é, na esfera dos interesses mais vitais,

desagradável. Ao classificar um grupo ou membros de um grupo com qualquer que seja o atributo, esse servirá de base para estendê-lo aos demais membros desse grupo;

- A categoria permite identificar rapidamente um objeto por seus traços comuns. Cada acontecimento tem certos traços que servem para por em ação categorias do preconceito. As categorias, por consequência, têm uma vinculação estreita e imediata com o que vemos, com o modo que julgamos o que vemos e com o que fazemos;
- A categoria satura tudo o que contém iguais conotações ideacionais e emocionais. Algumas categorias são quase puramente intelectuais e são denominadas conceitos. Esses podem ser acompanhados de um tom sentimental de agrado ou desagradado;
- As categorias podem ser mais ou menos racionais. Uma categoria racional parte de um “germe da verdade”, que aumenta e solidifica através do aumento da experiência pertinente, devido ao alto grau de probabilidade de prever um acontecimento. Apesar disso, não há uma distinção quanto à formação das categorias, pois as “irracionais” se formam com igual facilidade que as racionais.

O processo cognitivo de categorização, que por um lado serve de simplificador e organizador das informações provenientes do meio, é também responsável por generalizações acerca de coisas, pessoas ou grupos sociais que, muitas vezes, podem apresentar equívocos e promover atitudes preconceituosas. O processo de categorização social é o primeiro passo para assunção de identidade social e, portanto, de favorecimento ao endogrupo. Este seria também um forte mediador entre os estereótipos e o preconceito racial e étnico (Berrocal, 1995).

Adorno et al (1964) especifica que em certas situações os indivíduos agem em favor do seu grupo, enfraquecendo o grupo contrário, mesmo que para isso seja preciso abrir mão dos seus interesses materiais: “como se ele estivesse pensando em termos de amplas identificações grupais, como se seu ponto de vista fosse determinado mais por sua necessidade de fortalecer este grupo e suprimir grupos opostos do que por uma consideração racional de seus próprios interesses” (Adorno et al, 1964, p.8).

Mediante a diferenciação grupal as pessoas podem fazer juízo de valor do seu endogrupo e, especialmente no caso do grupo mínimo, criar as bases para identificação e pertença (Spears, Jetten, Scheepers & Cihangir, 2009). Através do paradigma dos *grupos mínimos* (Tajfel, 1978), foi possível estudar quais as condições mínimas do efeito de categorização na discriminação intergrupar, ou seja, verificar se o processo de categorização seria subjacente à discriminação intergrupar expressa por meio do comportamento de favoritismo endogrupal.

A experiência do paradigma dos grupos mínimos consistia, na primeira parte, em convidar adolescentes do sexo masculino - que aparentemente não se conheciam antes e que não sabiam quem eram os componentes do endogrupo e do exogrupo - a manifestar sua preferência estética por um dos quadros que lhes eram apresentados. Em seguida, estes sujeitos foram informados que estavam divididos em dois grupos, em função das preferências pelos quadros de Klee⁵ ou pelos de Kandinsky.

A segunda parte da experiência consistia em pedir a colaboração dos sujeitos para participarem de estudos sobre processos de tomada de decisão. Em seguida, eram distribuídos cadernos cuja primeira página informava o nome do pintor que o sujeito havia escolhido, designando com isso seu grupo de pertença. No interior de cada folha era

⁵ Paul Klee e Wassily Kandinsk pintores impressionistas do sec. XX cujas obras eram abstratas e de difícil diferenciação entre si para os leigos.

apresentada uma matriz de números que representavam um valor em dinheiro, e, em seguida, se pedia que os sujeitos repartissem entre um membro do seu grupo de pertença e um membro do outro grupo (Tajfel, 1978).

A partir desta experiência constatou-se que os sujeitos apresentavam uma maximização das diferenças entre os grupos, mesmo resultando em menos ganho para seu grupo. Desta forma Turner e Brown (1978), após vários estudos, concluíram que o processo de categorização, *per se*, apresenta um forte efeito na estratégia de favoritismo endogrupal.

Os grupos sociais, no entanto, só podem contribuir para uma identidade social positiva dos membros do grupo na medida em que distinguem seu grupo positivamente (Tajfel, 1972). Caminhando nessa direção, após diversos estudos, ficou constatado que o efeito da categorização para o favoritismo endogrupal diminui ou deixa de existir à medida que são introduzidas dimensões negativas de avaliação (Otten & Mummendey, 2000).

Dito de outra forma, o processo de categorização em si não seria suficiente para que se observe uma discriminação intergrupala. O que estaria subjacente ao processo de categorização social seria a tendência de se estabelecer uma diferenciação positiva entre si mesmo e outrem. Portanto, a motivação em ter uma imagem positiva de si mesmo é o que, de fato, torna-se o motor da discriminação entre grupos (Deschamps, 2009).

Por outro lado, não se pode estender a todos os grupos sociais a necessidade de identidade social positiva, pois essa necessidade não poderia existir independentemente da estrutura e ideologia sociais (Billig, 1976). A importância atribuída ao estabelecimento de uma identidade positiva depende das raízes culturais.

Foi constatado por Wetherell (1982) que as estratégias escolhidas nas matrizes (réplicas do modelo dos “grupos mínimos”) para os grupos de jovens polinésios eram diferentes daquelas utilizadas pelo grupo de jovens europeus. Os primeiros – cuja cultura

promove a cooperação como norma de conduta – apresentavam recompensa máxima comum, diferente do que propunha Turner (1975), os europeus – cuja cultura ocidental valoriza a competição e a individualidade – apresentaram o mesmo padrão de respostas presentes nos primeiros estudos, isto é, a necessidade de uma distinção positiva da identidade.

O aspecto mais saliente do modelo da identidade social é o fato de não ter considerado as determinantes sociais da identidade social, revelando, portanto, a dependência de todo o modelo teórico a um paradigma experimental socialmente vazio, a partir do qual se passou a extrapolar para as condições sociais reais (Doise, 1988). A impossibilidade de se falar em um “ser Klee” ou um “ser Kandinsky” torna o paradigma do grupo mínimo, a identidade social operacionalizada na escola de Bristol, vazia de significados sociais (Rubbie & Horwitz, 1988).

Ao analisar a identidade social no âmbito das relações intergrupos (real), agregam-se a essa identidade significados sociais, sobretudo ao considerar-se a categorização social como um sistema que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade, pois:

cada sociedade possui o repertório de identidades que faz parte do ‘conhecimento objetivo’ dos seus membros...A sociedade não só define como cria a realidade psicológica. O indivíduo realiza-se em sociedade – ou seja, reconhece a sua identidade em termos socialmente definidos e como vive em sociedade, estas definições tornam-se realidade (Berger, 1966, p. 106-107).

A análise dos processos que participam na construção social da identidade é possível mediante a interação dos conteúdos da identidade e das posições objetivas dos grupos (Doise, Deschamps & Meyer, 1978). Assim, a identidade social pode variar fundamentalmente em função do capital material e simbólico que os indivíduos possuem.

Em nível intergrupal, os membros de ambos os grupos (alto *status* e baixo *status*) são semelhantes ao distinguirem diferenciações entre os grupos. Da mesma forma, as

identificações intragrupais se processam de formas diferenciadas entre os grupos, a depender da posição que ocupam. Os membros do grupo de alto *status* tendem a se considerar singulares e distintos, ao passo que os membros do grupo de baixo *status* tendem a se considerar mais homogêneos.

A categorização baseada no gênero sexual é um exemplo social da relação de dominação, visto que as mulheres não revelam a procura por distinção ou favoritismo pelo grupo de pertença em situação de confrontação com o sexo oposto.

No estudo sobre a autoavaliação e as avaliações endo e exogrupais a respeito do êxito em executar tarefas, Deschamps (1977) constatou que jovens de ambos os sexos apresentam uma supervalorização do desempenho dos membros do endogrupo em relação aos membros do exogrupo, sendo mais salientes nos rapazes que nas moças. Na autoavaliação, todavia, as moças não apresentam distinções entre si e os demais membros do grupo; já os rapazes supervalorizam o próprio desempenho em relação aos demais membros do seu grupo de pertença.

O singular e o coletivo, o grupal e o particular na identidade, emergem como aspectos diferentes, entretanto compatíveis, desde que os consideremos como formas de expressão, de si e do outro, numa relação de dominação entre grupos. É nesta relação que surge uma identidade pessoal – ocultando os contextos coletivos que participam para a sua emergência – assim como identidades mais especificamente coletivas que se inscrevem nos grupos de pertença.

3.1.3 Identidade Social e Identidade Racial

A identidade social é definida por Tajfel (1972) como a parcela do autoconceito individual que deriva do conhecimento da pertença a determinado grupo, juntamente com

o valor a ela associado e o seu significado emocional. A identidade social se configura por dois processos básicos: a categorização (descrito na sessão anterior) e a comparação social.

O processo de categorização funciona como simplificador da realidade. Seria um ordenamento do ambiente em termos de agrupamentos das pessoas, de forma que faça sentido para o indivíduo (Tajfel, 1978). A categorização social é o processo cognitivo subjacente à identidade social e se caracteriza por acentuar as diferenças aparentes - físicas e/ou sociais - necessárias à organização e seleção de informações complexas (Tajfel, 1957), é o processo através do qual se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo (Tajfel, 1982). Na perspectiva das relações intergrupais, a categoria social passa a ser um grupo social.

As categorizações que fazem distinções entre o grupo próprio do indivíduo e os grupos alheios em comparação ou por contraste com ele tornam-se um dos pilares cognitivos e comportamentais do etnocentrismo (Levine & Campbell, 1972).

No âmbito da Psicologia Social, existem duas vertentes teóricas tradicionalmente aceitas na definição de grupo. A primeira estabelece a interdependência entre os membros do grupo (Lewin, 1951; Cartwright & Zander, 1968) e estrutura interna com especificações dos papéis e estatutos (Deutch, 1949, Sherif, 1966). Para a segunda, o conceito de grupo está associado ao processo de categorização social e autocategorização (Tajfel, 1972; Turner *et al*, 1987). Portanto, um grupo existe quando dois ou mais indivíduos se percebem como membros da mesma categoria social e quando a existência dessa categoria é reconhecida por pelo menos um outro exterior a essa categoria (Brown, 1988).

A criação de um grupo está associada a processos sociocognitivos (categorização), sua existência condicionada à relação com outro grupo e permite abranger no conceito de

grupo, categorias sociais alargadas (categorias socioprofissionais, de gênero, etnia, nação etc.) e pequenos grupos – família, grupos de trabalho, etc. (Vala, 1997).

A realidade psicológica do grupo deriva, portanto, da autopercepção das pessoas comuns como membros de alguma unidade social. Associados a essas percepções estão os produtos dos diversos grupos, tais como normas e valores, e estes também podem se tornar internalizados e servem de guia para o comportamento individual (Brewer & Brown, 1998).

Em suma, uma das funções atribuídas ao processo de categorização é a simplificação e ordenação do mundo em categorias. As duas consequências decorrentes do processo de categorização são a acentuação das diferenças percebidas entre categorias e o nivelamento das distinções dentro de cada categoria. O processo de categorização social, considerado como fundamental no comportamento intergrupar, tem como função importante aguçar as distinções entre os diferentes grupos e desfocar as diferenças dentro deles, a fim de facilitar a identificação dos membros e não membros de cada grupo.

Os primeiros trabalhos salientavam o aspecto consciente do processo de categorização, embora alguns teóricos tenham se detido mais nos aspectos cognitivos inconscientes ou automáticos. Allport (1954/1979), por exemplo, já alertava que as categorias “irracionais” (inconscientes) são formadas tão facilmente quanto as categorias racionais (conscientes) e que, provavelmente, estas estejam mais em conformidade com a emoção do que com evidências objetivas, sendo, portanto, formadas sem comprovação adequada.

Por outro lado, percebe-se a existência de um dispositivo mental comum que permite manter prejulgamentos, mesmo diante de constatações contraditórias; desta forma, apesar de se excluir alguns casos, a base negativa é mantida intacta para todos os outros

casos. Em suma, a evidência contrária não é admitida e permitida para modificar a generalização, mas é reconhecida, contudo, superficialmente e restritamente (Allport, 1954/1979).

A categorização social, no entanto, não se caracteriza por um processo restritamente mental, sendo produzida em meio a um processo discursivo (Wetherell & Potter, 1995). Sua construção se estabelece, assim, nas relações sociais num dado contexto, mediante exposições situacionais do posicionamento acerca dos conteúdos categoriais existentes. Conseqüentemente, o repertório das expressões e conteúdos a respeito das categorias sociais favorece a construção e manutenção das identidades sociais.

A pertença a um grupo, cabe destacar, atinge o seu significado no processo de comparação social (Tajfel, 1981), que pressupõe uma avaliação permanente das diferenças existentes em relação aos outros grupos. Um aspecto resultante da comparação do endogrupo com exogrupo, por exemplo, é a privação relativa fraterna, onde os ganhos dos membros do endogrupo são percebidos como menos favoráveis do que aqueles dos membros do exogrupo. Teoricamente, a privação relativa fraterna apresenta dois aspectos: 1) pressupõe um certo grau de identificação com o grupo de pertença e 2) visa conduzir a um comportamento individual e coletivo construtivo, bem como para formas destrutivas ou negativas do mesmo.

Empiricamente, a relação entre privação relativa fraterna e relações intergrupais negativas é mista. Em alguns estudos, por exemplo, os sentimentos de privação relativa fraternal foram preditores para o comportamento intergrupar negativo. Nesse sentido, a sensação de injustiça de um grupo em comparação a outro parece ser crucial para a privação relativa fraterna e vem acompanhada de sentimentos negativos, como raiva e ressentimento.

Vale dizer, a teoria da privação relativa fraternal acrescenta um elemento importante para a teoria da identidade social, no qual são enfatizadas as consequências cognitivas da (i)legitimidade. Ela tenta fornecer alguns elementos essenciais para uma compreensão da ação coletiva negativa (DeRidder et al, 1992).

O processo de comparação social pode resultar em uma identidade positiva ou negativa, a depender do tipo de avaliação feita ao próprio grupo. Assim, uma avaliação positiva do grupo pode resultar numa identidade positiva, e, em contrapartida, uma avaliação negativa do grupo de pertença pode resultar numa identidade negativa (Tajfel, 1978; Tajfel, 1981; Tajfel & Turner, 1986). Consequentemente, a manutenção ou aumento da autoestima dos indivíduos dependeria do tipo de avaliação da sua identidade social (Tajfel, 1981; Tajfel & Turner, 1979).

Quando se tem uma autoestima reduzida, o senso de integridade individual é afetado. Em contrapartida, quando o grupo minoritário (negros) tem uma identidade racial positiva há um aumento da autoestima e maior consciência acerca do racismo (Bianchi *et al*, 2002).

A identidade vista em termos de grupos raciais – a identidade racial⁶ - pode, através da adaptação do conceito de identidade social desenvolvido por Tajfel, ser conceituada como a parcela do autoconceito da pessoa que deriva do conhecimento da sua pertença a um grupo racial, juntamente com o valor associado àquela pertença e o significado emocional que ela possui (França & Monteiro, 2002).

A identidade social possui três dimensões: uma cognitiva, consciência que o indivíduo tem da sua pertença a um grupo social, expressa pela autocategorização; uma avaliativa, atribuição de valor, positivo ou negativo, ao grupo de pertença, fator que

⁶O termo raça está sendo usado no sentido sociológico

influencia a autoestima do indivíduo; e a emocional, que diz respeito ao envolvimento com o grupo (Ellemers, Kortekaas & Ouwerkerk, 1999).

De forma análoga, a identidade racial também possui três dimensões: autocategorização racial (dimensão cognitiva), valoração do grupo (dimensão avaliativa) e avaliação emocional da pertença racial (dimensão emocional).

A base para distinção intergrupar em termos raciais e, portanto, o primeiro passo na formação de atitudes raciais, quer positivas, quer negativas (Aboud, 1988; Goodman, 1964; Katz, 1976; Tajfel, 1981) é a categorização racial, caracterizada pela distinção de pessoas por meio de aspectos fenotípicos de natureza racial, como cor da pele, tipo de cabelo e estrutura facial (Brown, 1995; Ramsey, 1987; Rotheram *et al.*, 1987). Como forma de organização do mundo social em grupos raciais, a categorização racial serve de estratégia para inclusão ou exclusão de alguém em um determinado grupo (Kartz, *et al* 1983).

A autocategorização diz respeito ao conhecimento que o indivíduo tem da sua pertença a um grupo racial. No entanto, o grupo de pertença do indivíduo deve coincidir de alguma maneira com o reconhecimento externo (Rotheram *et al.*, 1987). Isso porque a percepção das diferenças raciais aponta, mesmo que de modo rudimentar, ao *status* social dos grupos.

Sendo assim, quando um grupo é avaliado positivamente possui um alto *status* social, ao passo que uma avaliação negativa o reduz a um baixo *status* social (Ellemers, 1993). A autocategorização possui uma estreita relação com o *status* do grupo social, assim, para ter uma identidade social positiva, os indivíduos resistirão em se identificar com grupos de baixo *status* social ou tentarão uma mobilidade social (Tajfel, 1978).

A avaliação emocional da pertença tem sido definida em termos de afetos (amor ou ódio, gosto ou desgosto) (Condor, Brown, & Williams, 1987) e de valor (Monteiro, Lima

& Vala, 1991), ligados à própria ou a outras categorias. Esse processo tem sido estudado no campo da autoestima.

Os indivíduos geralmente utilizam estratégias para estabelecer uma identidade positiva, e, portanto, elevar sua autoestima. Na dimensão de comparação, podem fazer uso de duas estratégias: a mobilidade individual, na qual o indivíduo pode se dissociar do seu grupo, e a criatividade social, na qual os padrões de comparação são redefinidos pelos membros do grupo, seja comparando os grupos numa dimensão nova, seja mudando os valores relacionados com o *status* dos grupos (e.g., o “*Black is Beautiful*”⁷). Por consequência, mesmo permanecendo a dimensão de comparação, o sistema de valores a ela associado é invertido.

Outra estratégia para a obtenção de uma identidade positiva é através da competição social, na qual os membros do grupo de *status* baixo tentam ascender a uma identidade positiva através da competição com os membros dos grupos de alto *status* (ver França & Monteiro, 2002).

Os estudos da identidade social surgiram inicialmente das propostas de Tajfel et al (1972), baseadas no paradigma do grupo mínimo. Este, analisado no âmbito das relações intergrupais socialmente significativas, tem se mostrado de suma importância nos estudos acerca das relações racializadas, das expressões do preconceito racial e do racismo e no favorecimento aos grupos minoritários (Silva, 2005).

As pesquisas desenvolvidas por Tajfel nessa seara trouxeram, segundo Álvaro e Garrido (2006), quatro contribuições principais: 1) a integração das premissas derivadas da teoria do conflito real, de Sherif, e as derivadas da teoria da identidade social, de Tajfel – a identificação com o endogrupo facilita a hostilidade intergrupar no contexto de conflito

⁷ Beleza negra.

de interesses; 2) a vinculação entre processos de identificação grupal e sentimentos de privação relativa para explicar a participação em ações coletivas encaminhadas à mudança social – esses sentimentos aumentam com a filiação a grupos sociais distintos e a participação em movimentos sociais aumenta quando os sentimentos de privação relativa são unidos à identificação das pessoas, como grupo social com interesses compartilhados; 3) os processos de categorização são, principalmente, processos sociais com funções de justificar as relações com outros grupos e manutenção da identidade; e, finalmente, 4) revelou a necessidade de considerar diferentes estratégias para reduzir o preconceito e a discriminação intergrupala.

3.1.4 A questão racial no Brasil

Características como relevância, valorização social e outras utilizadas no estudo dos processos de identidade e categorização racial adquirem seu pleno sentido quando situadas em contextos específicos. É necessário, para tanto, estudar os processos de categorização e de identidade raciais no contexto histórico onde eles se desenvolvem. Nosso interesse centra-se no contexto das relações inter-raciais no Brasil.

Considerando-se a inexistência de raças humanas baseadas numa dimensão biológica⁸, todas as teorias que correlacionam dimensões culturais, físicas e escalas hierárquicas entre tipos humanos não se sustentam. Por outro lado, a terminologia “raça” utilizada em diversos campos do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia e ciência política, tem uma conotação mais abrangente do que aquela do referencial

⁸“A biologia e antropologia física criaram a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos [...] isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência” (Guimarães, 2008:64)

biológico.

Pode-se dizer que a persistência no uso da terminologia “raça” se dá por dois motivos: o primeiro, da ordem das ideologias racistas (ostensivas, intolerantes e agressivas) e o segundo, decorrente dos movimentos sociais dos grupos minoritários (recriação de uma perspectiva racializada, com intuito de combater o racismo).

Tendo em vista diferentes motivações para uso do termo “raça”, seja socialmente ou no plano dos trabalhos científicos e acadêmicos, alguns teóricos atribuem seu uso à promoção de concepções racistas das relações sociais e às práticas do racismo (Gilroy, 2001; Miles, 2000; Azevedo, 2004). Outros, ao contrário, salientam que refutar a ideia de raça diante dos fatos sociais tem servido somente à manutenção da desigualdade racial (Winant, 2000; Guimarães, 1999).

Toda forma de pensamento racista possui uma fundamentação racializada, embora uma forma de pensamento racializado não precise necessariamente ser racista. Pelo contrário, o racismo antirracista reconhece que a realidade das raças é, antes, social, política e cultural, é geradora de dinâmicas sociais correspondentes que produzem iniquidades de acordo com os portadores das distintas aparências ou marcas raciais (Guimarães, 1999, 2002).

A raça⁹ vista como uma construção social deve ser estudada pela sociologia, ciências sociais ou a psicologia no campo das identidades sociais. Neste sentido, se fala de cultura e de cultura simbólica, onde pode-se dizer que “raças” são efeitos de discursos (Wade *apud* Guimarães, 2008) que as sociedades humanas constroem acerca das suas

⁹ Segundo, Guimarães (2008:66), raças para sociologia “são discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc. pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)”.

origens e sobre a transmissão de essências e gerações (Guimarães, 2008).

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas em raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1995), tendo os censos e pesquisas amostrais sobre a população brasileira como provas empíricas da existência das assimetrias raciais (Paixão & Carvano, 2008).

Neste sentido, pode-se afirmar que o racismo é um discurso ideológico justificador dos processos de discriminação social (Bowser, 1995; van Dijk, 1997, 2011). Mas, se a ideologia reflete de alguma maneira a organização econômica, pode-se esperar que ela inclua tanto aspirações universalistas quanto o espírito de concorrência e de justiça meritocrática (Billig, 1991).

3.2 Normas Sociais e suas Relações com o Preconceito Racial e o Racismo

Nesta seção serão apresentadas as normas sociais e ideologias que servem de referências para as relações inter-raciais.

As normas sociais, derivadas de valores sociais, definem, explícita ou implicitamente, padrões norteadores de condutas sociais apropriadas ou desejáveis para os membros de um determinado grupo. (Sherif, 1967; Hogg & Vaughan, 1995).

Na perspectiva das relações intergrupais, é o grupo de pertença que fornece as referências para seus membros estabelecerem avaliações e julgamentos que, a princípio, possam ser divergentes, mas que ao final tornam-se convergentes aos membros do grupo. (Sherif, 1936). O objetivo final desse processo de “submissão” à influência do grupo é, na verdade, uma forma do indivíduo validar seu autoconceito e ser aceito, se sentir incluído e reconhecido como membro do grupo. (Turner, 1987; Terry, Hogg e Blacjwood, 2001).

Na situação grupal, as normas sociais se caracterizam como padrões norteadores de comportamentos para os membros de determinados grupos (Sherif, 1967). Se uma determinada situação é apresentada a membro do *ingroup* ou *outgroup*, então esse membro do grupo é obrigado (deveria) a realizar ou abster-se de um determinado comportamento. Todavia, se o membro do grupo não está se comportando de acordo com a norma, significa que a norma está sendo violada; quando os membros de um grupo atribuem uma violação a norma por membros do outro grupo, com características negativas ou motivos ruins do outro grupo, eles tendem a reagir com o comportamento negativo contra (membros do) o outro grupo (Deridder et all, 1992).

No entanto, estudos têm demonstrado que para cada contexto social atuam normas específicas gerando comportamentos intergrupais específicos ou, ainda, que os indivíduos internalizam as normas do grupo de forma diferenciada (Minard apud Lima, 2003).

Neste sentido, a pertença a um determinado grupo representa a adoção das ideologias e sistemas de crenças, baseados nas normas sociais do '*in group*', que foram internalizadas pelo indivíduo. (Sherif, 1967). A adoção das normas sociais do grupo de pertença ocorre como estratégia para o indivíduo estabelecer seu autoconceito, ser aceito e se sentir incluído neste grupo. (Turner, 1987; Terry, Hogg & Blackwood, 2001 apud Lima, 2003). O grau de identificação e o *status* do membro no grupo designam maior ou menor adesão às normas do grupo, assim, no que se refere à norma racista esta seria expressa por membros que possuem uma identidade social insegura (Lima, 2003).

Se, por um lado, a identidade social ou racial pode gerar atitudes preconceituosas e condutas discriminatórias dirigidas ao exogrupo, por outro lado, o contexto cultural gera normas que também servem de guias para condutas e comportamentos discriminatórios. (Pettigrew, 1958).

Estudos iniciados nas décadas de 1950 demonstram o uso das normas sociais como guias e estratégias de condutas. Ao investigar as relações raciais dos mineiros das minas de carvão dos Estados Unidos, Mirnard (1952) constata que a maioria dos trabalhadores brancos tratava os colegas negros de forma igualitária no ambiente de trabalho; porém, em locais em que a norma segregacionista era permitida (bares, ruas e transportes), eles os discriminavam.

Muito embora as normas sociais não sejam os únicos fatores determinantes das condutas discriminatórias, elas são fundamentais para a compreensão do preconceito e racismo e dos efeitos de outras variáveis envolvidas nesses processos. A aceitação das normas sociais racistas e antirracistas vai depender do conjunto de crenças e ideologias internalizadas pelos indivíduos, oriundas das normas do grupo que ele se identifica (Sherif, 1967), e das normas dos sociais e situacionais ao qual está vinculado.

As crenças e as ideologias, compartilhadas socialmente, também influenciam as condutas preconceituosas e discriminatórias entre grupos, a exemplo, do que preconiza a teoria da dominância social, cujo pressuposto básico é considerar que as sociedades são hierarquizadas socialmente – os grupos dominantes e hegemônicos constituem o topo da pirâmide social, ao passo que os grupos minoritários são constituintes da base –, propõe uma articulação entre os aspectos individuais, cognitivos, de personalidade e os aspectos sociais, institucionais, pertencentes à natureza do preconceito (Pratto, Sidanius, Stalworth & Malle, 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

Essa corrente teórica determina níveis individuais de orientação à dominância social, referindo-se ao desejo do indivíduo de que o endogrupo domine o exogrupo e que, dentro do seu grupo, ele domine os outros membros (Sidanus, Pratto & Bobo, 1996).

Por consequência, pressupondo que as pessoas apresentam uma orientação à dominância social, que estaria relacionada a atitudes contra o igualitarismo (Lima, 2011),

essa teoria sinaliza que quanto maior a concordância com afirmativas referentes a atitudes contrárias ao igualitarismo, maior a orientação à dominância social.

Uma variável moderadora entre normas sociais e racismo é a identificação com o grupo de pertença: quanto mais insegura for essa identificação, maior será a expressão de preconceito e racismo, a exemplo do racismo expressado pelos morenos em relação aos negros no Brasil (Turra & Venturi, 1995).

Contudo, é importante verificar quais normas sociais específicas são responsáveis pela produção e inibição do racismo. Lima (2002) verificou a influência das normas do igualitarismo e da meritocracia nas expressões do racismo e constatou que a adesão às normas meritocráticas tinha relação direta com maior expressão do preconceito e racismo, ao passo que adesão às normas igualitárias serviu para controlar esses fenômenos.

Por outro lado, as ideologias são decorrentes das normas sociais que orientam condutas e relações intergrupais. Normas sociais, muitas vezes, contrárias entre si, a exemplo dos conceitos de trato igualitário entre os grupo e valorização do mérito como forma de acesso aos bens materiais e simbólicos.

Neste sentido, pode-se afirmar que o racismo é um discurso ideológico que justifica processos de discriminação social (Bowser, 1995; van Dijk, 1997, 2011). Mas se a ideologia reflete de alguma maneira a organização econômica, pode-se esperar que ela inclua tanto aspirações universalistas quanto o espírito de concorrência e de justiça meritocrática (Billing, 1991).

Portanto, resta saber: como operam as normas sociais da meritocracia e do igualitarismo nas expressões do preconceito e do racismo no contexto brasileiro? Qual a influência da orientação a dominância social nas expressões do preconceito e do racismo no contexto brasileiro? E como operam algumas ideologias e normas sociais, historicamente constituídas, nas relações brasileiras racializadas?

3.2.1 Processo de Miscigenação, Ideologia do Branqueamento e o Mito da Democracia Racial

Em 1888, após o período da escravidão no Brasil, a nação se preocupava com a construção de uma identidade nacional que, naquele momento, era problemática. De um lado existia um contingente de ex-escravos negros, há pouco considerados como força animal e agora constituintes da nação e identidade brasileira. Do outro, havia as crenças apoiadas nas teorias racistas da época sobre a influência negativa dos negros na formação de uma identidade étnica nacional. Influenciados pelo determinismo biológico de um modo geral, os intelectuais brasileiros dos séculos XIX e XX “acreditavam na inferioridade das raças não-brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço” (Munanga, 2004)

Desta forma, alguns intelectuais (ex. Silvio Romero, João Batista Lacerda) acreditavam que a diversidade racial e cultural que caracterizava a formação da identidade brasileira em curso tenderia à homogeneização mediante a dominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos, ao passo que outros (ex. Nina Rodrigues, Euclides da Cunha) acreditavam no ativismo manifesto nos descendentes (um tipo sem valor, degenerado, desequilibrado e decaído), oriundos dos cruzamentos interraciais, sendo, portanto, impensável uma unidade racial e cultural brasileira, preconizando antes de tudo a heterogeneidade.

Duas ideologias aparentemente antagônicas, de um lado, a ideologia do branqueamento que caracterizava a classificação dos descendentes mestiços como ‘superiores’ ou ‘inferiores’ de acordo com o fenótipo, mais ou menos caucasoide e mais ou menos negroide, e do outro, a ideia da igualdade e harmonia entre os componentes da diversidade racial brasileira iniciada pelo Mito da Democracia Racial, preconizado por

Viana (1922, 1956).

Estas peculiaridades caracterizam o preconceito brasileiro, denominado por Oracy Nogueira (1954/1985) de preconceito de ‘marca’ ou de ‘cor’, distinto do preconceito de ‘origem’ vigente nos Estados Unidos. (Munanga, 2004).

O processo histórico das relações racializadas no contexto brasileiro possui algumas particularidades distintas das que ocorreram ou ocorrem em outros países, como os Estados Unidos e África do Sul. O fenômeno da miscigenação racial deu lugar a uma diversidade de tipos e matizes de cores, ao passo que o *apartheid* vivenciado nos demais países se configurou por um sistema segregacionista mais notório, produzindo um sistema racial dicotômico entre brancos e negros.

Nesta distinção histórico-política do processo de classificação racial nos Estados Unidos e na África do Sul, baseada na polarização negro/branco, os descendentes mestiços são considerados negros pela lei da gota do sangue (*on-drop rule*), cuja regra de filiação é baseada na hipodescendência. Os miscigenados têm sua filiação ao grupo considerado inferior, ao passo que no Brasil o mestiço possui um lugar na classificação racial, pois trata-se de uma classificação baseada na marca e na cor de pele, que, a depender do grau de miscigenação, pode atravessar a linha ou fronteira de cor e ser reclassificada na categoria “branca”. (Munanga, 2004)

A ideologia hegemônica, mais perversa a respeito das relações raciais brasileiras, caracteriza o Brasil como uma democracia racial, por se constituir de uma sociedade multirracial de classes (Pierson, 1940), perversa por ignorar que este processo de miscigenação não ocorreu de forma pacífica ou harmoniosa, não foi fruto da amabilidade do senhor para com as escravas, mas sim de atos violentos e estupros promovidos por estes senhores às escravas.

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freire (2001), ao salientar “a doçura nas

relações de senhores com escravos domésticos”, não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas de poder entre senhores e escravos que impunha aos últimos o processo de aculturação mediante o qual se abandonava as tradições e pertencimento de origem para poder progredir.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira – exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalterna a tomada de consciência de suas características e expressão de uma identidade própria. Essas características são ‘expropriadas’, ‘dominadas’ e ‘convertidas’ em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (Gnaccarini & Queiroz, *apud* Munanga, 2004, p. 89).

Portanto, “a defesa do modo de classificação racial com múltiplas categorias raciais (categorias sem limites bem definidos) e a apologia da miscigenação que geralmente a acompanha assumem com grande frequência um caráter ideológico e mistificador nos discursos dos brasileiros” (Oliveira Filho, 2005, p. 247), seja associando-o implícita ou explicitamente a um diferencialismo racista (sem ambiguidades ou misturas); seja, enfatizando a peculiaridade da origem negra na maioria dos brasileiros o que, portanto tornaria todos mestiços; ou ainda, utilizando da cor de pele com marca classificatória em que o mestiço seria diferenciado do negro; e por fim, apresentando contradições, inconsistências e ambivalências no discurso. Evidenciando com isso que o elogio à mestiçagem reforça o mito brasileiro da democracia racial (Oliveira Filho, 2005).

Os trabalhos de diversos sociólogos denunciam precisamente este erro

denominando-o de *O Mito da Democracia Racial*, que ao negar a questão racial, naturalizou as desigualdades raciais no Brasil (Fernandes, 1965; Pinto, 1953). Neste sentido, a crença na *democracia racial* retrata uma falsa ideia da cordialidade racial, se considerada as desigualdades sociais e raciais apresentadas nos dados censitários (Torres, Martignoni & Oliveira, 2011).

A admissão da existência do preconceito racial no Brasil pode ser denunciada pela celebre frase: “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito” (Fernandes, 1972, p.42). Essa negação do preconceito pode ser explicada através dos sentimentos de culpa, vergonha coletiva e responsabilidade grupal (Brown, González, Zagefka, Manzi & Cehajic, 2008), além do desejo de reparação de dívidas históricas entre grupos provenientes de exploração.

Outro fato histórico-político relevante que denuncia o racismo brasileiro é a política oficial do embranquecimento da população brasileira, na qual o estado brasileiro investiu em programas de imigração de europeus, cujas passagens eram pagas por órgãos governamentais, disseminando a ideia de que “a albumina branca depura o mascavo nacional” (Peixoto, 1975 p.15).

Cumprir destacar, porém, que não era qualquer branco, mas apenas os brancos “indo-europeus”, cujo controle da entrada desses estrangeiros no Brasil era feito pela “lei de cotas” de 1934 (Geraldo, 2009). Por trás desse fato, conforme já anunciado, está a ideologia do branqueamento, que estabelece que quanto mais branco, mais puro, mais belo e mais inteligente é o indivíduo.

Assim, funda-se o racismo à brasileira (Pereira, 1996), calcado no Mito da Democracia Racial, que gera uma aversão nacional às expressões explícitas do preconceito racial e étnico, e a ideologia do branqueamento, que, de forma paulatina, introduz no imaginário brasileiro a purificação da nação e conseqüente extinção da ‘mancha negra’ na

sociedade brasileira.

Ideologia, cujo discurso ambíguo, calcado numa democracia racial, por um lado e, na purificação da nação pelo processo de branqueamento só poderia contribuir para relações racializadas hierárquicas, no contexto brasileiro, em que negros e morenos possuem *status* socioeconômico inferior aos brancos, fato que salienta o processo de exclusão ao qual estão submetidos os afrodescendentes.

A ideologia brasileira, que imprime constrangimentos aos grupos que visam se manter afastados da sociedade nacional, é a mesma que insemidou fatores culturais capazes de dominar as heranças culturais dos grupos étnicos envolvidos na sua constituição bem “como conseguiu suscitar em toda a população, por mais heterogênea que seja, o sentimento de um destino comum, com maior poder de mobilização que o de origem étnica particular” (Munanga, 2004, p. 135), todavia, serviu apenas para os negros negarem sua origem e aos morenos ou mestiços comporem uma classe ou grupo sem identidade própria. Outro fato é que o mito da democracia racial impede a consciência dos afrodescendentes dos mecanismos sutis de exclusão aos quais estão submetidos (Munanga, 1999).

No entanto, se por um lado este processo de exclusão tem causado uma baixa autoestima e conseqüente desvalorização da identidade racial em crianças negras (Clark & Clark, 1947; França & Monteiro, 2002) e adultos, por outro lado tem impulsionado os movimentos negros à valorização da sua cultura e identidade, e conseqüentemente, à luta por seus direitos.

Evidentemente a maior conquista, nos últimos tempos, tem sido a política de cotas para negros nas universidades, que possibilita aos negros uma inserção social mais rápida, mesmo que gere polêmicas (inclusive no próprio movimento negro).

As políticas de cotas nas universidades é uma conquista para os negros, por um lado, pois garante a possibilidade de promoção de uma mudança social em que todo o grupo é contemplado com um benefício que possibilita alcançar espaços que antes lhes eram negados, por outro lado, desperta no grupo majoritário (brancos) sentimentos de injustiça e de “desordem social” por interferir na organização social natural, na qual todos estão nos lugares e espaços sociais que lhes cabe por direito.

Para melhor compreensão da problemática das políticas de cotas será feito, em seguida, uma breve explanação sobre as políticas de ações afirmativas, de um modo geral, e especificamente sobre a política de cotas para negros nas universidades.

4. As Políticas de Ações afirmativas

Não se pode pegar um homem que ficou acorrentado por anos, libertá-lo das cadeias, conduzi-lo, logo em seguida, à linha de largada de uma corrida, dizer ‘você é livre para competir com os outros’, e assim pensar que se age com justiça.

(Lyndon Johnson, presidente dos EUA)

A célebre frase de Lyndon descreve precisamente a proposta das ações afirmativas, que visam proporcionar equidade a todos os cidadãos mediante discriminação positiva aos membros dos grupos minoritários, por serem hipossuficientes e, portanto, carentes de proteção institucional. A discriminação positiva assegura aos grupos minoritários um trato diferenciado, uma proteção institucional, para que possam vislumbrar uma posição igualitária com os membros dos grupos majoritários.

Portanto, o termo discriminação positiva tem o efeito e sentido inversos da terminologia clássica sobre discriminação, que se refere ao componente comportamental do preconceito e, é definida como um comportamento manifesto, geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos (Pereira, 2002).

São pertinentes à introdução da temática das políticas de ações afirmativas considerações acerca do conceito de igualdade numa sociedade de direito, com objetivo principal de elucidar uma aparente contradição que pode surgir ao se proporem igualdades mediante tratamento diferencial/preferencial a uma dada camada da sociedade, pertencente a grupos sociais hipossuficientes.

O conceito inicial de igualdade formal, originário do processo democrático que visava eliminar privilégios destinados apenas à aristocracia, na atualidade, não estabelece

uma igualdade real dos agentes sociais diferenciados historicamente nas diversas esferas sociais. Surge, então, o conceito de igualdade substancial, terminologia aristotélica, que alicerça a coerência jurídica e filosófica da diferenciação provisória e emergencial, proposta pelas ações afirmativas.

Para Gomes (2003), “da transição da ultrapassada noção de igualdade “estática” ou “formal” ao novo conceito de igualdade “substancial” surge a ideia de “igualdade de oportunidades”, noção justificadora de diversos experimentos constitucionais pautados na necessidade de se extinguir ou pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, conseqüentemente, de promover a justiça social” (p. 20). Neste sentido, o novo conceito de igualdade se caracteriza pelo fato de não se limitar a mera positivação legal, mas promover ações que visam uma igualdade de fato no futuro, possível mediante alterações na norma (Zoninsein & Júnior, 2008).

Contudo, a primeira referência as políticas de ações afirmativas de que se tem conhecimento é encontrada na legislação trabalhista inglesa (*The National Labor Relations Act*¹⁰ - 1935), portanto, imbuída numa norma. Nesta legislação, se especificava que, em caso de discriminação dirigida por empregador a empregado, o primeiro, além de ser obrigado a parar de discriminar, deveria providenciar formas de ações afirmativas que colocassem a vítima da discriminação na posição em que poderia estar caso não tivesse sido discriminada.

As ações afirmativas são comumente definidas como “ações públicas ou privadas, ou programas, que proveem ou buscam prover oportunidades ou outros benefícios para pessoas, com base, entre outras coisas, em sua pertença a um ou mais grupos específicos” (Jones, 1993; p.345). Neste sentido, esse conceito se refere a programas que promovem o

¹⁰ Lei nacional de relações trabalhistas.

acesso dos membros de grupos minoritários (raciais, étnicos, sexuais ou religiosos) a educação, empregos, etc., tendo como princípio fundamental o sentido de equidade social ou de administração da justiça em situações particulares e não universais.

O caráter compensatório das políticas de ações afirmativas visa principalmente reverter às desigualdades históricas através da implantação de programas governamentais, preferenciais dirigidos aos grupos discriminados socialmente (Bolaffi, Bracalenti, Braham & Gindro, 2003).

Neste momento podem-se perceber duas noções e aplicações diferenciadas de ações afirmativas: a primeira que se refere a uma reparação por uma injustiça passada e a segunda, mais moderna, se refere a um programa de políticas públicas para garantir a ascensão de minorias étnicas, raciais e sexuais a algum bem ou *status* social. Segundo Guimarães (1999), existe uma diferença fundamental entre a noção antiga e a moderna: enquanto na primeira, se procura ressarcir uma pessoa por uma discriminação sofrida, na segunda, se procura evitar que pessoas sejam discriminadas por pertencerem a um grupo. Assim, pode-se perceber que a primeira é de cunho reparatório, enquanto a segunda é de ordem preventiva.

As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade (Piovesan, 2008, p. 890)

A discussão sobre as políticas de ações afirmativas, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, se engaja num debate em torno de duas perspectivas (Guimarães, 1999):

1) A axiológica e normativa, composta por três posições:

- Posição Liberal – discute o tratamento de forma diferenciada e privilegia indivíduos de acordo com sua pertença, porém a intervenção é circunscrita a situações concretas e condições específicas.

- Posição Conservadora: atribui aos indivíduos – e, conseqüentemente, aos grupos - a responsabilidade pela posição social que ocupam; a intervenção estatal é considerada indevida.

- Posição Esquerdista: procura demonstrar que a não aceitação da política de ações afirmativas se reveste de uma fachada ideológica para justificar um tipo de discriminação, opressão e exploração sistemática a grupos e, inclusive, sugere que seria uma forma sutil e não declarada de racismo.

A discussão se estabelece em torno da correção ou não do tratamento diferenciado do indivíduo por suas características adscritas e grupais. A tese central dessa primeira perspectiva prioriza o mérito individual, ignorando a pertença social/grupal.

2) A perspectiva histórica e sociológica, que enfatiza o modo como as políticas de ações afirmativas vieram ou podem vir a se constituir e os impactos que tiveram ou podem vir a ter sobre a estrutura social, focando na compreensão dos antecedentes históricos e sociais.

Esta perspectiva prioriza, por meio da compreensão dos antecedentes social-históricos, verificar que impactos e possibilidades de construção tiveram ou podem vir a ter, sobre a estrutura social, a implantação de políticas de ações afirmativas de intenção anti discriminatória em países democráticos, plurirraciais ou étnicos.

Lipset (1993), ao sintetizar uma discussão axiológica e normativa em torno das políticas de ações afirmativas, elabora a tese central de que “as políticas de ações afirmativas forçaram uma confrontação aguda entre dois valores nucleares da sociedade americana: igualitarismo e individualismo” (p. 209). Segundo esse autor, a consequência é que se deixa de lado o sentido original do igualitarismo americano, centrado na ideia de igualdade de oportunidade para indivíduos, em troca de uma igualdade de resultados, a

qual transfere a unidade de ação social, econômica e política dos indivíduos para os grupos de pertença identitária.

Para desfazer a tensão gerada pela confrontação acima citada, seria necessário que as políticas de ações afirmativas preconizassem seu objetivo original de igualdade de direito a todos, propondo que as suas intervenções sejam de cunho universalista ou referidas a traços variáveis, como a pobreza, ao invés de se referirem à raça, gênero ou etnicidade (Lipset, 1993).

No entanto, Guimarães (1999) acredita que “a jurisprudência que se forma nos Estados Unidos em torno da legalidade ou não de certas práticas de ações afirmativas busca justamente construir pontes entre os direitos coletivos e os direitos individuais”. Destarte, junto com a noção de reparação é estabelecida uma preocupação com a prevenção de direitos.

No debate acerca das ações afirmativas, em contraposição à perspectiva ideal-típica de meritocracia, os defensores das ações afirmativas se concentram na crítica do mérito como ideologia. Isso implica em assumir que, por trás da defesa do mérito individual, se esconderia de fato uma prática discriminatória. Pois, como afirmam Zoninsein & Júnior (2008), as ações afirmativas são um instrumento importante de promoção do mérito verdadeiro e não da reprodução do privilégio disfarçado de mérito, isso porque o princípio de seleção que opera em cada cota é o do mérito.

No que se refere aos critérios raciais, justificam-se as ações afirmativas com a suposição de que, de fato, não existe nenhuma esfera social que opere com base no puro mérito. Como exemplo tem-se as universidades norte-americanas que utilizam, na admissão de alunos, outros critérios a exemplo de serem filhos de benfeitores ou membros do *alumni*; serem residentes regionais; terem habilidades esportivas, etc.

Abaixo, são listadas as diversas posições contrárias e a favoráveis no debate norte-americano acerca das ações afirmativas.

Argumentos contrários às políticas de ações afirmativas, no contexto norte-americano:

- a) Contrariam o credo americano no mérito individual, demonstrado na competição, a partir de oportunidades iguais.
- b) Alienam os aliados brancos na classe operária e os liberais.
- c) Fomentam atitudes racistas.
- d) Teriam o mesmo efeito se fossem adotadas medidas universalistas.
- e) Prejudicam, mais que ajudam, o objetivo de diminuir a importância da raça.
- f) São estigmatizadoras dos grupos beneficiados.
- g) Ferem os direitos constitucionais daqueles que passam a ser excluídos em consequência de sua aplicação.

Argumentos favoráveis às políticas de ações afirmativas no contexto norte-americano:

- a) São a melhor forma de corrigir distorções nos mecanismos de alocação de recursos, através da competição por mérito.
- b) Raça é um dos critérios reais, embora não declarados, que são usados para alocação de recursos e na política.
- c) Estão sob ataque de formas mais sutis de racismo.
- d) Medidas universalistas não rompem os mecanismos inerciais de exclusão.
- e) Entre aspectos positivos e negativos, ainda são as políticas mais eficientes.
- f) Proveem *role models*¹¹ de êxito profissional para negros.

¹¹Modelos ou protótipos.

g) Nenhum tribunal americano considerou, até hoje, inconstitucional a operação de políticas que usam critérios raciais explícitos.

Como é possível verificar, no que concerne especificamente à política de ações afirmativas dirigida para grupos étnicos, o debate tem gerado as mais variadas polêmicas.

Thomas Sowell (citado por Sansone, 1998) afirma que as minorias étnicas teriam mais êxito num sistema econômico do tipo *laissez-faire* do que em sistemas sujeitos à regulação do governo. Esse autor argumenta que a discriminação racial foi comum e que os grupos discriminados tendem a ter renda mais alta que os grupos que os oprimiram. Ele acredita ainda que numa economia de mercado a discriminação racial custa caro a quem a aplica; para ele, os esforços por parte do governo no combate à discriminação racial servem apenas aos interesses dos progressistas brancos e da classe média negra, mas não aos dos pobres.

Por outro lado, Jencks (citado por Sansone, 1998) estabelece que a discriminação racial tem sido a causa das desigualdades entre brancos e negros e que os custos da discriminação são pagos pelas vítimas; por isso, estas são as mais interessadas em combatê-la. Para esse autor, as políticas públicas de ações afirmativas até agora implementadas têm sido determinantes na redução da desigualdade entre brancos e negros. Um último aspecto considerado por ele refere-se a que os grupos de imigrantes brancos que chegam à América têm sido aceitos como brancos, ao passo que os afro-americanos continuam sofrendo discriminação racial (Sansone, 1998).

4.1. Viés endogrupal e políticas de ações afirmativas

O viés endogrupal é caracterizado pelo favorecimento ao grupo de pertença em detrimento do exogrupo, resultando em negligência de uma conduta justa, isto porque o

membro do grupo exibe um favoritismo endogrupal ao invés de expor à justiça a distribuição de benefícios.

A identidade social está intrinsecamente relacionada ao favoritismo endogrupal, mediante o processo de comparação social (Festinger, 1954). Por outro lado, ações que oferecem mais recursos para o endogrupo não podem ser tão apreciadas quanto comportamentos que criam diferenças intergrupais (Castelli & Carraro, 2010). Portanto, a partir da diferenciação grupal as pessoas podem fazer juízo de valor do seu endogrupo e criar as bases para identificação e pertença (Spears, Jetten, Scheepers & Cihangir, 2009).

Em estudos realizados por Castelli & Carraro (2010), constatou-se que as respostas espontâneas dos participantes sinalizaram a preferência por uma distância relativa do exogrupo ao invés da maximização dos ganhos absolutos do endogrupo.

No entanto, ambos os fatores - identificação e conflito - podem afetar significativamente as respostas dos membros do endogrupo em função do seu comportamento intergrupar. O tipo de identidade, alta ou baixa, afeta as preferências sobre comportamentos do membro do endogrupo, respectivamente igualitários ou injustos.

Por exemplo, Platow *et al.* (1997) mostraram que os entrevistados com baixa identidade exibiam uma preferência explícita por líderes do endogrupo mais igualitários, ao passo que os respondentes com alta identificação indicaram uma preferência por líderes injustos que favoreceram o endogrupo em relação ao exogrupo.

A identidade racial é um dos critérios para que os que se autodefinem negros ou mestiços possam garantir um direito legal de adentrar ao ensino superior, e, mediante a competição, vislumbrar uma expectativa de mobilidade e mudança social.

De fato, as políticas públicas e a competição por recursos econômicos representam um impacto nos processos identitários (Eriksen, 1993; Haaland, 1969; França & Lima, 2011), assim, pode-se pensar que “a política de cotas constitui um campo político e simbólico onde

diferentes agentes disputam o poder de definição das fronteiras e das identidades raciais” (Pinto, 2005; p.5).

Porém, se por um lado a assunção da identidade racial minoritária, neste contexto do exame do vestibular, assegura um benefício, por outro, acarreta o início de uma mudança na estrutura da identidade, precisamente com a entrada na universidade. O processo de categorização e autocategorização são ativados e, se antes havia uma identidade e identificação racial, agora esta identidade e identificação será também pautada numa nova categoria: a dos cotistas, beneficiados pelo sistema de cotas.

Diversos estudos salientam a importância das exigências sociais, situacionais, contextuais e, principalmente, dos períodos de transições da vida para mudanças do autoconceito (Banaji & Prentice, 1994; Kerpelman & Lamke, 1997). Nestes períodos de transição ocorre uma reorganização dos papéis sociais e na forma de lidar com as mudanças temporais e estruturais na vida diária, o que, muitas vezes, está associado com as mudanças na estrutura da identidade (Cigoli & Scabini, 2006).

É importante considerar as identidades (pessoal e social) enquanto processos e não como essências, já que as identidades sociais de um indivíduo não são apenas muito diversificadas, são também o resultado de processos psicológicos e sociológicos contextualmente ativados. Neste sentido, as identidades sociais não são objetivações de tradições culturais ou cargas históricas; pelo contrário, ajudam a objetivar a cultura e a construir a história. Portanto, são criações coletivas, reinventadas e reestruturadas em função dos contextos sociais.

As identidades são ativadas e variam em função dos contextos, as identidades podem ser entendidas como as mais salientes nos sistemas cognitivos imersos em determinados contextos. No entanto, em outros contextos como o de conflitos, as pessoas podem ativar outras identidades diferentes daquela enunciada antes (Vala, 2003).

Em outros aspectos, diversos estudos têm examinado o processo de assimilação de novos elementos da identidade (ver Dunkel, Kelts & Coon, 2006; King & Raspin, 2004), à reestruturação dos conteúdos existentes, necessários para acomodar esses novos elementos, dirigidos, pelo menos em parte, pelas possíveis estruturas de identidade futura que um indivíduo possui antes da transição (Manzi, Vignoles & Regalia, 2010) e os efeitos de insegurança na identidade (Laar, Levin & Sinclair, 2008).

Neste sentido, o presente trabalho adota, para efeitos de análise teórica e metodológica, que quando dois ou mais indivíduos, não necessariamente em contato físico, se autocategorizam de forma semelhante (pertença a uma categoria social) e esta categorização é reconhecida por pessoas externas a ela, se estabelece a existência de um grupo específico e desta forma, mediante processo de identificação grupal, assegura a esse grupo o caráter de endogrupo (grupo de pertença) e ao outro de exogrupo (grupo externo).

Portanto, a identificação ou autocategorização, seja como branco ou negro, é automaticamente atribuída ao reconhecimento de pertença ao grupo racial escolhido (endogrupo) e distinção ao grupo racial preterido (exogrupo).

As relações intergrupais, especificamente as relações racializadas, são relações assimétricas e distintas entre grupos majoritários e grupos minoritários. Neste sentido, no contexto de confronto intergrupos, apenas os membros dos grupos majoritários apresentam o viés endogrupal, favorecendo o grupo de pertença, ao passo que os membros dos grupos minoritários priorizam a indistinção intergrupos (Deschamps, Lourenzi-Ciodi & Volpato, 1983).

Sagar & Schofield (1980) mostraram que as explicações dadas pelos sujeitos, tanto os negros quanto os brancos, podem ser tomadas como evidência de um preconceito antinegro. Sabendo-se do papel da ideologia dominante e do contexto social ou cultural, um grupo minoritário exposto a uma desvalorização contínua e discriminação pelo grupo

majoritário, dominante, pode internalizar estas avaliações negativas e, conseqüentemente, tal grupo pode não desenvolver um viés endogrupal, podendo até mesmo favorecer o exogrupo. (Apfelbaum, 1979; Deschamps, 1982).

No entanto, esse favorecimento ao exogrupo - ou expressão de conteúdo aparentemente preconceituoso contra o grupo de pertença - pode ser caracterizado por uma reprodução “irracional” de um discurso dominante que justifica a manutenção do *status quo* das desigualdades sociais.

Assim, é possível pensar que as relações sociais no Brasil, tendo em vista o processo de identificação e autocategorização, apresentam implicitamente relações raciais decorrentes do processo histórico-cultural. E que, portanto, as pessoas autodeclaradas negras poderiam expressar conteúdos aparentemente preconceituosos contra o endogrupo ou, inclusive, apresentar um favorecimento exogrupal. Essa questão será discutida, brevemente, à luz do debate sobre a adoção de cotas para pessoas negras nas universidades públicas brasileiras.

4.2 - Políticas de Cotas Para Negros e a Universidade Pública Brasileira

O mito da democracia racial revestiu o racismo brasileiro de uma precocidade de normas antirracistas que, diferentemente da expressão do racismo aberto presente nos Estados Unidos, gerou expressões do racismo mais sutis e veladas desde muito cedo (Lima, 2002).

No contexto brasileiro, o debate quanto às políticas de ações afirmativas se reveste de justificativas que visam priorizar os efeitos da difícil classificação racial decorrente do processo de miscigenação. As medidas de ações afirmativas necessitam esclarecer e definir os beneficiados por direito e, neste caso, o simples fato de existirem grupos de cor ou

raciais (ex. brancos e negros) não é suficiente para a avaliação – são necessários grupos étnicos politicamente definidos e ativos (Sansone, 1998).

No Artigo 5º da Constituição Brasileira “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o que veta qualquer forma de discriminação. No entanto, as medidas de ações afirmativas, diferentemente da igualdade na lei, visam estabelecer uma discriminação positiva (igualdade de fato) entre os diversos segmentos da sociedade, por priorizar tratamento diferenciado aos grupos minoritários com o objetivo de resgatar o exercício pleno dos direitos.

Em pesquisa feita com juristas, defensores públicos e advogados, constatou-se que os conceitos de justiça e igualdade estão pautados, em sua maioria, no conceito de justiça e igualdade material ou substancial, reconhecendo, portanto, a necessidade de se tratar de forma desigual os desiguais, considerando a hipossuficiência daqueles menos favorecidos (Silva & Santos, 2010).

Os entrevistados admitiram, todavia, a dificuldade de transpor a teoria, trazendo-a para a prática dos casos diários, onde o tratamento desigual será a medida de igualdade para situações materialmente desiguais. No caso específico da política de cotas para negros nas universidades públicas, os profissionais do direito entrevistados, tendiam a julgá-las, caso a matéria fosse levada à sua apreciação, ilegítimas (por não estarem previstas em lei¹²) e desprovidas de amparo no princípio da isonomia, vez que as desigualdades raciais não seriam o cerne da questão, mas a meritocracia no processo de seleção. Nesta pesquisa, constatou-se a reprodução do discurso dominante proveniente da estrutura social hierarquizada (Silva & Santos, 2010).

¹² Até a data da pesquisa (2010) não existia um posicionamento dominante quanto a constitucionalidade das cotas raciais, mas em 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) emite parecer favorável a constitucionalidade das cotas, através do julgamento da ADPF 186 (Arguição de descumprimento de preceito fundamental).

Para uma maior compreensão da necessidade de se estabelecer uma justiça política de ressarcimento da população negra brasileira, faz-se necessária uma breve explanação histórica de como foi tratada a população negra após o processo de abolição da escravatura.

Paixão (2003) acusa o processo de abolição da escravatura no Brasil de perverso para população de origem africana pois, nos 40 primeiros anos subsequentes, as políticas levaram à exclusão dos negros, inclusive com proibição legal (Código Penal de 1890) de manifestações sociais, políticas e culturais dos recém-libertos.

O código apenas tornava explícita a estratégia governamental que visava uma profunda mudança no perfil racial da população rumo ao seu embranquecimento. Tal processo se daria fundamentalmente através da promoção das políticas de imigração – principalmente de países europeus, onde supostamente, teria um estoque genético superior – e pelo progressivo desaparecimento do contingente negro em nosso país (Paixão, 2003:70; 2008). Desta forma, a eliminação dos grupos raciais na população (índios e negros), se estabelecia por três formas, a mais simples através do branqueamento (miscigenação com o grupo branco), uma mais direta (até pelo genocídio), e por fim, no sentido de uma sistemática omissão na garantia das condições de reprodução desses grupos raciais. (Heringer, 2010).

Por outro lado, apesar do reconhecimento do inegável prejuízo aos negros, o passado escravocrata, promotor das desigualdades sociais cujos negros são os principais protagonistas, seria responsável pelo preconceito social, jamais o racial. Portanto, ser negro remonta à pobreza e não às barreiras provenientes dos mecanismos discriminatórios derivados de sua raça. Assim, “quem porta as marcas raciais negras é, em geral, pobre; mas a pobreza mesma não teria cor” (Paixão, 2008, p.145).

Em contrapartida, o movimento negro avança com a ideia de que o componente racial tem um caráter determinante no processo de construção do cenário social brasileiro. No entanto, este argumento tem sido contestado com a presunção de que o problema racial brasileiro está diluído no oceano de desigualdades sociais em geral, argumento apoiado no mito da democracia racial, sendo pouco problematizado em nossa sociedade (Paixão, 2003, p.75).

Ao analisar os indicadores sociais e demográficos, apesar da redução entre os anos de 2006 e 2010, fica claro o abismo social entre brancos e negros. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), em 2006 o valor do rendimento médio dos homens brancos era 98,5% superior ao dos homens negros e pardos (Paixão & Carvano, 2008). No ano de 2010 essa diferença era de 46,4%.

No plano educacional, os negros apresentavam, no final do século, indicadores sensivelmente piores que os brancos (Paixão, 2003). Entre os anos 1995 e 2006, os indicadores mudaram discretamente, havendo um aumento nos anos de estudo nos dois grupos raciais: brancos, aumento de 1,6 anos (passou de 6,4 para 8,0), e negros/pardos, aumento de 1,9 anos de estudo (de 4,3 a 6,2).

Segundo esses dados, no ano de 2006 a média de escolaridade dos negros/pardos não chegava ao ensino fundamental completo (Paixão & Carvano, 2008). Apesar desse discreto aumento de escolaridade nos grupos minoritários, Paixão e Carvano (2008) acreditam que, se esse ritmo lento se mantiver, seriam necessários não menos que 17 anos para cessar as desigualdades nos anos de escolaridade entre os grupos.

Paixão (2003) também aponta para a questão da distribuição populacional brasileira desagregada por cor/raça e faixa etária, visto que, em 1997, 45% da população negra possuía até dezenove anos de idade, ao passo que 38,5% dos brancos estavam nessa

mesma faixa. Os negros possuíam, segundo os dados, uma base mais larga que os brancos na pirâmide etária.

Diversamente, no que se refere à distribuição da população com mais de sessenta anos, os percentuais tenderiam a se distinguir consideravelmente: enquanto 9,7% dos brancos se encontravam nesta faixa etária, apenas 7,4% dos negros tinham mais de sessenta anos, marcando um padrão de distribuição oposto àquele da faixa etária mais jovem.

Pode-se supor que estas diferenças não caracterizam um processo natural ou biológico, mas, ao contrário, refletem as distinções nos padrões de longevidade de ambos os grupos, decorrentes das distinções nas condições sociais a que estão submetidos. A população negra é predominante, mais jovem e mais pobre, tem mais filhos e está mais exposta à mortalidade por causas externas, especialmente homicídios (IPEA, 2011).

Na atualidade, ocorreram avanços nas condições socioeconômicas dos brasileiros negros, quando comparadas às últimas décadas do século passado. Contudo, apesar das alterações positivas em diversos indicadores, para todos os grupos de cor e raça, de maneira geral, há um vão histórico que separa brancos e negros, cujas diferenças representadas pelos indicadores, regride a passos lentos.

No ensino superior os negros e pardos continuam sub-representados, apenas 40% estão nas universidades públicas e 33,8% nas particulares, já que este grupo representa 50,7% da população brasileira, de acordo com o censo de 2010 do IBGE (Paixão, Rossetto, *et al.*, 2010).

Neste sentido, as reivindicações dos movimentos negros, no que se refere a políticas de “reparações”, ganham um sentido cada vez mais urgente, dado a morosidade em reduzir as diferenças entre brancos e negros. Isso se torna ainda mais evidente quando considera-se a escravatura um crime contra a humanidade e que as novas gerações de

negros e negras que trazem na pele e nos traços as marcas mais evidentes da sua descendência africana, sofrem ainda hoje as consequências deste crime. Reparar significa buscar corrigir esses erros (se é que isto é possível) através de ações políticas, econômicas, de mídia, jurídicas e sociais em geral, que restaurem a dignidade, a integridade memorial, física e psicológica do segmento atingido, que promovam o resgate do patrimônio cultural, artístico religioso e, principalmente, a ascensão socioeconômica e educacional das negras e negros atingidos pela herança criminosa do racismo e da exclusão social (Santana, 2001).

O governo brasileiro lançou em 2001 a política de cotas nas universidades, durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada na África do Sul em Durban em 2001, sem, no entanto, ter proporcionado à população brasileira uma familiaridade prévia com tal medida, bem como apresentou essa proposta deslocada do contexto de outras medidas para garantir a sua credibilidade. Para tanto, seria necessário situar o debate em torno de dados substanciais que apontem o papel da exclusão racial como pano de fundo para as desigualdades sociais em nosso país.

O simples fato de verificar que apenas 2,2% dos estudantes que se formam nas Universidades Brasileiras são negros (pretos e pardos) permite polemizar como é possível que um grupo que representa 50,7% (IBGE, 2010) da população brasileira esteja tão desproporcionalmente representado na esfera educacional no que tange o ensino superior – setor da sociedade composto pela elite nacional.

Uma das formas de enfrentar essa polêmica é a implantação da discriminação positiva, que permitiria aos grupos discriminados o acesso a posições, bens e direitos sociais aos quais antes não tinham acesso, e com isso, resgatar sua dignidade a longo prazo, na sociedade.

Pode-se, portanto, definir as cotas:

Como políticas de ações afirmativas que se constituem na maior parte das universidades como sendo “reservas de vagas” que podem ser preenchidas ou não, à medida que os candidatos habilitados são aprovados nos vestibulares. Ao se considerar as “cotas” apenas como possibilidade, o termo “reserva” seria mais pertinente, por se referir, descritivamente, à habilitação do candidato, o que não implica necessariamente sua aprovação no vestibular. (Machado, 2010, p. 71).

O debate sobre a política de cotas para negros, seja no contexto brasileiro ou norte americano, esteve imerso dos mais variados argumentos que se dividem em favoráveis (ver Guimarães, 1999, 2002; Carvalho, 2004) ou desfavoráveis (ver Bauman, 2003; Fry, 2004; Grin, 2004; Lipset, 1993; Maggie & Fry, 2004; Santos; Maio, 2004, 2005; Fry *et al*, 2007). Esses argumentos encontram-se representados, a seguir, como proposto por Guimarães (1999, p. 176-177).

Argumentos contrários às políticas de ações afirmativas, no contexto brasileiro:

- a) Significam o reconhecimento de raças e distinções de raça no Brasil e isso contraria o credo brasileiro de que somos um só povo, uma só nação.
- b) Não se pode discriminar positivamente, no Brasil, porque não há limites rígidos e objetivos entre as raças.
- c) A indefinição dos limites raciais, no Brasil, ou a ausência da tradição de identificação racial daria margem a que oportunistas se aproveitassem da situação.
- d) Medidas universalistas teriam o mesmo efeito discriminador.
- e) Não há, na sociedade brasileira, consenso sobre a desigualdade social provocada por diferenças de cor e raça.
- f) Reforçariam práticas de privilégio e de desigualdade hierárquica.
- g) Ferem os direitos constitucionais daqueles que passam a ser excluídos em consequência de sua aplicação.

Argumentos favoráveis as políticas de ações afirmativas, no contexto brasileiro:

a) Raça é um dos critérios reais, embora não declarados, de discriminação, utilizados em toda a sociedade brasileira; para combatê-lo, é mister reconhecer sua existência.

b) Os limites rígidos e objetivos entre raças não existem em nenhum lugar; o que conta, na discriminação, tanto positiva quanto negativa, é a construção social da raça (identificação racial).

c) Políticas de ações afirmativas requerem reconhecimento oficial das identidades raciais. No entanto, a discriminação positiva, por ser pontual, a estrutura da discriminação existente, o oportunismo, um risco real, esperado seria mínimo.

d) Medidas universalistas rompem os mecanismos inerciais de exclusão.

e) Tais políticas poderiam ajudar a legitimar o consenso de que existe desigualdade social provocada por diferenças de cor e raça.

f) Teriam o efeito contrário: ao inverter a desigualdade, tornariam visível o absurdo da ordem estamental.

g) Não há base legal para demonstrar a inconstitucionalidade de políticas de ações afirmativas.

Baseando-se nestes argumentos, a maioria da população branca e alguns intelectuais se opõe às políticas de ações positivas, apesar destas políticas serem compatíveis com os ideais universalistas e individualistas. Tal oposição pode ter sua raiz na mudança ocorrida no antirracismo mundial em meados dos anos 90, pela qual foram banidos o conceito de raça e a utilização de categorias raciais, como uma estratégia para extinguir o racismo científico.

Neste sentido, a noção de raça e a própria palavra raça torna-se o foco dos discursos políticos, se por um lado aqueles que possuem um discurso contrário as cotas raciais alegam que insistir em categorias raciais é condenável moral e cientificamente, pois

argumentam que biologicamente raça não existe (Tavolaro, 2009), por outro lado, como afirma Guimarães, "... a agenda antirracista precisa, em vez de banir a palavra, construir e vulgarizar um conceito propriamente sociológico de raça, que desloque do imaginário erudito o conceito biológico de raça" (Guimarães, 1999, p. 179).

O uso de atributos raciais, para diferenciar, compreender ou salientar aspectos do entorno social, é evidenciado no discurso de estudantes de universidades que adotaram políticas de ações afirmativas. Foi constatado que os estudantes quando questionados sobre políticas de ações afirmativas admitiram um "desconhecimento do alcance, dos tipos e até mesmo do significado e beneficiários das políticas de ações afirmativas [...], contudo, quando questionados sobre 'cotas', reconhecem, principalmente, as chamadas 'cotas raciais'" (Machado, 2010, p. 69).

Desta forma, mais uma vez, apesar de desejos contrários a ênfase na terminologia raça, esta tem sido utilizada enquanto mecanismo delatatório da sociedade brasileira que se constituiu calcada num mito de uma democracia racial, que servia de controle social e político mantendo os diversos grupos raciais ocupando lugares definidos nas distintas classes sociais.

Pode-se conjecturar, que a postura, da aceitação do termo raça no seu sentido sociológico, portanto, distinto do sentido essencialista e biológico, evitaria o imobilismo político das ciências sociais, até porque, na atualidade, tem ocorrido uma recriação de identidades sociais particulares. Para tanto, faz-se necessário o trato diferenciado, até mesmo privilegiado, para aqueles que constituem a camada "inferior" da sociedade, isto é, aceitarmos tratar como privilegiados os desprivilegiados.

As análises acerca do tema centram-se, principalmente, nos estudos sobre posicionamentos no debate ou estratégias de manutenção das políticas de cotas, sem levar

em consideração a influência das normas sociais vigentes, a identidade racial dos sujeitos sociais e, menos ainda, que o preconceito possa ser o fator subjacente ao posicionamento em relação às cotas.

Percebem-se, dessa forma, pelo menos três lacunas no que se refere à análise do posicionamento neste debate: (1) há uma escassez de estudos sobre a relação entre o posicionamento ao debate e a identidade racial dos sujeitos; (2) não há evidências quanto a estudos, numa perspectiva comparativa entre as diversas regiões do Brasil, com diferentes tipos de relações raciais ou étnicas, sobre a relação entre o debate acerca da política de cotas e a forma que se apresenta a identidade racial no Brasil e (3) poucos são os estudos destinados a analisar a influência da adoção das políticas de cotas nas universidades (favorecimento aos grupos minoritários) e as expressões do preconceito racial, bem como os aspectos que subjazem às relações entre os construtos, a dizer, papel da identidade racial e das normas sociais.

Antes de sancionada, em 29/08/2012, pela presidente Dilma Rousseff, a lei que regulamenta o sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas federais, a política de cotas já havia sido implementada em universidades públicas e particulares de algumas regiões, e em outras ocorreram maiores resistências.

Resta saber, por outro lado, quais as consequências da implementação das políticas de cotas, consideradas neste trabalho como um favorecimento aos grupos minoritários (negros e pardos), para as relações racializadas no Brasil e possíveis influências nas expressões do preconceito racial e do racismo. Quais seriam as influências da identidade racial e das normas sociais nas expressões do preconceito racial e racismo, no contexto das políticas de cotas para negros nas universidades públicas?

Numa análise da relação entre o posicionamento da política de cotas para negros nas universidades públicas e a identidade racial dos brasileiros, Silva (2005) verificou que, de uma forma geral, para pessoas de cor negra, quanto maior a importância atribuída à identidade, maior a aceitação e avaliação de justiça para a política de cotas. Já para pessoas de cor branca, a identificação negativa com o *ingroup* representa maior aceitação e avaliação de justiça à política de cotas.

Podemos perceber na análise, que o grupo minoritário necessita de uma maior valorização da sua identidade para apresentar uma maior favorabilidade *ingroup*, ao passo que o grupo majoritário necessita manter contato com o minoritário para favorecer o *outgroup*. Esses dados demonstram o papel diferenciado da identidade racial entre os grupos minoritários e majoritários.

Por outro lado, apesar de inúmeros estudos mostrarem a importância da assunção da identidade racial, a ideologia *colorblind* tem se mostrado proeminente, sobretudo nos Estados Unidos, ao objetivar a redução da importância e relevância atribuídas às categorias sociais (raça e etnia), no controle do preconceito racial (Plaut & Markus, 2005), em contrapartida as ideologias multiculturais (Banks, 1995) reconhecem e apreciam tanto as diferenças culturais entre os diversos grupos raciais, assim como as semelhanças entre os membros dos diferentes grupos.

Pode-se supor que esta configuração se deva ao contexto social da norma antirracista e das novas expressões do racismo que configuram as relações racializadas no Brasil. Resta-nos saber, por meio de um estudo comparativo entre três universidades públicas do Nordeste brasileiro, com diferentes sistemas de entrada na universidade, como se apresenta a relação entre estes construtos, a dizer: identidade racial e favorecimento grupal e normas sociais, nos diversos contextos brasileiros de relações racializadas.

Portanto, pensando-se no processo seletivo do vestibular para entrada nas universidades públicas do Brasil, enquanto um contexto social de competitividade calcado nas normas sociais do Individualismo e da Meritocracia, por um lado, e nas políticas de ações afirmativas, precisamente cotas para negros nas universidades públicas, por outro, como uma política de favoritismo aos grupos minoritários que objetiva a redução das desigualdades sociais, se inscreve um processo de ideologias antagônicas que, imerso neste contexto de competição social pode produzir conflitos e preconceitos intergrupais (Sherif & Sherif, 1967), aliado a percepção da ameaça e ao conflito de interesses materiais (bases para discriminação).

Segundo a teoria da ameaça intergrupala (Stephan & Stephan, 2000) existem dois tipos básicos de ameaças: as reais e as simbólicas (Stephan & Renfro, 2002), sendo os estereótipos negativos preditores de ambas as formas de ameaças intergrupais. As ameaças reais e simbólicas estão presentes tanto em nível intergrupala quanto aos membros individuais dos grupos.

Sendo assim, se, por um lado, as ameaças grupais reais e simbólicas seriam respectivamente ameaças ao poder, recursos e bem estar geral e ameaças a religião, valores, sistema de crenças, ideologia, filosofia, moralidade e visão de mundo, por outro, as ameaças individuais reais ou simbólicas seriam, respectivamente, a real preocupação física ou danos materiais (dor, tortura ou morte, e perdas econômicas e privação de recursos valiosos e ameaças a saúde e segurança pessoal) e a perda do prestígio ou honra e fragiliza a identidade ou autoestima do indivíduo (Stephan, Ybarra & Morrison, 2009).

Desta forma, é possível pensar que, atualmente, a ameaça à hegemonia dos grupos dominantes pode produzir a hostilidade intergrupala que, segundo Blumer (1958), surge de julgamentos sobre as posições na ordem social que os membros do endogrupo podem e devem por direito ocupar em relação aos membros do exogrupo.

Algo já constatado no trabalho de Figueiredo (2005), ao afirmar que “pessoas negras com poder aquisitivo mais elevado sempre são vistas como estando ‘fora do lugar’ sociologicamente construído e simbolicamente determinado”, por serem estes lugares majoritariamente frequentado por brancos que comumente as tratam com o preconceito racial e discriminação, o que configura um caráter de vulnerabilidade. Pode-se concluir, portanto, que o fato de ascenderem social e economicamente através da mobilidade social não assegura aos negros da classe média um convívio inter-racial ausente de preconceito e discriminação e, assim, isento de hostilidades advindas dos brancos.

Consideramos que, a hostilidade seria direcionada do grupo hegemônico (brancos), que até então asseguraram seu espaço nas cadeiras das universidades públicas, para os grupos minoritários (minorias raciais), que em 1997, apenas 2,2% dos pardos de 18 a 24 anos frequentavam ou haviam concluído um curso de graduação (Pnad, 1997), e que após sancionada a lei de cotas de 2012, o percentual elevou-se para 11%. O índice entre os brancos aumentou, de 11,4% em 1997 para 25,6%. “Em síntese, entre os alunos pardos e pretos houve um incremento proporcional da participação no ensino superior maior do que aquele verificado entre os brancos” (Junior, Daflon, Ramos & Miguel, 2013, p. 4).

No entanto, esta hostilidade não seria expressa no primeiro momento diretamente às minorias raciais, mas antes àqueles denominados cotistas - alunos inicialmente provenientes de escolas públicas e cuja parcela pertence às minorias raciais. Supõe-se que, na verdade, esta seria uma estratégia dos indivíduos para driblar a norma social da indesejabilidade da expressão do preconceito contra grupos raciais; no entanto, através da estereotipização dos ‘cotistas’, as minorias raciais são automaticamente categorizadas através da associação dos cotistas, e os atributos a eles designados, aos grupos raciais. Assim, ao virem um negro ou afrodescendente na universidade, um indivíduo ativaria automaticamente a categoria ‘cotista’ e seus atributos, transferindo-os aos grupos raciais.

Tal fato já foi evidenciado no estudo preliminar desenvolvido por Penha-Lopes (2008), no qual um dos primeiros formandos cotistas da UERJ alegou ter uma percepção de que o estigma da cor se confunde com o estigma da cota.

Enquanto a universidade [UERJ] se esforça em não diferenciar oficialmente os alunos cotistas dos universais, indivíduos extravasam seus preconceitos tentando forçar uma identificação que eles julgam ser negativa... sua ocorrência [dos incidentes preconceituosos] aponta para áreas de tensão no contexto social em que se aplica a política de reserva de vagas (Penha-Lopes, 2008, p. 124).

Com a implantação das cotas nas universidades públicas, o foco do debate sai da esfera da possível inconstitucionalidade da proposta e passa à esfera da institucionalidade, isto é, “em que medida os diferentes tipos de institucionalização das políticas influenciam na aceitação, na implantação, nos resultados e na crescente democratização do ensino superior. (Heringer, 2010, p. 133).

Sabendo-se que não existem restrições impostas socialmente quanto às expressões de preconceito ou atributos negativos aos ‘cotistas’, estas expressões se apresentariam de forma mais flagrante e explícita. Se, de fato, se opera esta transferência automática das características atribuídas aos cotistas para as minorias raciais, pode-se pensar que as expressões do preconceito racial – antes veladas, sutis e implícitas - retomariam suas formas flagrantes e explícitas, pois, para os agentes sociais, a indesejabilidade social da expressão direta do preconceito não seria infringida graças à distorção da realidade social, já que para esses o alvo do preconceito não seriam necessariamente os membros dos grupos minoritários (neste caso, os negros ou mestiços) mas sim aqueles (os cotistas) que, de uma forma ‘injusta’, ocupariam o lugar que lhes pertencia por direito.

PARTE 2

5. Proposta de um Modelo Analítico para o Estudo do Preconceito Racial

Nessa sessão serão apresentados os objetivos, hipóteses, o modelo analítico e o método.

5.1 Objetivos

Mediante as lacunas de estudos acerca do impacto do contexto, de favorecimento às minorias, nas expressões do preconceito racial e do racismo, tem-se como objetivos:

Geral:

Analisar a influência do contexto da adoção da política de cotas para negros nas universidades públicas nas expressões do preconceito racial e racismo, considerando os efeitos moderadores da identidade e do sistema normativo.

Específicos:

1. Verificar a influência do contexto, quanto à existência do favorecimento aos grupos minoritários, para as expressões do preconceito racial e do racismo contra pessoas de cor negra.
2. Analisar as influências das variáveis psicossociais (sexo, curso/área e renda) na relação entre o contexto e expressões do preconceito racial e racismo.
3. Analisar a influência da identidade racial na expressão do preconceito racial e racismo contra os negros.

4. Analisar a influência da adesão às normas sociais da meritocracia e do igualitarismo na expressão do preconceito racial e do racismo contra os negros.
5. Verificar a influência das motivações para responder sem preconceito na expressão do preconceito racial e racismo contra os negros.
6. Verificar a influência da orientação à dominância social na expressão do preconceito racial e racismo contra os negros.
7. Verificar a influência preconceito racial e do racismo no posicionamento em relação às cotas para negros nas universidades.
8. Identificar e descrever o posicionamento em relação às cotas para negros nas universidades públicas.
9. Identificar e descrever os estereótipos atribuídos aos negros, brancos e cotistas.

5.2 Modelo Analítico

O modelo analítico proposto (Figura 1) mostra o efeito do contexto nas expressões do preconceito racial e do racismo contra pessoas negras.

O contexto é avaliado através de três formas distintas da aplicabilidade das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas. O primeiro contexto diz respeito a total ausência de políticas de ações afirmativas no processo seletivo da universidade pública; o segundo contexto se refere a um tipo de ação afirmativa, relativamente discreta, que atribui uma pontuação ponderada (bonificação) a nota final conseguida pelo candidato que atende ao critério da demanda social; e por último, o contexto no qual se adota o tipo particular de ação afirmativa, a discriminação positiva ou melhor a adoção de cotas para alunos provenientes de escolas públicas e para alunos pertencentes as minorias raciais.

Este efeito do contexto nas expressões do preconceito racial e do racismo é moderado pelos aspectos concernentes à identidade social, na medida em que justifica e explica a afiliação e favorecimento aos grupos, identidade social que se tem interesse nesse trabalho é a identidade em termos de atributos raciais, ou seja, a identidade racial, medida pela auto categorização racial e pela identificação social subjetiva com o grupo racial de pertença, além da percepção de proximidade com o grupo minoritário, seja no nível interpessoal (amigos e familiares), seja no nível social (colegas de escola/trabalho e brasileiros).

Outra variável moderadora é a normatividades, que para efeito do modelo será composta pelas: normas sociais, especificamente as normas da meritocracia e do igualitarismo; pelas motivações em controlar o preconceito, sejam elas motivações

peçoais ou sociais e, pela ideologia da legitimidade da dominância de um grupo sobre outro¹³, enquanto provenientes de valores socialmente construídos e ideologias normativas e justificadoras das condutas sociais.

Supomos que o preconceito racial é um processo subjacente que influencia o posicionamento contrário ou favorável à adoção da política de cotas para negros nas universidades.

Cientes de que os estereótipos desempenham um papel justificador nas relações intergrupais, à parte do modelo analítico, procuramos, elencar os estereótipos atribuídos aos negros, aos brancos e a nova categoria dos “cotistas” provenientes do contexto das cotas raciais.

Para melhor compreensão das variáveis analisadas descrevemos o efeito das variáveis moderadoras (identidade racial e normas sociais) na relação entre a variável independente (contexto de adoção das cotas raciais) e as variáveis dependentes (preconceito racial e racismo), conforme exibido na figura 1.

¹³ As normas sociais, motivações para responder sem preconceito e orientação a dominância social serão denominadas de variáveis normativas, com objetivo de verificar o efeito da Normatividade (proveniente de valores, promotora de controle social e advindas de ideologias da assimetria do poder).

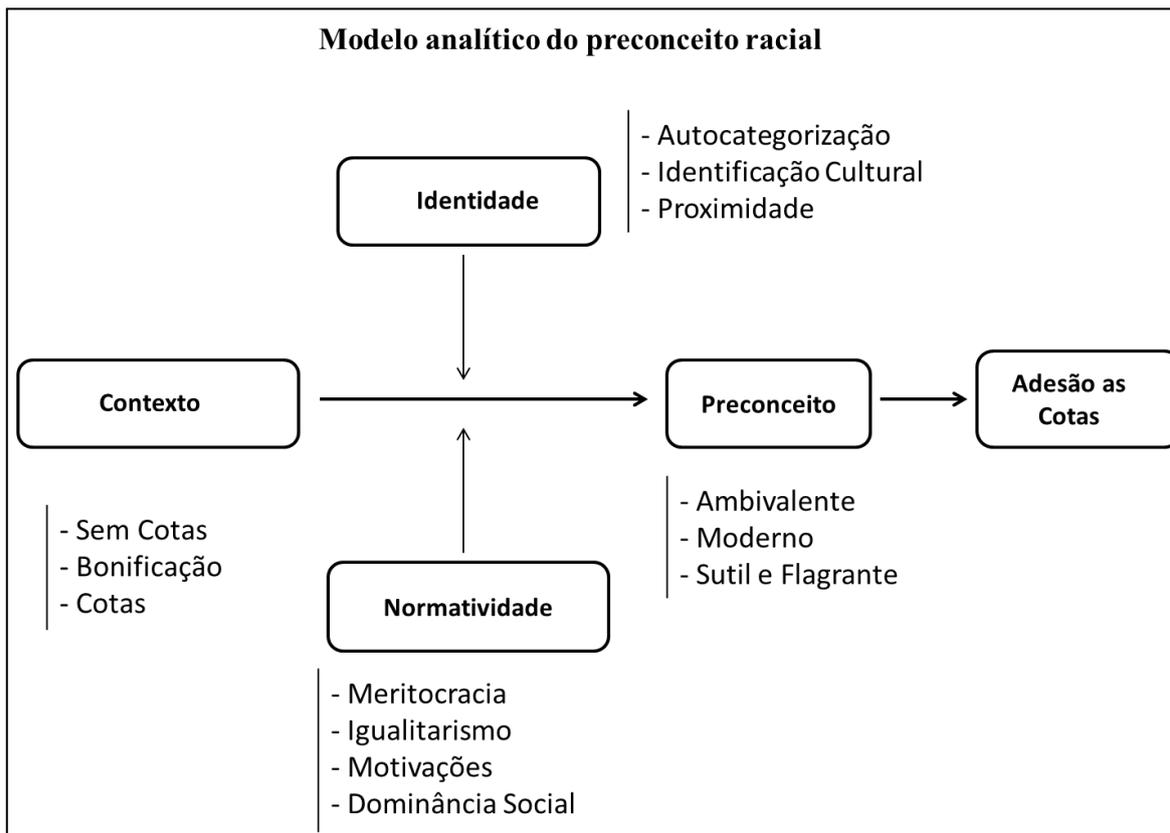


Figura 1: Proposta de um modelo analítico para o estudo do preconceito racial e do racismo

5.3 Hipóteses

As hipóteses foram testadas em três blocos referentes aos construtos analisados: as atitudes positivas; as formas explícitas do preconceito incluindo atitudes negativas e o preconceito flagrante; e as formas implícitas do preconceito incluindo o preconceito sutil e o racismo moderno.

ANÁLISES DO EFEITO DO CONTEXTO

H1 - As diferentes expressões do preconceito racial sofrerão a influência do contexto nas direções especificadas:

Em relação às atitudes positivas

H1a – Os valores das atitudes positivas, mensurados pela escala pró negros, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas do que entre os participantes do contexto com bonificação, que serão maiores do que o dos participantes do contexto com cotas.

Em relação às medidas explícitas

H1b – Os valores das atitudes negativas, mensurados pela escala anti negros, serão maiores entre os participantes do contexto com cotas do que entre os participantes do contexto com bonificação que serão maiores do que os dos participantes do contexto sem cotas; e

H1c – Os valores do preconceito flagrante, mensurados pela escala do preconceito flagrante, serão maiores entre os participantes do contexto com cotas, do que entre os participantes do contexto sem cotas, que serão iguais aos apresentados pelos participantes no contexto com bonificação.

Em relação às medidas implícitas

H1d – Os valores do preconceito sutil, mensurados pela escala do preconceito sutil, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas, do que entre os participantes do contexto com cotas, que não apresentarão diferenças em relação aos participantes do contexto com bonificação; e

H1e – Os valores do racismo moderno, mensurados pela escala do racismo moderno, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas do que entre os participantes do contexto com cotas que, por sua vez, serão maiores do que os dos participantes do contexto com bonificação.

ANÁLISES DOS EFEITOS DE MODERAÇÃO

As análises das hipóteses acerca dos efeitos de moderação serão apresentadas em dois blocos, o primeiro referente aos efeitos de moderação da identidade e o segundo referente aos efeitos de moderação das variáveis normativas.

Efeito de moderação da identidade

Para as análises das variáveis identitárias levaremos em consideração as medidas de autocategorização, identificação e percepção de proximidade com negros.

H2 – As relações entre o contexto e as expressões do preconceito racial serão moderadas pela identidade.

Em relação às atitudes positivas:

H2a₁) No contexto com cotas os participantes que se autocategorizaram como negros apresentarão escores mais altos na escala de atitudes positivas;

H2a₂) No contexto com cotas os participantes com maior identificação com negros apresentarão escores mais elevados nas atitudes positivas; e

H2a₃) No contexto com cotas os participantes que apresentarem maior percepção de proximidade com os negros demonstrarão escores mais elevados de atitudes positivas.

Em relação às medidas explícitas

H2b₁) Os participantes que apresentarem maior identificação com os negros, no contexto com cotas, demonstrarão escores mais baixos na escala de atitudes negativas;

H2b₂) No contexto com cotas, os participantes com escores mais altos relativo à percepção de proximidade apresentarão menos escores na escala de atitudes negativas;

H2c₁) No contexto com cotas, os valores do preconceito flagrante serão menores para os participantes que se autodeclararem negros do que para os autodeclarados brancos; e

H2c₂) No contexto com cotas, os valores do preconceito flagrante serão menores para os participantes que apresentarem uma maior identificação com os negros.

Em relação às medidas implícitas

H2d₁) No contexto sem cotas, os participantes autodeclarados brancos apresentarão escores mais elevados de preconceito sutil e racismo;

H2d₂) Os participantes com maior identificação com os brancos, no contexto sem cotas, apresentarão escores mais elevados de preconceito sutil e racismo;

H2c₃) Os escores mais baixos de racismo serão encontrados no contexto sem cotas entre os participantes que apresentarem uma maior identificação com brancos; e

H2c₄) No contexto sem cotas, os participantes que apresentarem uma maior percepção de proximidade com os negros apresentarão escores mais baixos de racismo.

Efeitos de moderação das variáveis normativas

Para as análises das variáveis normativas levaremos em consideração as medidas de motivações internas e externas para o controle do preconceito, as normas sociais do igualitarismo e da meritocracia e a orientação à dominância social.

H3 – As relações entre o contexto e as expressões do preconceito racial serão moderadas pelas variáveis normativas.

Em relação às atitudes positivas

H3a₁) Os participantes do contexto com cotas que apresentarem maior motivações internas em controlar o preconceito obterão escores mais elevados nas atitudes positivas;

H3a₂) No contexto com cotas, os participantes que apresentarem uma elevada adesão à norma do igualitarismo apresentarão valores mais elevados nas atitudes positivas; e

H4a₃) No contexto com cotas, os participantes com elevada orientação à dominância social apresentarão escores mais baixos nas atitudes positivas.

Em relação às medidas explícitas

H3b₁) Os participantes do contexto com cotas com mais motivações externas no controle do preconceito apresentarão escores maiores nas atitudes negativas;

Hb₂) No contexto com cotas, os participantes que apresentarem mais adesão à norma do igualitarismo apresentarão escores menos elevados nas atitudes negativas;

H3c₂) No contexto com cotas, os participantes que apresentarem maior adesão a norma da meritocracia apresentarão mais preconceito flagrante; e

H3c₃) Os participantes do contexto com cotas que apresentarem maior orientação a dominância social indicarão mais preconceito flagrante.

Em relação às medidas implícitas

H3d₁) Os participantes do contexto sem cotas que apresentarem maior motivação interna em controlar o preconceito apresentarão escores mais elevados na escala de preconceito sutil;

H3d₂) No contexto sem cotas, os participantes que apresentarem maior adesão a norma da meritocracia apresentarão escores mais elevados na escala de preconceito sutil.

H3d₃) Os participantes que apresentarem elevada orientação a dominância social no contexto sem cotas apresentarão escores mais elevados de preconceito sutil;

H3e₁) No contexto sem cotas, as expressões do racismo moderno serão reduzidas para os participantes que apresentarem maior motivação externa em controlar o preconceito;

H3e₂) No contexto sem cotas, os participantes que apresentarem maior adesão com a norma do igualitarismo apresentarão escores elevados na escala de racismo moderno; e

H3e₃) Os participantes do contexto sem cotas com maior orientação a dominância social apresentarão escores mais elevados na escala de racismo.

5.4 Método

5.4.1. Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa quantitativa com delineamento *ex post facto* que visa estudar o efeito da variável independente (contexto) na dependente (preconceito racial).

A pesquisa foi realizada em 03 (três) Universidades Federais¹⁴ do nordeste brasileiro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Ceará. A coleta dos dados foi realizada no período abrangido entre os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012. A seleção dos participantes foi não probabilística e seguiu o critério da conveniência.

¹⁴ UFRN – com bonificação (argumento de inclusão - AI); UFPB – com cotas sociais e raciais; UFC – sem cotas ou bonificação.

5.4.2 Participantes

Participaram da pesquisa 940 estudantes universitários, sendo 31,5% (n=296) da UFRN, 31,5% (n= 297) da UFPB e 36,9% (n=347) da UFC.

Destes são 40,1% (n=361) do sexo feminino e 59,9% (n=540) do sexo masculino, quanto a distribuição por universidades ($\chi^2_{(2;901)}=9,752$; $p<0,01$): as mulheres são 29,9% da UFRN; 38,0% da UFPB e 32,1% da UFC, os homens são 31,6% da UFRN; 30,6% da UFPB e 37,8% da UFC. A distribuição percentual do sexo por universidade está relativamente equilibrada.

Quanto a cor da pele¹⁵ (N=940) 17,1% (n=160) se consideraram negros, ao passo que 79,3% (n=743) se declararam brancos e 3,6% (n=34) se autodeclararam “amarelo”, “pardo” ou “índio”. A distribuição da cor da pele (brancos e negros) por universidade ($\chi^2_{(2;903)}= 9,185$; $p<0,05$): dos que se autodeclararam negros 28,7% são da UFRN; 41,3% da UFPB e 30,0% da UFC; dos brancos 32,3% são da UFRN; 29,2% da UFPB e 38,5% da UFC. Pode-se perceber que na universidade que adota cotas (UFPB) o percentual de negros foi maior do que nas universidades que não possuíam cotas.

A renda média familiar dos respondentes foi de R\$ 6.053,45 (DP = 5.345,82) esta renda média alta se justifica porque participaram da pesquisa, em sua maioria, estudantes de cursos elitizados, cujas famílias normalmente possuem um alto poder aquisitivo. Dos

¹⁵ Distribuição da cor da pele recodificada para branco ou negro, tomando por base o questionário: quanto a cor de pele (N=940) 3,6% (n=34) se consideraram negros; 13,4% (n=126) moreno com predomínio de negro; 45,7% (n=429) branco; 33,5% (n=314) moreno com predomínio de branco e 3,6% (n=34) se autodeclararam “amarelo”, “pardo” ou “índio”

estudantes com rendas acima da média 34,7% eram da universidade com bonificação; 22,9% da universidade com cotas e 42,7% estudavam na universidade sem cotas. Já os que declararam renda inferior a média 31,6% eram da universidade bonificação; 36,3% da universidade com cotas e 32,0% provenientes da universidade que não adotava nenhum benefício.

Mais da metade (64,2%) dos estudantes estava no início do curso (1º ao 3º período); 21,0% no meio (4º ao 6º período) e os demais (14,8%) no último ano do curso ou já haviam passado da primeira metade dele.

No que se refere às áreas de conhecimento dos cursos, 34,4% (n=323) dos estudantes estavam na área de saúde – prevalência do curso de Medicina, 78,2% (n=262); 25,1% (n= 236) nas ciências exatas – prevalência do curso de Engenharia Civil, 55,8% (n=135); e 31,1% (n=298) eram estudantes de ciências humanas – predominância do curso de Direito, 97% (n=296). Quanto a distribuição das áreas de conhecimento por universidade ($\chi^2_{(4;851)} = 27,441$; $p < 0,001$), pode-se constatar que, de um modo geral, a área de exatas foi a menos contemplada, sendo consideravelmente pouco representada na universidade que adota a bonificação, com apenas 14,0%, nesta mesma universidade quase a metade (47,2%) dos alunos são da área da saúde e 37,6% de humanas. Na universidade com cotas 33,3% provem da área da saúde, 32,5% de exatas e 31,7% de humanas. Na universidade sem cotas foi a que teve uma distribuição mais equitativa, 36% da área de humanas; 32,3% da saúde e 31,7% de exatas.

Quanto a forma de ingresso na Universidade, a maioria 96,3% (n=894) entrou por meio do vestibular tradicional ou PSS (processo seletivo seriado), ao passo que 2,9% (n=27) entraram por cotas sociais e 0,8% (n=7) por cotas raciais. Os estudantes que que adentraram o ensino superior via cotas sociais ou raciais, denominados de cotistas, foram excluídos das análises, por dois motivos, primeiro porque estão em número muito reduzido

para fazer uma análise comparativa e segundo porque acreditamos que sejam qualitativamente diferenciados, no sentido da problemática que estamos estudando e podem provocar uma variância de erros nos resultados sobre análise do preconceito no contexto de cotas.

5.4.3 Contexto¹⁶

Os contextos avaliados foram 03 (três) instituições do ensino superior: UFC – Universidade Federal do Ceará (contexto sem cotas), UFPB – Universidade Federal da Paraíba (contexto com cotas) e UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (contexto com bonificação).

As instituições de ensino superior, supracitadas, foram escolhidas, inicialmente por pertencerem a mesma região geográfica do país, associado ao fato de apresentarem sistemas seletivos distintos para entrada no ensino superior, entre si, quanto ao aspecto da adoção de cotas para pessoas negras nas universidades.

Neste momento faz-se necessário explicar brevemente sobre cada uma das referidas universidades no que tange a adesão a política de ações afirmativas para negros nas universidades:

- a) Universidade Federal do Ceará (UFC) – apesar do grande debate ocorrido por diversos anos na universidade, até início de 2012 a política de cotas para negros não havia sido adotada por divergências políticas e teóricas entre os professores/relatores de dois relatórios com perspectivas e pontos de vista

¹⁶ Ao se falar da variável contexto, remete-se a característica da universidade, que pode ser de três tipos quanto a implantação do sistema de cotas raciais – com cotas; com benefício e sem cotas

divergentes entre si, sendo um grupo favorável a adoção a cotas e outro desfavorável. No entanto, em decorrência da determinação da Lei de Cotas (12.710/2012) pelo Governo Federal, a UFC adotou para o vestibular de 2013 o percentual de 12,5%, mínimo estipulado, das vagas destinadas a cotas sociais. Não foram adotadas cotas raciais, apesar de 65,46% da população cearense ser formada por pretas e pardos (PNAD, 2007 e IBGE, 2007).

- b)** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Adotando o denominado Argumento de Inclusão (AI) um sistema de ações afirmativas, distinto das cotas, que fornece pontuação adicional aos candidatos, que atendem ao desempenho mínimo, provenientes de escolas públicas. Após várias mudanças nos critérios de implantação do AI em 2012 passa a ser necessário ter cursado todo o ensino fundamental e médio no setor público. A nota final obtida pelo candidato recebe um acréscimo de 10%, fato que possibilitou, em 2010, o ingresso na universidade de 817 estudantes provenientes do ensino público (Griner, Sampaio & Sampaio, 2012).
- c)** Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – aderiu à política de cotas em 2010 no vestibular de 2011 e, portanto, na época da pesquisa o sistema de cotas havia sido implantado a apenas 01 ano. Apesar do debate sobre a implantação das cotas nessa universidade transcorrer há tempos, a proposta foi lançada pela Pró-reitoria de Graduação em 2007, e a implantação, como falado antes, apenas 4 anos depois. Foi adotado o modelo de cotas sociais com recorte étnico-racial, com de reserva 25% das vagas iniciais para estudantes de escolas públicas, desse percentual, 56% são destinadas para estudantes negros e pardos, 0,29% para indígenas e 5% para portadores de necessidades especiais.

5.4.4 Procedimentos

Procedimentos para Coleta de Dados

Nas universidades, foram contatados os coordenadores de cursos, mediante carta de solicitação para execução da pesquisa. Eles encaminhavam a solicitação aos professores, que tinham disponibilidade para ceder o horário da aula para aplicação dos questionários aos alunos que, voluntariamente, decidiam participar da pesquisa.

Procedimentos para análise dos dados

A análise dos dados foi composta por análises exploratória, bivariada e multivariada para predição. As análises estatísticas foram realizadas através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Com exceção das análises das questões abertas que foi utilizado um Software IRAMUTQ, que permite fazer análises estatísticas sobre *corpus* textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras, possibilitando diferentes formas de análise de dados textuais, optou-se por utilizar a análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD).

A *análise de similitude* identifica as coocorrências entre as palavras e seu resultado expressa a conexão entre elas, sob a forma de grafos¹⁷ ilustrativos, o que auxilia a identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo partes comuns e específicas

¹⁷ Os grafos “podem ser do tipo: *árvore máxima* (ilustra o cruzamento entre todos os termos...que mantém algum tipo de relação entre si); *grafos com filtro* (revela todas as ligações entre os termos propostos que foram efetuadas por pelo menos um e outro dentro da porcentagem de sujeitos considerada); ou *grafos de relações significativas* (permite a visualização das relações entre os termos mais característicos...para um dado grupo de sujeitos).” (Flament, 1986 *apud* Almeida & Cunha, 2003, p. 05)

em função das variáveis representativas identificadas na análise (Marchand & Ratinaud, 2012 *apud* Camargo & Justo, 2013), através da medida das distâncias associativas entre os elementos.

A *classificação hierárquica descendente* (CHD) visa obter classes de segmentos de textos, que apresentam vocabulários semelhantes entre si, e diferentes dos segmentos de textos de outras classes (Camargo, 2005). Os dados são organizados em um dendograma da CHD, a partir das análises em matrizes. Os cálculos fornecem resultados que permitem descrever cada classe por seu vocabulário característico e variáveis. Ainda é possível executar uma análise fatorial de correspondência a partir da CHD. A extração dos segmentos de textos mais característicos de cada classe permite a contextualização do vocábulo típico de cada classe (Camargo & Justo, 2013).

5.4.5 Instrumentos

Foram aplicados os seguintes instrumentos: questionário sócio-demográfico, escalas de atitudes pro e antinegros, escalas dos preconceitos sutil e flagrante, escala do racismo moderno, escalas das normas sociais do igualitarismo e da meritocracia, escalas de motivações internas e externas no controle do preconceito e, escala de orientação à dominância social. Os referidos instrumentos serão descritos a seguir.

Questionário sócio-demográfico

O questionário sociodemográfico composto por pelas variáveis: idade, sexo, renda familiar, religião, local de estudo (universidade), curso universitário e período. Objetivou caracterizar os participantes em termos sociodemográficos (ANEXO A).

Avaliação do Preconceito Racial e Estereótipos

Para avaliação do preconceito racial foram utilizadas três medidas, descritas a seguir:

- As **Escalas Pró e Anti-Negros**¹⁸ (Katz & Hass, 1988) foram utilizadas como indicadores de atitudes positivas e negativas em relação aos negros, provenientes da ambivalência entre o reconhecimento da necessidade de justiça social para os negros e a ideia de que estes não se esforçam o suficiente para alcançar o sucesso. Os autores especificam que existe uma relação entre a adesão aos valores sociais e o posicionamento as atitudes pró-negros e anti-negros. Compostas por 10 itens cada uma, a escala varia em 05 pontos (discordo totalmente ao concordo totalmente). A análise fatorial exploratória da escala das Atitudes Pró e Anti-negro com rotação *Varimax* apontou dois fatores: 1) Atitudes Pró-negro (ex. *Os negros não possuem as mesmas oportunidades de emprego que os brancos possuem*) com variância explicada 19,9%, e 2) Atitudes Anti-negro (ex. *De modo geral, os negros não aproveitam as oportunidades que lhes são dadas no trabalho e na escola*) com variância explicada 16,7%. Apresentaram alfas de *Cronbach* elevados respectivamente $\alpha=0,72$ e $\alpha=0,77$. Autovalores 3,49 e 3,02 respectivamente. As cargas fatoriais dos itens: (“*A maior parte dos negros não sofre discriminação racial no Brasil*”; “*A maioria dos negros tem capacidade e motivação para serem bem sucedidos na vida*”; “*A maior parte das empresas do nosso país demonstram um grande interesse em tratar os seus empregados negros e brancos de forma igual*”) não foram satisfatórias apresentando valores inferior a 0,3, portanto, esses itens foram suprimidos da constituição das variáveis atitudinais utilizadas nas análises seguintes. Apresentou KMO elevado (0,801) explicando 36,16% da variância total.

- As escalas do **Preconceito Sutil e do Preconceito Flagrante** (Pettigrew & Meertens, 1995) compostas por 20 itens, 10 dos quais avaliam preconceito sutil, a escala de preconceito sutil, é composta de uma sub-escala sobre valores tradicionais (4 itens), outro sobre valores culturais (4 itens), e uma sub-escala sobre preconceito afetivo (2 itens) e os outros 10 avaliam o preconceito flagrante, que compreende uma sub-escala de rejeição e ameaça (6 itens) e outra da intimidade (4 itens). Escala de tipo Likert, de 1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente). Para cada escala, por meio da análise fatorial exploratória com rotação *Varimax*, foi forçada a estrutura unifatorial, obtendo-se: 1) atitudes sutis (*Os negros recebem apoio governamental mas poderiam passar sem ele*) com variância explicada 26,90%, autovalor 2,69; $\alpha = 0,46$ e, 2) atitudes flagrantes (*Os negros vêm de raças menos capazes e isso explica porque eles não estão tão bem quanto a maioria das pessoas brancas*) do preconceito com variância explicada 32,23%, autovalor 3,23; $\alpha = 0,64$.

E a **Escala do Racismo Moderno** (McConahay, 1986) para medir as atitudes raciais públicas no contexto da norma antirracista que condena expressões abertas de racismo. Constituída por 08 (oito) itens decorrentes de crenças e avaliações de que: *os negros possuem demasiado respeito e consideração; que recebem mais benefícios que outros grupos apesar do preconceito e discriminação contra eles já terem sido extintos há muito tempo e, que só não estão melhores porque são desorganizados*. A escala varia de 05 pontos (discordo totalmente a concordo totalmente). A escala do racismo moderno apresentou um índice de consistência interna satisfatório $\alpha=0,75$; os resultados indicaram

¹⁸ As atitudes pró-negros e anti-negros serão referenciadas, respectivamente, como atitudes positivas e atitudes negativas em relação aos negros.

uma pertinência da realização desta análise (KMO =0,795); Teste de Esfericidade de Bartlett = 604,54; $p < 0.001$). Análise dos componentes principais com rotação *Varimax* fixando em 01 (um) único fator referente à negação da existência do preconceito racial contra pessoas negras, a exemplo dos itens: *os negros não são discriminados no Brasil e não necessitam de ajuda oficial, mas de se organizarem melhor*. Esta medida será utilizada como medida de expressão do racismo moderno (sutil, simbólico e indireto).

Avaliação da Identidade racial

A identidade racial foi avaliada em quatro aspectos, descritos a seguir:

- A **Auto categorização racial** que diz respeito a autoclassificação quanto a cor de pele ou 'raça', em que o participante escolhia dentre as alternativas: branco, negro, moreno¹⁹ com predomínio de branco, moreno com predomínio de negro ou outro, a que mais se identificava.

- A **Percepção de proximidade ao com negros** avaliada em dois níveis: no nível interpessoal composto por familiares e amigos e no nível social composto por alunos e brasileiros. Os estudantes indicaram, numa lista de percentagem²⁰ que variava de 0%

¹⁹ Por ser a classificação racial do Brasil, uma classificação por marca ou cor, associada a valorização estética no imaginário brasileiro da melanina morena, optou-se por usar a terminologia moreno como sinônimo de mestiço. A estratégia utilizada para ilustrar de forma dicotômica as relações raciais entre brancos e negros, no Brasil miscigenado, visa anular o efeito de que a grande maioria se classifica como moreno, associando esta identificação nos aspectos que se aproximam mais do branco ou do negro, facilitando a identificação das pessoas no processo polarizado entre brancos e negros, objetivo desse trabalho.

²⁰ Para efeito de cálculos os índices percentuais serão transformados em indicadores que variavam de 0 a 10.

(nenhum) a 100% (todos), pessoas da família e quantos amigos (nível interpessoal), alunos de sua escola e brasileiros (nível social) eles consideravam negros.

- Para avaliar a **Identificação racial subjetiva** foi utilizado o índice de Identificação Social Subjetiva (Silva, 2005), constando de dois itens, um para a identificação com o *ingroup* (grupo de pertença) e outra para identificação com o *outgroup* (grupo de comparação), ambas composta de uma escala de 0 (nenhuma identificação) a 10 (identificação total), o quanto se identificava com a maneira de pensar, a cultura e a forma de ser do seu grupo de pertença e do seu grupo de comparação, que foram estabelecidos pela auto-classificação. Foi solicitado que respondessem aos dois itens.

Motivações, Normas e Ideologias subjacentes às expressões do Preconceito

Para avaliar as motivações, as normas sociais e as ideologias que porventura pudessem estar subjacentes as expressões do preconceito racial foi necessário usar três medidas, descritas a seguir:

- As **Escalas de motivação interna e externa para responder sem preconceito** desenvolvidas por Plant & Devine (1998) composta por duas medidas independentes, isto é, duas escalas que medem duas fontes de motivação diferentes. Uma motivação resultante da internalização dos valores democráticos e não-preconceituosos e outra motivação proveniente da pressão social para seguir as normas não-preconceituosas. Ambas compostas por 05 itens, cada uma, escala tipo Likert de 05 pontos que variam de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. Dada a proximidade entre as línguas portuguesas de Portugal e a Brasileira, optou-se por utilizar a versão portuguesa

desenvolvida por (Palma & Maroco, 2008). Foram constados dois fatores, por meio da análise fatorial exploratória da escala de motivações para responder sem preconceito, com rotação *Varimax* apontou dois fatores 1) Motivações Externas com variância explicada 30,02%, autovalor igual a 3,0, e alfa de *Cronbach* elevado $\alpha=0,78$; 2) Motivações Internas com variância explicada 19,93%, alfa mediano $\alpha=0,57$ e autovalor igual a 1,99. O item (“*Se eu agisse de forma preconceituosa com pessoas negras, me preocuparia que as outras pessoas se irritassem comigo*”) pontuou nos dois fatores, no entanto, decidiu pela alocação deste item no fator que apresentou maior carga fatorial. Apresentou O KMO elevado (0,762) explicando 49,95% da variância total. Teste de Esfericidade de Bartlett: $X^2=2387,38$; $p < 0.001$.

- As **Normas Sociais compostas da adesão aos valores igualitários e meritocráticos** avaliada mediante as escalas do **Igualitarismo** e do **Individualismo Meritocrático (Ética Protestante)**. Desenvolvida por Katz e Hass (1988). Estas escalas medem a adesão as normas sociais do igualitarismo e do individualismo meritocrático como indicadores de valores sociais. São compostas por 10 itens cada, as escalas variam em 05 pontos (discordo totalmente ao concordo totalmente). A análise fatorial exploratória da escala das normas sociais com rotação *Varimax* apontou dois fatores: 1) normas do igualitarismo com variância explicada 16,36%; $\alpha=0,70$ e autovalor igual a 3,2 e; 2) normas da meritocracia com variância explicada 12,26%, apresentando alfa de *Cronbach* satisfatório $\alpha=0,64$ e autovalor igual a 2,4. A carga fatorial do item (“*A nossa sociedade teria menos problemas se as pessoas tivessem menos tempo de lazer.*”) não foi satisfatória apresentando valor inferior a 0,3, portanto esse item foi suprimido da constituição das variáveis normativas utilizadas nas análises seguintes. Apresentou KMO elevado (0,783), Teste de Esfericidade de Bartlett: $X^2= 2471,65$; $p < 0.000$, explicando 28,62% da variância total.

- A **Escala de Dominância Social** desenvolvida por Pratto *et all* (1994) é composta por 16 itens que medem o grau de acordo com a dominação, influência e controle de um grupo de alto status em relação a grupos inferiores. Foi realizada uma análise fatorial dos componentes principais com rotação *Varimax* seguindo a sugestão unifatorial dos autores da escala (Sidannus & Pratto, 2000), foi necessário inverter os indicadores de igualitarismo. A escala de orientação a dominância social agrupa itens que fazem referência a necessidade de dominação entre grupos a exemplo: “*Provavelmente é bom que certos grupos estejam em uma posição superior e outros em uma posição inferior*”, variância explicada 31,37% e Alfa de Cronbach ($\alpha=0,84$) e, autovalor igual a 5,019. KMO= 0,887; Teste de esfericidade de Bartlle: $X^2=3873,804$; gl. 120; $p<0,001$.

- A análise dos **Estereótipos** foi possível mediante perguntas diretas sobre: O que mais e menos admira em relação a pessoas: a) negras; b) brancas e c) cotistas (beneficiários das cotas) e quais as características que melhor descrevem os cotistas.

Avaliação do Favorecimento Endogrupal

Para a avaliação do favorecimento endogrupal, isto é, avaliação do posicionamento em relação à política de cotas para negros nas universidades públicas, se fez uso de dois indicadores: **Proporção²¹ de vagas reservadas para pessoas negras** no processo seletivo para ingresso nas universidades públicas. As opções de resposta variavam de 100% (todas as vagas para os negros) a 0% (não deve haver nenhuma reserva de vagas para negros). Em seguida foi pedido que os estudantes justificassem a resposta. Em seguida eram

²¹ Para efeito de cálculos os índices percentuais são transformados em indicadores que variavam de 0 a 10.

questionados quanto à **atribuição de justiça à proposta de política de cotas para negros**, numa escala de 0 (Nada Justa) a 4 (Extremamente Justa), quão justa eles consideravam a reivindicação por parte do movimento negro no que se refere à política de cotas para negros nas universidades públicas. Em seguida eram solicitados a justificar seu posicionamento

6. Análises e Discussões dos Resultados

O estudo do preconceito racial e do racismo contra os negros foi possível através de 03 (três) medidas. Cada medida se refere a aspectos particulares das relações intergrupais conflituosas. O primeiro aspecto é composto pelas atitudes positivas e negativas em relação aos negros, esta configuração foi mantida por ser tradicionalmente utilizada na literatura e por se tratar de duas dimensões coexistentes e ambivalentes do fenômeno do preconceito (Katz & Hass, 1996). A segunda medida é referente a proposta do preconceito sutil (Petigrew & Meertens, 1995), também analisada em duas dimensões, a sutil e a flagrante, que, assim como as atitudes, são coexistentes. Por fim, a terceira e última medida se refere ao racismo moderno (McConahay, 1986).

Desta forma, se tem uma medida de expressão positiva (atitudes positivas), duas medidas de expressões discretas (preconceito sutil e racismo simbólico) e duas medidas de expressões abertas e negativas (atitudes negativas e preconceito flagrante).

O contexto tem um papel importante para análise das relações intergrupais, pois a depender do contexto, o resultado do contato pode ser positivo (Christ *et al*, 2014) ou negativo (Sherif, 1966; Sherif & Sherif, 1964), na medida que pode reduzir ou aumentar o preconceito. O preconceito é resultante não só da interação interpessoal, mas também do contexto no qual se estabelece o contato. (Christ *et al*, 2014).

No presente trabalho, o contexto de análise é o da implantação das cotas raciais (favorecimento ao grupo minoritário) que pode gerar tensões e conflitos raciais, provenientes de sentimentos de ameaça vivenciado pelo grupo majoritário em relação ao grupo minoritário (Stephan *et al*, 2002).

Tendo em vista, por um lado, a importância do contexto social em que são vividas as relações racializadas e, do outro lado, a realidade de promoção de favorecimento ao grupo minoritário, pode-se pensar que a adoção a políticas públicas de favorecimento aos grupos minoritários em um contexto histórico de manutenção das desigualdades e exclusões sociais, e, portanto, perpetuação do *status quo* do grupo dominante, despertaria neste grupo uma percepção de privação relativa e o conseqüente protesto diante da percepção de perda de alguns benefícios que lhes são concedidos por “direito”.

Diante da ideia de que cada grupo social deva permanecer “nos seus devidos lugares” para manutenção da ordem social, o grupo dominante reivindicará seu espaço e perceberá o outro (grupo minoritário) como ameaçador e oportunista e, portanto, passível de hostilidades social, sendo desta forma, legitimada qualquer expressão ou ação decorrente do preconceito, por hora indireto e implícito, em conformidade com as normas antirracistas, passando a ser exposto de forma direta e explícita, salientando, portanto, a sua forma tradicional.

As relações entre o contexto e as diversas expressões positivas, discretas e manifestas de preconceito e racismo são investigadas a luz de possíveis interações com as variáveis identitárias (autocategorização, identificação racial e percepção de proximidade com negros) e com as variáveis normativas (motivações de controle do preconceito, normas sociais e orientação a dominância social).

A fim de tornar mais claros os resultados obtidos, o capítulo foi dividido em sessões: *a primeira* referente a influência do contexto nas expressões de atitudes positivas, expressões explícitas (atitudes negativas e preconceito flagrante) e expressões implícitas do preconceito racial (preconceito sutil e racismo moderno); *a segunda* referente a análise do posicionamento dos participantes acerca do sistema de cotas; e finalmente, *a terceira* referente à análise dos estereótipos atribuídos aos negros, aos brancos e aos cotistas.

6.1 – Efeito do contexto nas atitudes positivas e negativas nas expressões do preconceito sutil e flagrante e nas manifestações do racismo moderno.

A presente seção, tem como objetivo aprofundar e testar empiricamente as questões suscitadas nos capítulos teóricos. Especialmente, se deseja verificar qual o papel do contexto de favorecimento ao grupo minoritário nas expressões do preconceito racial e do racismo.

Para este efeito serão utilizadas três medidas do preconceito racial e do racismo, sendo que cada medida se refere a aspectos particulares das relações intergrupais conflituosas. As primeiras serão as escalas de atitudes positivas e de atitudes negativas (Katz & Hass, 1996). Em seguida, as medidas do preconceito sutil (Petigrew & Meertens, 1995) composto por dimensões, a escala do preconceito sutil e a escala do preconceito flagrante. Por fim, a medida do racismo, através da escala de racismo moderno (McConahay, 1986). Contudo, os dados serão organizados em três blocos: o primeiro referente às atitudes positivas; o segundo referente às medidas explícitas do preconceito (atitudes negativas e preconceito flagrante) e, o terceiro referente às medidas implícitas do preconceito (preconceito sutil e racismo moderno).

Para testar o impacto do contexto nas diversas manifestações do preconceito racial, conduzimos diversas ANOVAs, na qual as variáveis independentes eram: o contexto (cotas, bonificação e sem cotas); a identidade e as normas sociais e, as variáveis dependentes foram as atitudes positivas e negativas; os preconceitos sutil e flagrante e o racismo moderno contra os negros.

6.1.1 Efeito nas atitudes positivas

Para verificar o efeito do contexto nas atitudes positivas, foi realizada uma ANOVA, tomando como variável independente o contexto (com cotas vs sem cotas vs com bonificação). Os resultados indicam que não houve um efeito significativo do contexto nas atitudes positivas em relação aos negros ($F_{(2,901)}=0,784$; $p=n.s.$). O contexto com cotas ($M=3,74$; $DP=0,63$) (HSD de Tukey, $p=ns$) não difere dos contextos com bonificação ($M=3,69$; $DP=0,66$) (HSD de Tukey, $p=ns$) nem do contexto sem cotas ($M=3,73$; $0,68$) (HSD de Tukey, $p=ns$) e o contexto com bonificação e sem cotas também não diferem quanto as atitudes positivas (HSD de Tukey, $p=ns$).

Foram feitas ANOVAs fatoriais, com objetivo de verificar possíveis interferências das diversas variáveis sócio-demográficas (sexo, renda e curso/área) no efeito do contexto nas atitudes positivas.

No que se refere, à análise do efeito do contexto e do sexo nas atitudes positivas, não houve um efeito principal significativo do sexo ($F_{(2;859)}=13,660$; $p=0,066$), uma vez que homens e mulheres não diferem quanto a expressões positivas em relação aos negros, também, não houve efeito de interação ($F_{(2;859)}=0,952$; $p=0,301$).

No que concerne ao efeito da renda e do contexto nas atitudes positivas não houve efeito principal significativo da renda ($F_{(2;719)}=1,003$; $p=0,419$). Não foi verificado um efeito significativo de interação ($F_{(2;719)}=0,290$; $p=0,608$).

Foi constatado um efeito de interação ($F_{(4;806)}=5,358$; $p<.001$) entre o contexto e a área de conhecimento nas atitudes positivas. Como pode ser visto na Tabela 1, pode-se perceber que na universidade sem cotas existe uma maior atribuição de atitudes positivas aos negros por parte dos estudantes da área de saúde ($M=3,91$; $DP=0,56$), ao passo que os estudantes da área de exatas expressaram atitudes positivas baixas ($M=3,57$; $DP=0,71$),

enquanto os estudantes de humanas mantiveram as atitudes positivas próxima a média global ($M=3,72$; $DP=0,72$). Em contrapartida, no contexto com bonificação os estudantes de humanas foram os que apresentaram mais atitudes positivas ($M=3,95$; $DP=0,59$), sendo os da área da saúde os que menos expressaram atitudes positivas ($M=3,58$; $DP=0,68$). Já no contexto com cotas os estudantes de exatas expressaram menos atitudes positivas ($M=3,64$; $DP=3,65$) do que os estudantes de humanas ($M=3,76$; $DP=0,66$), que não diferem das atribuições feitas pelos estudantes de saúde ($M=3,80$; $DP=0,59$).

Tabela 1

Medias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento nas expressões das *atitudes positivas*.

Curso/área	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Humanas	3,72 (0,72)	3,94 (0,60)	3,79 (0,66)	3,80 (0,67)
Saúde	3,91 (0,56)	3,57 (0,68)	3,76 (0,59)	3,75 (0,63)
Exatas	3,57 (0,71)	3,75 (0,64)	3,65 (0,66)	3,63 (0,68)
Total	3,73 (0,68)	3,73 (0,66)	3,74 (0,64)	3,73 (0,66)

A hipótese H1a, que previa valores mais elevados das atitudes positivas no contexto sem cotas do que no contexto com bonificação, que seriam maiores do que no contexto com cotas, foi refutada, pois o contexto não apresentou um efeito nas atitudes positivas. Contudo, apesar do contexto não apresentar um efeito principal nas atitudes positivas, pode-se perceber que estar vinculado a um curso da área de humanas representa maior expressão de atitudes positivas, fato mais intensificado no contexto com bonificação. Também foi verificado um aumento das atitudes positivas para aqueles vinculados ao curso da área da saúde no contexto sem cotas. A redução nas atitudes

positivas é notada nos cursos de exatas no contexto sem cotas e no curso da saúde no contexto com bonificação.

Em relação às medidas explícitas

As medidas explícitas são compostas por duas formas de expressão do preconceito racial mais abertas e diretas, as atitudes negativas e o preconceito flagrante.

6.1.2 Efeito nas atitudes negativas

O efeito do contexto nas atitudes negativas contra os negros foi verificado através de uma ANOVA. Os resultados indicaram um efeito significativo ($F_{(2,901)}=10,736$; $p<.001$) do contexto nas atitudes negativas. As atitudes negativas foram mais expressas no contexto com cotas ($M=2,79$; $0,69$), do que nos contextos com bonificação ($M=2,60$; $p=0,69$) (HSD de Tukey, $p<.005$) e sem cotas ($M=2,54$; $0,69$) (HSD de Tukey, $p<.001$). As expressões de atitudes negativas são semelhantes nos contextos com bonificação e sem cotas (HSD de Tukey, $p=n.s$). Portanto, a hipótese H1b foi parcialmente confirmada. De fato, os participantes do contexto com cotas apresentaram mais atitudes negativas do que os participantes do contexto com bonificação. Em contrapartida, não houve diferenças nas expressões das atitudes negativas entre os contextos de bonificação e o contexto sem cotas, os resultados foram divergentes do proposto pela hipótese.

Foram realizadas ANOVAS fatoriais, para análise das interferências das variáveis sócio-demográficas (sexo, renda e curso/área) no contexto para as expressões de atitudes negativas.

Quanto ao efeito do sexo e do contexto nas atitudes negativas, os resultados indicam que não houve efeito principal significativo do sexo ($F(2,859)=5,359$; $p=0,146$, nem não houve efeito de interação com o sexo ($F(2,859)=0,496$; $p=0,609$).

No que concerne ao efeito da renda e do contexto nas atitudes negativas, não houve efeito principal significativo da renda ($F(2;721)=1,282$; $p=0,373$), nem efeito de interação ($F(2;721)=1,107$; $p=0,331$).

Houve um efeito de interação entre a área de conhecimento e o contexto nas expressões negativas contra os negros ($F(4;808)=3,821$; $p<0,01$). As médias estão apresentadas na Tabela 2. Pode-se perceber que nos *contextos com cotas e com bonificação* há um aumento das atitudes negativas nos cursos de exatas ($M=2,94$; $DP=0,71$) e ($M=2,83$; $DP=0,67$); e nos cursos da saúde ($M=2,73$; $DP=0,62$) e ($M=2,71$; $DP=0,71$), respectivamente. No caso dos estudantes de ciências humanas a média das atitudes negativas é mais baixa que a das outras áreas ($M=2,50$; $DP=0,70$), quando os estudantes de humanas são do contexto com bonificação as expressões de atitudes negativas são bem mais baixa ($M=2,28$; $DP=0,59$) do que nos demais contextos. Quanto ao *contexto sem cotas*, foi notado que as atitudes negativas expressas pelos estudantes não diferem substancialmente em relação a área de conhecimento.

Tabela 2

Medias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento nas expressões das *atitudes negativas*.

Área	Contexto			
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	Total
Humanas	2,52 (0,70)	2,27 (0,59)	2,62 (0,72)	2,48 (0,69)
Saúde	2,55 (0,68)	2,70 (0,71)	2,69 (0,64)	2,65 (0,68)
Exatas	2,56 (0,69)	2,83 (0,67)	2,91 (0,71)	2,74 (0,71)
Total	2,54 (0,69)	2,56 (0,70)	2,74 (0,70)	2,62 (0,70)

Portanto, apesar das atitudes negativas serem mais expressas no contexto com cotas em relação aos contextos com bonificação e sem cotas, esse efeito é relativizado quando verificado o efeito da área do conhecimento. Inclusive pode-se notar que no contexto com cotas as expressões de atitudes negativas são maiores, principalmente, devido a elevada atitude negativa dos estudantes de exatas. Ademais, a existência de cotas e bonificação aumentam as atitudes negativas nos cursos de exatas e nos de saúde. Enquanto isso, nos cursos de ciências humanas verifica-se uma menor expressão de atitudes negativas no contexto com bonificação.

6.1.3 Efeito no preconceito flagrante

Na análise da influência do contexto nas expressões do preconceito flagrante foi constatado um efeito significativo ($F_{(2,889)}=26,033$; $p<.001$), sendo o preconceito flagrante mais expressivo no contexto com cotas ($M=1,71$; $0,53$), do que nos contextos com bonificação ($M=1,56$; $p=0,35$) (HSD de Tukey, $p<.001$) e sem cotas ($M=1,54$; $0,58$) (HSD de Tukey, $p<.001$). Nos contextos com bonificação e sem cotas o preconceito flagrante foi igualmente expresso (HSD de Tukey, $p=ns$). Os dados confirmam a hipótese H1c que previa mais preconceito flagrante expresso pelos participantes do contexto com cotas, do que pelos participantes do contexto sem cotas, e que os contextos sem cotas e com bonificação seriam semelhantes nas respostas, principalmente nas expressões flagrantes, porque são contextos que não enfatizam o aspecto racial.

Através das ANOVAS fatoriais objetivamos verificar possíveis interferências das variáveis sociodemográficas (sexo, renda e curso/área) no contexto para as expressões do preconceito flagrante.

No que se refere à diferença entre os sexos dos participantes e o contexto nas expressões do preconceito flagrante, os resultados indicaram um efeito de interação significativo ($F_{(2,847)}=3,232$; $p<0,05$). Os participantes do sexo masculino do contexto com cotas apresentaram mais preconceito flagrante ($M=1,80$; $DP=0,62$) do que as mulheres ($M=1,62$; $DP=0,39$). Nos contextos com bonificação e sem cotas não houve diferenças significativas entre homens e mulheres.

Quando verificada a influência da renda e do contexto nas expressões de preconceito flagrante, não foi identificado efeito principal da renda ($F_{(2,711)}=5,962$; $p=0,131$). Nem efeito de interação ($F_{(2,711)}=1,186$; $p=0,306$).

A ANOVA da análise da influência da área de conhecimento e do contexto nas expressões do preconceito flagrante, os resultados indicam que não houve efeito de interação ($F_{(2,798)}=0,472$; $p=0,756$). Contudo, a área de conhecimento apresentou efeito principal significativo $F_{(4,798)}=17,016$; $p<0,05$). Os estudantes da área da saúde foram os que mais apresentaram preconceito flagrante ($M=1,68$; $DP=0,02$), que se diferenciaram dos estudantes de exatas ($M=1,58$; $DP=0,03$) e dos estudantes de humanas ($M=1,54$; $DP=0,02$). Também houve efeito principal do contexto. No contexto com cotas houve mais expressões de preconceito flagrante ($M=1,69$; $DP=0,02$) do que no contexto com bonificação ($M=1,56$; $DP=0,03$) e mais do que no contexto sem cotas ($M=1,54$; $DP=0,02$).

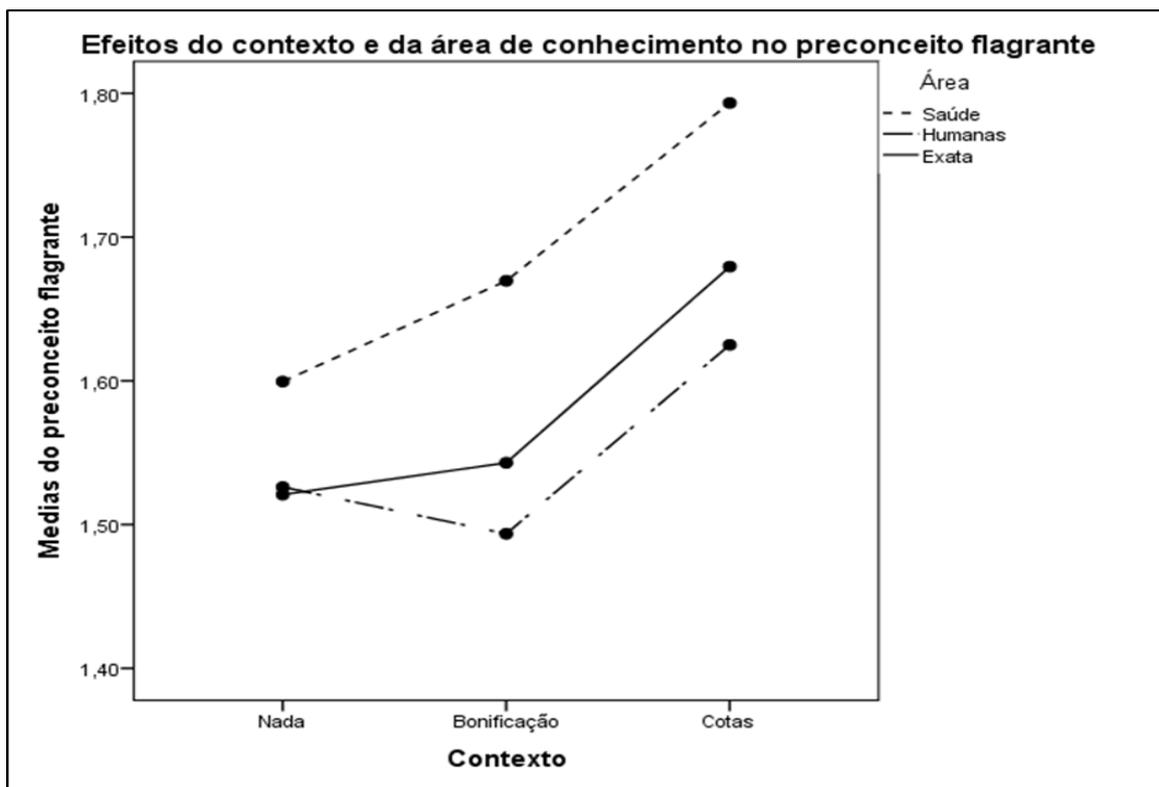


Figura 2: Efeito do contexto e da área do conhecimento na expressão do preconceito flagrante.

Esses resultados mostram que os efeitos do contexto e da área de conhecimento influenciam nas expressões do preconceito flagrante, apesar de não apresentarem uma interação entre eles, fica evidente que no contexto com cotas os estudantes da saúde expressam mais preconceito flagrante do que os estudantes da mesma área vinculados as outras universidades, que não possuem cotas com recorte racial. Talvez o fato dos estudantes da área da saúde terem nos seus currículos disciplinas que lidem mais com conhecimentos e ênfases em fatores orgânicos e disposicionais e, portanto, uma visão mais essencialista do comportamento humano, este conhecimento pode gerar expressões mais explícitas de preconceito contra os negros, expressões que podem se apresentar mais salientes no contexto que promove um benefício a um grupo racial julgado inferior.

Em relação às medidas implícitas

Nesta seção serão apresentados os resultados referentes ao efeito do contexto no preconceito sutil e no racismo moderno.

6.1.4 Efeito no preconceito sutil

Para análise do papel do contexto nas expressões do preconceito sutil foi feita uma ANOVA, cujos resultados indicam que não houve um efeito significativo do contexto nas expressões do preconceito sutil ($F_{(2,883)}=2,025$; $p=0,13$). Desta forma, nos contextos com cotas ($M=2,62$; $DP=0,46$), com bonificação ($M=2,66$; $DP=0,43$), e sem cotas ($M=2,58$; $DP=0,44$) as respostas dos universitários sobre o preconceito sutil são iguais.

Na ANOVA, para verificar a relação do sexo e do contexto nas expressões do preconceito sutil, foi constatado um efeito principal significativo do sexo ($F_{(2,840)}=18,811$; $p<0,05$), os homens apresentaram mais preconceito sutil ($M=2,68$; $DP=0,02$), do que as mulheres ($M=2,52$; $DP=0,02$). Não foi constatado efeito significativo de interação ($F_{(2,840)}=2,141$; $p=0,118$). Os resultados corroboram com os achados de Nunes (2010) que, a despeito das pesquisas sobre preconceito sutil e flagrantes não mencionarem a existência de diferenças nas expressões preconceituosas entre homens e mulheres (Pettigrew & Meertens, 1995; Nunes & Camino, 2011), encontrou no seu trabalho de tese, que os homens apresentam mais preconceitos sutil e flagrante do que as mulheres.

No que concerne, a análise da renda e do contexto nas expressões do preconceito sutil, foi verificado um efeito de interação ($F_{(2,705)}=3,662$; $p<0,05$). No contexto com cotas os participantes com renda alta apresentaram menos preconceito sutil ($M=2,54$; $DP=0,43$) do que aqueles com renda baixa ($M=2,66$; $DP=0,46$). No contexto com bonificação ocorre

uma inversão, o preconceito sutil foi maior nos participantes que apresentaram renda mais alta ($M=2,70$; $DP=0,44$). No contexto sem cotas o preconceito sutil foi mais expresso por aqueles que apresentaram uma renda mais elevada ($M=2,67$; $DP=0,40$).

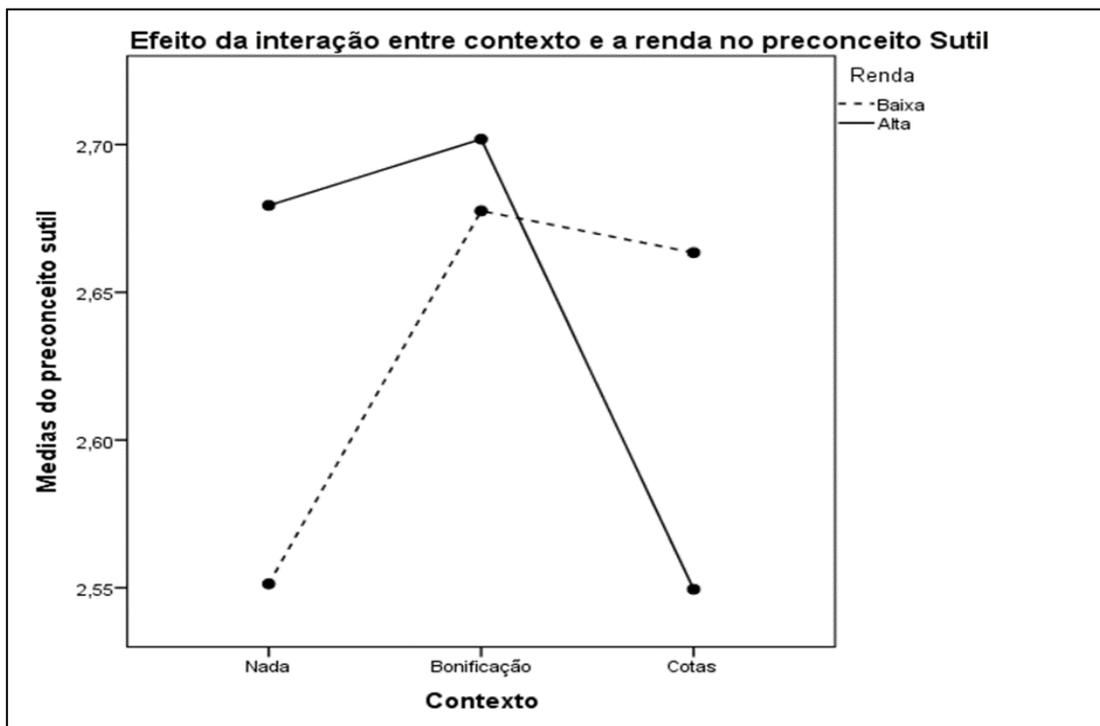


Figura 3: Efeito de interação entre o contexto e a renda nas expressões do preconceito sutil

Quanto ao efeito da área de conhecimento e do contexto, os resultados indicam que não houve efeitos principais significativos do contexto ($F_{(2,793)}=0,579$; $p=0,601$), nem da área de conhecimento ($F_{(2,793)}=2,510$; $p=0,194$). Houve um efeito de interação entre o contexto e a área de conhecimento nas expressões do preconceito sutil ($F_{(4,793)}=3,487$; $p=0,008$). No contexto com cotas os estudantes de exatas ($M=2,73$; $D=0,48$) apresentaram mais preconceito sutil do que os de humanas ($M=2,57$; $D=0,45$) e da saúde ($M=2,57$; $D=0,44$) que apresentaram padrão de resposta igual. No contexto com bonificação as expressões do preconceito sutil foram maiores do que nos demais contextos, aparentemente, impulsionado pelos estudantes das áreas de exatas ($M=2,74$; $DP=0,48$) e da saúde ($M=2,78$; $DP=0,43$). No contexto sem cotas, os estudantes das três áreas

apresentaram médias de preconceito sutil inferiores à média geral: o preconceito sutil no contexto sem cotas foi maior entre estudantes de exatas ($M=2,63$; $D=0,43$) do que nos estudantes da saúde ($M=2,55$; $DP=0,46$) e nos estudantes de humanas ($M=2,55$; $DP=0,46$).

Tabela 3

Médias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento na expressão do *preconceito sutil*.

Curso	Contexto			
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	Total
Humanas	2,55 (0,46)	2,48 (0,36)	2,57 (0,45)	2,54 (0,43)
Saúde	2,57 (0,45)	2,78 (0,43)	2,57 (0,44)	2,64 (0,45)
Exatas	2,63 (0,43)	2,74 (0,48)	2,73 (0,48)	2,69 (0,46)
Total	2,58 (0,45)	2,66 (0,43)	2,62 (0,46)	2,62 (0,45)

Nestes resultados foi possível perceber que o efeito do contexto nas expressões sutis do preconceito é moderado pela renda e pela área de conhecimento. O nível do poder aquisitivo pode gerar posturas atitudinais diferentes em relação aos negros, a depender do contexto. Quando se tem uma elevada renda no contexto de favorecimento ao grupo racial, menor expressão do preconceito sutil; possuir menor poder aquisitivo no contexto de bonificação (favorecimento sem ênfase racial) está relacionado a mais expressões do preconceito sutil, já no contexto sem cotas ou benefício ter uma renda elevada implica em maior expressão do preconceito sutil. No momento, não foi identificada na literatura sobre o preconceito sutil uma explicação adequada para esses resultados.

6.1.5 Efeito no racismo moderno

Na análise das manifestações do racismo moderno houve um efeito significativo do contexto ($F_{(2,902)}=4,728$; $p<0,01$). O racismo foi mais expressivo no contexto com cotas ($M=2,25$; $DP=0,71$) do que no contexto sem cotas ($M=2,08$; $DP=0,71$) (HSD de Tukey, $p<0,05$) e não houve diferenças significativas em relação ao contexto com bonificação ($M=2,13$; $DP=0,71$) (HSD de Tukey, $p>0,05$). Nos contextos com bonificação e sem cotas, as manifestações médias do racismo moderno não diferem (HSD de Tukey, $p>0,05$).

No que concerne a relação entre o sexo e o contexto nas expressões do racismo moderno (Figura 4) não foi notado um efeito de interação ($F_{(2,861)}= 0,523$; $p=0,593$). Houve um efeito principal do sexo dos participantes nas expressões do racismo moderno ($F_{(2,861)}= 38,298$; $p<0,05$). Os homens apresentaram mais racismo moderno ($M=2,24$; $DP=0,03$) do que as mulheres ($M=2,02$; $DP=0,03$). Esse padrão de resposta é evidenciado em todos os contextos, contudo, a diferença entre homens e mulheres é mais marcante no contexto com cotas.

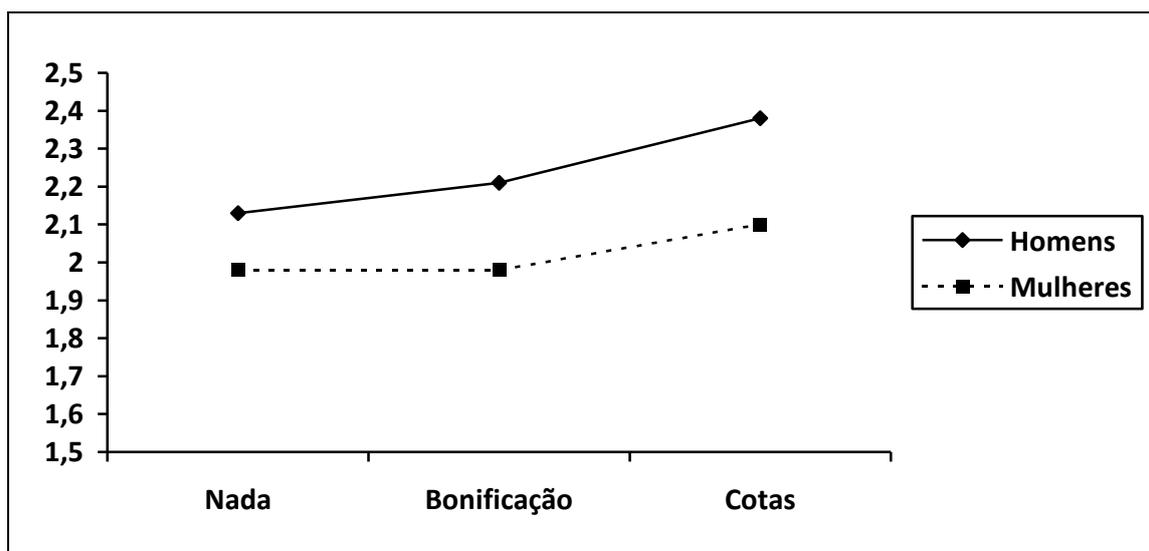


Figura 4 – Efeitos do contexto e do sexo nas expressões do racismo

Na análise da relação entre a área de conhecimento e o contexto na manifestação do racismo (Tabela 4), os resultados indicam que também não houve efeito principal da área de conhecimento ($F_{(2,718)} = 2,025$; $p=0,244$).

Entretanto, houve efeito de interação entre a área de conhecimento e o contexto nas expressões do racismo moderno ($F_{(4,809)} = 4,679$; $p=0,001$). Os resultados expostos na Tabela 4, indicam que na universidade com cotas os estudantes de exatas foram os que mais expressaram racismo contra os negros ($M=2,43$; $DP=0,68$), seguidos dos estudantes de saúde ($M=2,19$; $DP=0,68$) e de humanas ($M=2,14$; $DP=0,75$). Na universidade com bonificação os estudantes de humanas expressaram menos racismo ($M=1,77$; $DP=0,59$), e os de saúde foram os que apresentaram mais racismo ($M=2,30$; $DP=0,71$). No contexto sem cotas os estudantes de humanas e de saúde apresentaram, respectivamente, menos racismo ($M=2,04$; $DP=0,81$) e ($M=2,02$; $DP=0,64$), já os estudantes das ciências exatas apresentaram mais racismo ($M=2,18$; $DP=0,67$).

Tabela 4

Médias e desvios padrões (em parênteses) do efeito da interação entre o contexto e área do conhecimento na expressão do *racismo moderno*.

Curso	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Humanas	2,04 (0,81)	1,77 (0,59)	2,14 (0,75)	2,00 (0,75)
Saúde	2,02 (0,64)	2,30 (0,71)	2,19 (0,68)	2,16 (0,69)
Exatas	2,18 (0,67)	2,08 (0,69)	2,43 (0,68)	2,26 (0,75)
Total	2,08 (0,72)	2,07 (0,70)	2,23 (0,70)	2,13 (0,71)

Mediante os resultados obtidos da relação entre o contexto e o racismo não foi possível corroborar a hipótese H1e, que previa que *os valores do racismo moderno, mensurados pela escala do racismo moderno, serão maiores entre os participantes do*

contexto sem cotas do que entre os participantes do contexto com cotas que, por sua vez, serão maiores do que os dos participantes do contexto com bonificação. O contexto com cotas promotor de maior contato entre os membros dos dois grupos (com cotas), provoca no grupo majoritário atitudes racistas veladas e simbólicas, principalmente, pela percepção de que os negros estão ocupando espaços, a exemplo da universidade, que antes “pertenciam” apenas aos brancos. Na teoria do racismo moderno há a percepção de que os negros recebem mais do que merecem e que violam os valores de igualdade e liberdade, importantes na sociedade (McConahay, 1986; Lima e Vala, 2004). No contexto com cotas, no qual os negros são beneficiados, a expressão do racismo aumenta, justamente, porque concomitante à ideia de promoção da igualdade de oportunidades (*os negros não são mais alvos de discriminação podendo agora competir e adquirirem aquilo que almejam*) neste caso poder estudar para passar no vestibular mediante exame igual para todos, existe uma recusa em aceitar uma igualdade de benefícios. Pois, a despeito da existência de discriminação e exclusão social dos negros se tem a crença de que os negros ao violarem esses valores põem em risco a permanência do *status quo* das relações inter-raciais (Lima e Vala, 2004). Ademais, a relação entre o contexto e o racismo é mediada pela área de formação acadêmica e o racismo sofre influência do sexo.

Síntese dos resultados e discussão

As hipóteses, do presente estudo, sobre o efeito do contexto nas expressões do preconceito racial e do racismo previam que no contexto que vigora o favorecimento ao grupo minoritário, caracterizado pela universidade que aderiu a política de cotas para negros, as expressões do preconceito racial seriam mais explícitas do que no contexto que não há favorecimento ao grupo minoritário (isento de cotas ou bonificação). Previa ainda

que esse efeito seria reduzido quando comparado ao contexto com bonificação a grupos desfavorecidos. Por outro lado, na universidade que não adota nenhum tipo de favorecimento para os grupos minoritários o preconceito racial seria expresso de forma mais sutil, indireta, implícita. Os resultados obtidos indicam que, de fato, as atitudes positivas não sofrem influência direta do contexto, a *H1a*, portanto foi refutada. As atitudes negativas (*H1b*) e expressões de preconceito flagrante (*H1c*) são mais expressivas no contexto de favorecimento direto ao grupo minoritário (contexto com cotas raciais). A hipótese *H1d*, sobre a influência do contexto nas expressões do preconceito sutil, não foi confirmada. Na análise referente ao racismo moderno, ocorreu um efeito contrário do esperado na hipótese *H1e* não foi confirmada pois as expressões modernas de racismo são mais expressas no contexto com cotas.

Percebe-se na realidade do Brasil o reconhecimento pelos brasileiros da existência de preconceito e discriminação racial contra os negros no Brasil (Turra & Venture, 1995) e que, portanto, os negros estariam em desvantagens em relação aos brancos, o que remete a elevadas atitudes positivas em relação aos negros, entretanto, a visão de que os negros possuem atributos mentais desviantes, que impossibilitariam o desenvolvimento pleno, desperta atitudes negativas contra os negros (Katz & Hass, 1988). Portanto, a dupla percepção de desvantagem e desvio pode gerar sentimentos conflitantes de simpatia e antipatia.

Segundo a teoria do preconceito ambivalente as atitudes conflitantes estão correlacionadas a valores provenientes da cultura americana (que o Brasil tem como “modelo”), as atitudes negativas se relacionam positivamente a valores humanitários e igualitários e as atitudes negativas a valores dos individualistas e meritocráticos. Apesar da ênfase atribuída a adesão a valores do individualismo e da meritocracia na expressão de atitudes discriminatórias dirigidas aos negros, a teoria do preconceito ambivalente não

analisa as atitudes em contextos competitivos (ver Katz & Hass, 1988). Nosso trabalho se preocupou em verificar a influência do contexto de competição que prioriza o mérito como forma de ascensão, ao ensino superior, nas atitudes em relação aos negros, acreditamos que esse espaço competitivo por excelência ganha uma dose extra de competitividade e questionamentos quando é introduzido um benefício a um dos grupos.

Percebemos o aumento nas atitudes positivas, quando o contexto competitivo está relacionado ao tipo de formação acadêmica dos participantes. Portanto, no interior de cada contexto a saliência das expressões de atitudes positivas pode variar, fundamentalmente, a depender da associação entre o contexto e a formação acadêmica. Desta forma, ocorreu um aumento das atitudes positivas nos contextos com cotas e com bonificação quando associados às ciências humanas e no contexto sem cotas quando vinculado às ciências da saúde. Constatamos que há uma redução das atitudes positivas quando se estar vinculado as ciências exatas nos contextos com cotas e sem cotas ou estar vinculado as ciências da saúde no contexto com bonificação. Para cada contexto parece vigorar um tipo de área de conhecimento propício a mais ou a menos atitudes positivas em relação aos negros.

As expressões de atitudes negativas foram mais explícitas no contexto de favorecimento mais direto (com cotas) ao grupo minoritário do que no contexto em que o favorecimento é um benefício indireto (bonificação). Quanto ao contexto isento de favorecimento, não foi possível constatar que o preconceito seria expresso de forma mais sutil, indireta, inicialmente, porque esta medida (atitudes negativas) é uma medida mais direta e, portanto, não seria a medida mais adequada para averiguar tal assertiva e, porque não houve diferença das respostas entre os contextos com bonificação e o isento de benefício. Contudo, a exemplo do que ocorreu com as atitudes positivas, no interior de cada contexto a formação acadêmica parece, relativizar a influência do contexto, nas expressões de atitudes negativas contra os negros. Desta forma, os contextos com cotas e

com bonificação quando associados às ciências exatas tendem a apresentar mais atitudes negativas, já os mesmos contextos associados às ciências humanas tendem a apresentar menos atitudes negativas, destarte a associação entre o contexto sem cotas com a área de conhecimento não apresenta diferenças quanto às atitudes negativas contra os negros.

No que concerne, ao efeito do contexto nas expressões do preconceito sutil e flagrante e, tendo em vista, a coexistência entre essas duas formas de preconceito, os resultados indicam que o contexto não influencia as expressões do preconceito sutil, portanto, não sendo possível comprovar a hipótese H1c que previa que no contexto isento de qualquer favorecimento a grupos minoritários o preconceito racial seria expresso de forma mais sutil, indireta, implícita. Contudo, a expressão do preconceito sutil ocorre mediante a associação entre o contexto e a área de conhecimento a qual o estudante está vinculado. Estar em um curso da área de humanas de uma universidade com bonificação ou estar em um curso da área da saúde de uma universidade com cotas representa menor expressão do preconceito sutil, enquanto, que nestes mesmos contextos maior expressão do preconceito sutil está associada às ciências exatas e da saúde, respectivamente. No contexto sem cotas estar vinculado a uma ou outra área de conhecimento não interfere nas expressões do preconceito sutil. No contexto com cotas foi evidenciado maiores expressões do preconceito flagrante. Contudo, apesar de comprovado a influência do contexto de favorecimento ao grupo minoritário no aumento das expressões de preconceito flagrante, este efeito é relativizado pela influência da área de conhecimento.

Sobre a influência do contexto nas expressões de racismo, o indicativo do efeito de interação entre o contexto e a área do conhecimento nas expressões de racismo, mostra mais uma vez que o conhecimento formal adquirido no âmbito universitário ou a escolha por cursos com ênfases diferenciadas quanto a análise de aspectos socioeconômicos,

associados a contextos distintos influencia de forma positiva ou negativa as atitudes em relação aos negros.

Segundo, Pinto (2005) a universidade é um campo de saberes, que demarcam possíveis trajetórias profissionais e sociais, e portanto, influenciam as atitudes dos agentes sociais. Cada campo de saber apresenta sua especificidade no que tange as análises do entorno social. Portanto, é plausível pensar que possivelmente os estudantes vinculados ao curso de humanas tenham maior contato com conteúdos teóricos e debates referentes a processos de preconceito, discriminação e exclusão social, e, portanto estejam mais familiarizados com a normativa anti preconceito, o que pode explicar a elevada atitude positiva em relação aos negros, contudo, essa elevação é ainda mais intensificada num contexto em que o benefício é mais discreto e indireto sem ênfase na questão racial, conivente com o discurso de reconhecimento das desigualdades sociais, mas negação de incentivos de favorecimento ao grupo em desvantagem, pois esse favorecimento pode provocar ameaça ao *status quo* do grupo dominante. O contrário também é verificado no que se refere aos cursos das ciências exatas que, têm os currículos constituídos, majoritariamente, de disciplinas tecnológicas e voltadas para execução de cálculos, fato que, parece distanciar os estudantes do contato com o universo social formalmente analisado no campo acadêmico. Pode-se supor que o nível de conhecimento e/ou acesso a informação, que provavelmente os cursos das ciências humanas e sociais fornecem, sobre desigualdades sociais, preconceito e discriminação social numa certa medida, auxilia a redução de posturas racistas explícitas e, especialmente considerando o conteúdo “simbólico” do racismo moderno (Katz, 1995; Kinder & Sears, 1981) distinto do tradicional, que traz no seu discurso uma percepção de que os negros são mais favorecidos que outros grupos e até mais do que merecem, que não são mais vítimas de discriminação e que precisam se organizar melhor.

Todavia, ainda restam questões a resolver e lacunas a preencher. Dentre as diversas questões, é possível elencar algumas que parecem mais pertinentes: em que medida a identidade racial tem influência na relação entre o contexto e as expressões de preconceito racial e racismo? Seriam a autocategorização, a identificação racial, e a percepção de proximidade com o grupo minoritário, responsáveis pelas diferenças das expressões do preconceito racial e do racismo nos diversos contextos? Para tentar responder a estas questões, na próxima sessão, foi analisado o papel moderador da identidade racial na relação entre o contexto e o preconceito racial e o racismo.

6.2 Efeitos do contexto e das variáveis identitárias nas atitudes positivas, expressões explícitas e implícitas do preconceito racial

A identidade social entendida como a parcela do autoconceito que deriva do sentimento e reconhecimento de pertença a um grupo social, bem como aos fatores emocionais associados à pertença (Tajfel, 1981), possibilita maior ou menor favorecimento ao próprio ou ao exogrupo, a depender do *status* social do grupo de pertença e da autoestima proveniente desta identificação. Portanto, não é o simples fato de se autodeclarar pertencente a um ou outro grupo fator suficiente para esboçar favorecimento ao endogrupo, mas que tal relação de favorecimento necessita que a identidade racial seja positiva, proporcione uma autoestima elevada e que o grupo possua um *status* valorizado socialmente.

Dada a importância da identidade nas relações intergrupais, nos perguntamos, qual a influência que o contexto exerce sobre a identidade social e o papel desta como moderadora da relação entre o contexto e as expressões do preconceito racial e do racismo.

Foram feitas diversas análises das hipóteses referentes aos diversos aspectos da identidade, oriundas dos desdobramentos da hipótese *H2*, referente ao papel da identidade como variável moderadora nas relações entre o contexto e as expressões do preconceito racial.

Para tanto, foram feitas análises das diversas variáveis que constituem a caracterização da identidade social, enquanto construto empírico.

As variáveis identitárias serão analisadas na seguinte ordem:

- 1) Autocategorização (cor de pele – branco ou negro)
- 2) Identificação racial (2 dimensões – com brancos e com negros)
- 3) Percepção de proximidade (2 dimensões – Interpessoal e Social)

Contudo, os resultados de cada variável, componente da identidade, serão organizados em três blocos: o primeiro referente às atitudes positivas; o segundo referente às medidas explícitas do preconceito (atitudes negativas e preconceito flagrante) e, o terceiro referente às medidas implícitas do preconceito (preconceito sutil e racismo moderno).

6.2.1 Efeitos do contexto e da AUTOCATEGORIZAÇÃO (cor de pele)

A autocategorização racial foi mensurada a partir da escolha do participante de uma dentre 04 opções do que ele julgava ser a sua cor de pele. Desta forma, deveria optar em branco, moreno com predomínio de branco, negro ou negro com predomínio de negro, e ainda em outros (podendo especificar ao lado). Para efeitos da análise do conflito inter-racial foram criadas duas categorias²² os brancos (agrupando brancos e morenos com predomínio de branco) e os negros (agrupando negros e morenos com predomínio de

²² Esta estratégia metodológica foi melhor explicada na seção do método.

negro). Aqueles que optaram pela categoria ‘outros’ foram retirados por representarem um número muito pequeno.

6.2.1.1 Efeito nas atitudes positivas

Os resultados da ANOVA para atitudes positivas indicam que não existe efeito principal do contexto, ($F_{(2,858)}=4,659$; $p=0,177$). Não foi verificado um efeito de interação entre o contexto e a cor de pele ($F_{(2,858)}=0,083$; $p=0,920$). Houve um efeito principal significativo da cor ($F_{(1,858)}= 24,913$; $p=0,027$). Os estudantes que se autocategorizaram como negros apresentaram mais atitudes positivas ($M=3,80$; $DP=0,05$) do que os brancos ($M=3,71$; $DP=0,02$). A hipótese ($H2a_1$), que previa mais atitudes positivas, no contexto com cotas, para os participantes autodeclarados como negros, não foi confirmada. Em contrapartida, evidenciamos que a cor da pele influencia as atitudes positivas em relação ao negro.

6.2.1.2 Efeito nas atitudes negativas

Para as atitudes negativas os resultados indicam que não houve um efeito principal da cor ($F_{(1,859)}= 4,848$; $p=0,153$), nem tão pouco um efeito da interação entre o contexto e a cor ($F_{(2,859)}=0,513$; $p=0,507$). Porém, houve um efeito principal significativo do contexto, ($F_{(2,859)}=20,078$; $p=0,047$), no contexto com cotas as expressões de atitudes negativas foram maiores ($M=2,79$; $DP=0,5$) do que no contexto com bonificação ($M=2,53$; $DP=0,5$) e maiores do que no contexto sem cotas ou bonificação ($M=2,48$; $DP=0,5$). Não houve diferença significativa entre o contexto com bonificação e o contexto sem cotas.

6.2.1.3 Efeito no preconceito flagrante

No preconceito flagrante não foi encontrado efeito significativo do contexto, ($F_{(2,853)}=13,09$; $p=0,071$). A cor não apresentou efeito significativo ($F_{(1,853)}=0,411$; $p=0,58$), portanto, brancos e negros não se diferenciam nas expressões do preconceito flagrante. Não foi encontrado um efeito de interação entre a cor e o contexto significativo ($F_{(2,853)}=0,71$; $p=0,492$). Esperávamos, segundo a hipótese $H2c_1$ que, no contexto com cotas, os valores do preconceito flagrante seriam menores para os participantes que se autodeclararem negros, do que para os autodeclarados brancos, contudo, nossos resultados indicam que não há influência da autocategorização na relação entre o contexto e as expressões do preconceito flagrante.

6.2.1.4 Efeito no preconceito sutil

Os resultados indicam que não houve efeito do contexto ($F_{(2,845)}=2,206$; $p=0,31$). Também não foi encontrado um efeito principal significativo da cor ($F_{(1,845)}=14,937$; $p=0,06$). Não foi encontrado efeito de interação entre a cor e o contexto ($F_{(2,845)}=0,694$; $p=0,50$) nas expressões do preconceito sutil. Desta forma, os resultados não corroboram a hipótese $H2d_1$ que, supunha escores mais elevados de preconceito sutil no contexto sem cotas, para os participantes autodeclarados brancos.

6.2.1.5 Efeito no racismo moderno

Nem o contexto ($F_{(2,862)}=6,804$; $p=0,13$) e nem a interação entre contexto e cor de pele ($F_{(2,862)}=0,375$; $p=0,68$) apresentaram efeitos significativos nas expressões do racismo

moderno. A cor de pele apresentou um efeito significativo ($F_{(1,862)}= 29,151$; $p=0,030$) nas expressões do racismo moderno sendo maior entre os brancos ($M=2,19$; $DP=0,02$) do que entre os negros ($M=1,98$; $DP=0,06$).

Apesar de encontrar a influência da cor de pele na expressão do racismo, não foi possível confirmar a $H2d_2$ que supunha encontrar mais expressões de racismo no contexto sem cotas entre os participantes autodeclarados brancos.

Sínteses dos resultados e discussão

A cor da pele não tem um papel diferenciado nas manifestações de atitudes explícitas sejam negativas ou nas expressões dos preconceitos flagrante, nem nas manifestações implícitas do preconceito sutil. Brancos e negros apresentam padrões de respostas similares o que configura uma conformidade intergrupala com a norma antirracista. Em contrapartida, a cor da pele indica ter um papel importante nas expressões das atitudes positivas e do racismo, os participantes autodeclarados brancos apresentam menos atitudes positivas e mais expressões de racismo em relação aos negros. O que pode indicar que as pessoas, do grupo majoritário, apesar de não expressarem preconceitos manifesto e sutil (e atitudes negativas), utilizam de estratégias para manifestar o preconceito de forma simbólica (McConahay, 1986; Kinder & Sears, 1971), ou seja, apresentam menor manifestação de atitudes positivas, portanto são menos propensos ao reconhecimento de que os negros são discriminados e sua cultura desvalorizada e que necessitam de um trato igualitário em relação aos brancos, somado a maior expressão do racismo moderno cujo uma das ideias principais é de que os negros recebem atenção e suporte social e político demasiados.

Por fim, percebemos que a autocategorização (cor de pele do participante) tem um papel importante nas expressões mais modernas do racismo, sendo portanto as pessoas brancas as que mais utilizam de estratégias sutis, veladas e modernas ao expressar o racismo contra os negros. De fato, os argumentos para legitimar as diferenças inter-raciais são baseados na percepção de favorecimentos demasiados e injustos aos negros aliada a manutenção da crença de que a discriminação racial deixou de existir há muito tempo e que agora os negros dispõem dos mesmos direitos e meios que os brancos para alcançar seus objetivos. Estes argumentos são utilizados para justificar a manutenção de discriminações provenientes do racismo. (Pereira, Torres & Almeida, 2003; Pereira & Vala, 2011).

A autocategorização teve um efeito significativo nas expressões do racismo, resta saber, se a identificação terá um papel expressivo nesses fenômenos e se apresentará um efeito moderador entre contexto e as expressões implícitas e explícitas do preconceito contra os negros.

6.2.2 Efeitos do contexto e da IDENTIFICAÇÃO RACIAL

Nesta sessão, a identidade racial será analisada na dimensão da identificação racial. A identificação racial, diz respeito a declaração do quanto se identifica com a cultura, o jeito de ser e pensar dos negros, para uma identificação com grupo minoritário ou, o quanto se identifica com a cultura, o jeito de ser e pensar dos brancos, para uma identificação com o grupo majoritário.

As variáveis identificação com negro (IN) e identificação com branco (IB), são variáveis contínuas, para as análises dos resultados, ambas foram transformadas em variáveis dicotômicas tendo como referência a média de respostas em cada uma delas

($M=4,94$) e ($M=6,00$), consideradas baixas para os valores abaixo da média e altas para os valores acima da média.

Nos perguntamos, qual o efeito dessa identificação, com o grupo minoritário e com o grupo majoritário, como variável moderadora nas relações entre o contexto de favorecimento ao grupo minoritário e as atitudes positivas e negativas, o preconceito sutil e flagrante e o racismo contra os negros?

6.2.2.1 Efeito do contexto e da identificação nas atitudes positivas

Na análise sobre o efeito moderador da identificação não foram encontrados efeitos principais da *IB* ($F_{(2; 880)} = 0,755$; $p=0,475$), nas atitudes positivas. Não houve efeito de interação ($F_{(2; 879)} = 3,477$; $p=0,063$).

Na análise do efeito da *IN* na relação entre o contexto e as expressões positivas, encontramos a *IN* não afeta a relação entre o contexto e as atitudes positivas ($F_{(2; 882)} = 1,426$; $p=0,241$). Contudo a *IN* afeta diretamente as expressões de atitudes positivas ($F_{(1; 882)} = 2,211$; $p=0,024$), os participantes que apresentaram uma identificação alta com os negros tiveram mais atitudes positivas ($M=3,79$; $D=0,02$) do que aqueles que apresentaram uma baixa identificação ($M=3,69$; $D=0,04$). A identificação racial seja com brancos ou negros não interfere na relação entre o contexto e as atitudes positivas em relação as pessoas negras.

Portanto, a hipótese $H2a_2$ foi refutada, pois supunha que no contexto com cotas os participantes com maior identificação com negros apresentariam escores mais elevados nas atitudes positivas. Contudo, encontramos que uma maior identificação com o grupo minoritário está associada a mais atitudes positivas em relação a esse grupo.

6.2.2.2 Efeito do contexto e da identificação nas atitudes negativas

Na análise do efeito da IB na relação entre o contexto e atitudes negativas, encontramos um efeito principal significativo da IB nas atitudes negativas ($F_{(2; 886)} = 6,606$; $p=0,010$). Os participantes que apresentaram uma alta IB ($M=2,71$; $DP=0,03$) expressaram mais atitudes negativas do que aqueles que apresentaram uma baixa IB ($M=2,59$; $DP=0,03$). Não houve efeito de interação entre o contexto e a IB nas atitudes negativas ($F_{(2; 886)} = 1,155$; $p=0,315$).

A IN não apresentou efeito principal significativo nas atitudes negativas ($F_{(2; 883)} = 0,162$; $p=0,687$). A IN não afeta a relação entre o contexto e as atitudes negativas ($F_{(2; 883)} = 1,582$; $p=0,206$).

Os resultados não corroboraram a hipótese $H2b_1$ que supunha que os participantes que apresentarem maior identificação com os brancos, no contexto com cotas, demonstrariam escores mais altos na escala de atitudes negativas. Contudo, encontramos que uma alta identificação com os brancos está associada a mais atitudes negativas.

Torna importante verificar a relação entre a identificação e a expressão de atitudes negativas contra os negros. Para tanto foi realizada uma regressão linear tendo como preditores a Identificação com Brancos e a Identificação com Negros e como variável dependente as atitudes negativas contra os negros (Tabela 5). Pode-se perceber que quanto maior a identificação com o grupo majoritário mais atitudes negativas são expressas, ao passo que maior identificação com o grupo minoritário representa uma menor atitude negativa em relação a este grupo.

Tabela 5
Análise de regressão da identificação racial e atitudes negativas

Atitudes Negativas				
	b	B	t	p
Interação	2,628		41,287	<0,001
Ident. Branco	0,031	0,115	2,974	<0,01
Ident. Negro	-0,034	-0,118	3,071	<0,01
$F_{(2;881)} = 6,108; p < 0,01$ $R = 0,117$ $R^2_{(ajustado)} = 0,014$				

Talvez, se o grupo majoritário tiver acesso à informação sobre o grupo minoritário e, se o contato intergrupar for promovido em condições ideais (Allport, 1954) haverá uma possibilidade de proporcionar menos atitudes negativas dirigidas aos negros.

6.2.2.3 Efeito do contexto e da identificação no preconceito flagrante

Com base nos resultados, a IB não afetou o preconceito flagrante ($F_{(2; 876)} = 1,573$; $p=0,210$), assim como, não afetou a relação entre o contexto e as expressões do preconceito flagrante ($F_{(2;876)} = 0,588$; $p=0,556$).

A IN não afetou diretamente o preconceito flagrante ($F_{(2; 874)} = 0,475$; $p=0,491$). Nem a relação do contexto com o preconceito flagrante foi afetada pela IN ($F_{(2; 874)} = 1,161$; $p=0,314$). Portanto, a hipótese $H2c_2$ não se confirmou, pois era esperado que no contexto com cotas, os valores do preconceito flagrante seriam menores para os participantes que apresentarem uma maior identificação com os negros, contudo os resultados demonstraram que não existe efeito moderador da identificação racial entre o contexto e as expressões do preconceito flagrante. Não foi evidenciado os efeitos diretos da identificação com brancos e na identificação com negros nas expressões do preconceito flagrante.

6.2.2.4 Efeito do contexto e da identificação no preconceito sutil

A IB afeta diretamente o preconceito sutil ($F_{(1;870)} = 9,096$; $p=0,003$). Os participantes que apresentaram uma alta IB expressaram mais preconceito sutil ($M=2,67$; $DP=0,02$) do que aqueles que apresentaram uma baixa IB ($M=2,58$; $DP=0,02$). Não foi indicado efeito de interação entre o contexto e IB nas expressões do preconceito sutil ($F_{(2;870)} = 1,296$; $p=0,274$).

Não foram observados efeito principal significativo da IN nas expressões do preconceito sutil ($F_{(1;868)} = 0,453$; $p=0,501$). Não houve efeito de interação da IN e do contexto nas expressões do preconceito sutil ($F_{(2;868)} = 0,354$; $p=0,501$).

A identificação não teve um efeito moderador entre o contexto e as expressões do preconceito sutil, portanto, a hipótese $H2d_3$ que supunha que os participantes com maior identificação com os brancos, no contexto sem cotas, apresentariam escores mais elevados de preconceito sutil, não foi corroborada. Contudo, a identificação com branco afeta diretamente as expressões do preconceito sutil, sendo mais elevadas para aqueles que mais se identificam com o grupo majoritário.

6.2.2.5 Efeito do contexto e da identificação no racismo moderno

Foi encontrado um efeito principal significativo da IB ($F_{(1; 886)} = 5,513$; $p=0,019$). As expressões do racismo são maiores quando se tem uma alta identificação com brancos ($M=2,21$; $DP=0,03$) do que quando se tem uma baixa identificação ($M=2,21$; $DP=0,03$). Não houve efeito de interação ($F_{(2; 886)} = 0,513$; $p=0,599$).

A IN não afeta diretamente o racismo ($F_{(1; 883)} = 1,101$; $p=0,294$). A identificação com negros não afeta a relação entre o contexto e as expressões do racismo ($F_{(2; 886)} = 1,753$; $p=0,174$), apesar de ser marginalmente significativo não será considerado.

Portanto, a nossa hipótese $H2c4$, que previa escores mais baixos de racismo no contexto sem cotas entre os participantes que apresentarem uma maior identificação com brancos, não foi confirmada.

Sínteses dos resultados e discussões

A identificação racial é diferenciada entre o grupo majoritário e o grupo minoritário. Enquanto, o grupo majoritário (brancos) salienta a identificação endogrupal e grupo minoritário (negros) não diferencia os níveis de identificação endo e exogrupal. Pensávamos que essa identificação diferenciada poderia desempenhar um papel moderador na relação entre o contexto e as diversas manifestações de preconceito e racismo. Contudo, foi constatado que a identificação racial, vista como um aspecto da identidade, não interfere na relação entre o contexto e, as atitudes positivas e negativas, os preconceitos sutil e flagrante, o racismo, em relação as pessoas negras.

No que concerne ás atitudes negativas, ao preconceito sutil e racismo uma alta identificação com o grupo majoritário parece indicar mais expressões de atitudes e preconceito contra os negros. No entanto, a identificação com o grupo minoritário parece indicar mais as atitudes positivas. Todavia, para que ocorra a identificação com um dado grupo, normalmente minoritário, é necessário um conhecimento prévio das suas características, pois o pouco conhecimento ou desconhecimento acerca do grupo, pode acarretar numa percepção do grupo alvo como ameaçador e esse sentimento de ameaça pode gerar atitudes preconceituosas contra o outro, sendo assim, o medo seria a origem

secundária do preconceito, ao passo que, o desconhecimento sua origem primária: “se o medo é o pai do preconceito, o desconhecimento é seu avó”²³. (Stephan & Stephan ,2000)

No contexto brasileiro, essa possível identificação do grupo com a cultura, o modo de ser e pensar dos negros é prejudicada por diversos aspectos porque não se tem o conhecimento exato sobre essa cultura e história dos negros africanos que foram trazidos para o Brasil (Batista, 1995), e porque o que não se conhece dificilmente se pode representar e até mesmo se identificar (Nascimento, 2005). Outro aspecto, talvez o mais importante, pode ser oriundo do racismo que, por si só, proporciona hostilidades, sentimentos de ameaça, rejeições de intimidades e distanciamentos.

6.2.2 Efeitos do contexto e da PERCEPÇÃO DE PROXIMIDADE COM NEGROS (contato)

Outro aspecto relevante para análise da identidade é a percepção de proximidade ou contato com o grupo alvo do preconceito. Inicialmente será mostrada a distribuição da percepção de proximidade ou contato nos níveis: familiar, fraternal (amigos), universitário e nacional.

No que se refere, a distribuição da percepção de proximidade, nos diversos níveis foi constatado que os estudantes apresentaram uma média de 21,15% de familiares; 26,73% de amigos; 26,8% de colegas na universidade e 48% de brasileiros negros. No que se refere a função da cor de pele ou autocategorização foi possível perceber que os participantes que se autodeclararam negros apresentaram percepção de proximidade e contato com os negros mais elevada em todos os âmbitos (Figura 5). Os negros afirmaram

²³ – “*If fear is the father of prejudice, ignorance is its grandfather*” (Stephan & Stephan, 2000, p. 38).

ter mais familiares negros ($M=42,66; DP=26,28$) que os brancos ($M=16,38; DP=16,91$), ($F_{(1,928)}=262,25$; $p < 0,001$). Também que teriam mais amigos negros ($M=35,59$; $DP=21,49$) que os brancos ($M=24,64$; $DP=14,95$), ($F_{(1,924)}=61,85$; $p < 0,001$). Mais colegas da universidade ($M=29,70$; $DP=16,86$) do que os brancos ($M=26,36$; $DP=16,91$), ($F_{(1,922)}=7,75$; $p < 0,05$). E por fim, uma percepção maior de brasileiros negros ($M=54,25$; $DP=18,35$) do que os brancos ($M=46,57$; $DP=18,35$), ($F_{(1,926)}=29,966$; $p < 0,001$).

Esses dados corroboram os achados de Lima, Neves e Silva (2014), sobre a existência da segregação racial nos espaços sociais, a despeito, de 51,3% da população brasileira ser composta por negros²⁴ (PNAD/IBGE, 2011), são identificados mais brancos no âmbito universitário e no ciclo de amizade.

Outro aspecto relevante é que apesar da autoclassificação como negro apenas 21% dos familiares são percebidos como negros o que indica que os negros estão em alguma medida “branqueando” seus familiares, sendo, portanto, consonantes com a ideologia do branqueamento (França & Monteiro 2002; França & Lima, 2011; Lima & Vala, 2004; 2005; Lima, Neves & Silva, 2014; Turra & Venturi, 1995).

Contudo, apesar de conviverem no mesmo espaço e frequentarem os mesmos cursos os estudantes autodeclarados negros tiveram maior percepção de negros na universidade do que os estudantes autodeclarados brancos. Que pode, ainda assim, traduzir interesses grupais, já que pode-se pensar, ao menos por um dos lados, que “estamos chegando aqui”, diferente do “já tem demais aqui” evidenciado no estudo de Lima *et all* (2014) ao constatar que brancos percebem um número maior de negros no âmbito universitário do que o percebido pelos próprios negros.

²⁴ O IBGE sugere a junção do percentual de pardos (43,1%) e pretos (8,2%) para constituir a categoria negro.

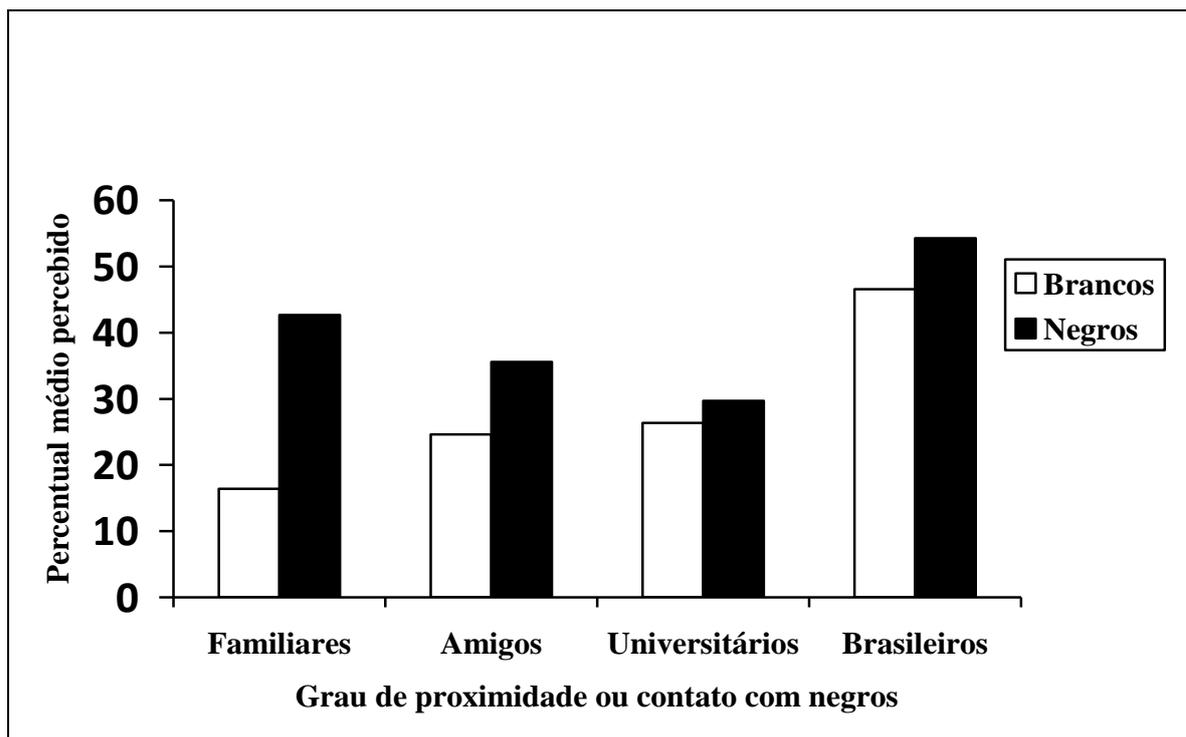


Figura 5- Percentuais médios estimados de pessoas negras na família, amigos, colegas da universidade e brasileiros em função da autodeclaração racial.

A percepção de proximidade será avaliada em duas dimensões: a percepção de proximidade interpessoal, mais íntima, cujas as relações são de parentesco ou afinidade (familiares e amigos) e a percepção de proximidade social, mais distante, cujas relações são escolares ou de nacionalidade (colegas da universidade e brasileiros).

Para operacionalizar as percepções de proximidades como variáveis moderadoras foi necessário transformá-las em variáveis dicotômicas usando como referência a média. A percepção de proximidade interpessoal apresentou média ($M=23,70$) e a percepção de proximidade social apresentou média ($M=37,46$). Para ambas as formas de proximidade, tendo a média como referência, denominou-se de baixa os valores abaixo da média e de alta os valores acima da média.

Pode-se perceber que semelhante aos achados de Lima, Neves & Silva (2014), houve uma menor percepção de proximidade e contato com pessoas negras no foro mais íntimo apesar de uma maior percepção no ambiente universitário e em âmbito nacional.

6.2.2.1 Efeito nas atitudes positivas

A proximidade interpessoal não afeta diretamente as atitudes positivas ($F_{(1; 922)}=0,653$; $p=0,419$). Os resultados não indicaram um efeito de moderação da proximidade interpessoal na relação entre o contexto e as atitudes positivas ($F_{(2; 894)}=0,566$; $p=0,568$).

Não houve efeito principal da proximidade social ($F_{(1; 892)}=0,222$; $p=0,128$) nas atitudes positivas. Nem efeito significativo de interação entre o contexto e a proximidade social nas atitudes positivas ($F_{(2; 894)}=2,053$; $p=0,128$).

O grau de proximidade ou contato com negros não influencia a relação entre o contexto e as atitudes positivas dirigidas aos negros. Não foi possível comprovar a hipótese $H2a_3$, cujo enunciado previa que no contexto com cotas os participantes que apresentassem maior percepção de proximidade com os negros demonstrariam escores mais elevados de atitudes positivas, visto que, independente que a percepção de contato seja no nível mais íntimo ou mais distante as expressões de atitudes positivas aos negros não diferem nos distintos contextos.

Medidas Explícitas

6.2.2.2 Efeito nas atitudes negativas

Houve efeito de interação do contexto e proximidade interpessoal nas atitudes negativas ($F_{(2; 896)}=3,3916$; $p=0,020$) (Tabela 6). As atitudes negativas são menores quando a proximidade interpessoal é alta no contexto sem cotas ($M=2,40$; $DP=0,71$) ou quando a proximidade interpessoal é baixa no contexto com bonificação ($M=2,58$; $DP=0,66$). No contexto com cotas há uma tendência a apresentar mais atitudes negativas

quando a proximidade interpessoal é alta ($M=2,83$; $DP=0,71$) do que quando a proximidade interpessoal é baixa ($M=2,75$; $DP=0,67$). Quando se tem uma proximidade maior com amigos e familiares negros maiores são as expressões de atitudes negativas no contexto com cotas e menores no contexto sem cotas. Contudo, no contexto com bonificação as atitudes negativas são menores quando se tem um número menor de familiares e amigos negros.

As expressões de atitudes negativas variam por contexto a depender do grau de proximidade ou contato mais íntimo percebido com o grupo minoritário.

Tabela 6

Médias e desvios padrões (em parênteses) das *atitudes negativas* em função do contexto e da percepção de proximidade interpessoal com negros

Proximidade Interpessoal	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Alta	2,40 (0,65)	2,62 (0,72)	2,83 (0,71)	2,63 (0,71)
Baixa	2,62 (0,69)	2,58 (0,66)	2,75 (0,67)	2,64 (0,68)
Total	2,54 (0,69)	2,60 (0,69)	2,79 (0,69)	2,64 (0,69)

A *proximidade social* apresentou um efeito de interação com o contexto nas expressões das atitudes negativas ($F_{(2; 895)}=3,438$; $p=0,033$). No contexto com cotas uma alta proximidade social com negros representa mais atitudes negativas ($M=2,82$; $DP=0,73$) do que quando a proximidade social é baixa ($M=2,73$; $DP=0,61$). No contexto com bonificação os escores das atitudes negativas são mais elevados quando se tem uma proximidade social baixa ($M=2,68$; $DP=0,66$) do que quando a proximidade social é alta ($M=2,52$; $DP=0,70$). No contexto isento de benefício ou cotas as atitudes negativas são maiores quando a proximidade social com negros é alta ($M=2,62$; $DP=0,77$) do que quando é baixa ($M=2,50$; $DP=0,63$).

Tabela 7

Médias e desvios padrões (em parênteses) das *atitudes negativas* em função do contexto e da percepção de proximidade social com negros

Proximidade Social	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Alta	2,62 (0,77)	2,52 (0,70)	2,82 (0,73)	2,67 (0,74)
Baixa	2,50 (0,61)	2,68 (0,66)	2,73 (0,61)	2,61 (0,64)
Total	2,54 (0,69)	2,60 (0,69)	2,79 (0,69)	2,64 (0,70)

Foi encontrado o efeito moderador da percepção de proximidade social na relação entre o contexto e as atitudes negativas, visto que, no contexto com cotas, os participantes com escores mais altos apresentaram mais atitudes negativas, contudo, os resultados não corroboraram a hipótese $H2b_2$ que previa uma redução das atitudes negativas, no contexto com cotas, quando houvesse uma maior proximidade com os negros. Uma via explicativa, talvez, seja porque no contexto com cotas está explícito o benefício aos negros e, portanto, uma percepção de mais negros no âmbito universitário, principalmente, poderia gerar atitudes negativas em relação aos negros, justamente, porque as atitudes negativas são provenientes da percepção de que os negros são desviantes dos valores do individualismo e da meritocracia (Katz & Hass, 1988), e o fato do negro ser beneficiado pela política de cotas pode ser interpretado como a concretização de condutas desviantes a esses valores. Visto que, no contexto em que não há saliência do benefício por critério racial foram constatadas menos atitudes negativas quando se tem em seu entorno um número maior de negros.

6.2.2.3 Efeito no preconceito flagrante

Não houve efeito significativo de interação do contexto e proximidade interpessoal nas expressões do preconceito flagrante ($F_{(2;885)}=0,197$; $p=0,828$) (Figura 6). Houve um efeito principal significativo da percepção de proximidade interpessoal ($F_{(1;885)}=4,500$; $p=0,034$). O preconceito flagrante foi maior para aqueles que apresentaram baixa percepção de proximidade ($M=1,63$; $DP=0,02$) do que para os que apresentaram alta percepção proximidade com amigos ou familiares negros ($M=1,57$; $DP=0,02$). O efeito do contexto foi mantido ($F_{(2;885)}=15,537$; $p<0,001$), o preconceito flagrante foi maior no contexto com cotas ($M=1,72$; $DP=0,02$) do que no contexto com bonificação ($M=1,56$; $DP=0,02$) e maior do que no contexto isento de benefício ($M=1,53$; $DP=0,02$).

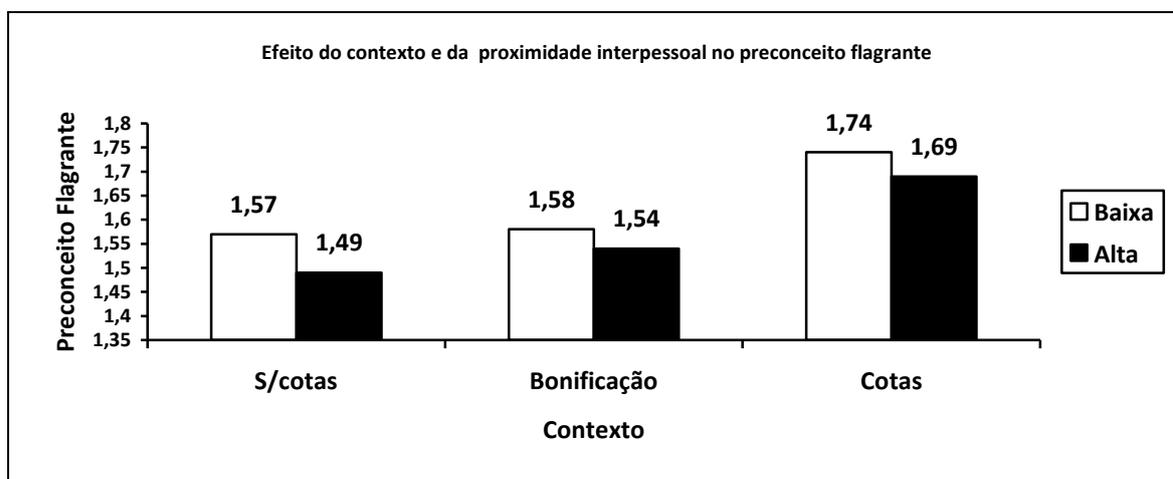


Figura 6
Efeitos do contexto e da percepção de proximidade interpessoal no preconceito flagrante

Os resultados indicaram um efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;884)}=11,222$; $p<0,001$). Não houve efeito principal significativo da percepção de proximidade social ($F_{(1;884)}=0,388$; $p=0,534$). Nem um efeito significativo de interação do contexto e da proximidade social nas expressões do preconceito flagrante ($F_{(2;884)}=1,144$; $p=0,319$).

A hipótese $H2c_3$, que supunha maior expressão do preconceito flagrante no contexto com cotas quando os participantes apresentassem uma baixa proximidade interpessoal e alta proximidade social, foi refutada, tendo em vista, que nenhuma das dimensões da proximidade apresentou um efeito moderador na relação entre o contexto e o preconceito flagrante.

Entretanto, identificamos um efeito aditivo entre o contexto e a proximidade interpessoal, o padrão da diferença de respostas entre as proximidades interpessoais baixa e alta (maior proximidade interpessoal relacionada a menor expressão do preconceito flagrante), foi mantido nos três contextos, ademais, esse padrão parece indicar uma diferença maior no contexto sem cotas.

Os nossos resultados apontaram que menor preconceito flagrante está associado à identificação de mais familiares e amigos negros, portanto, tendo em vista, que a escala do preconceito flagrante se constitui de assertivas sobre sentimentos de ameaça e rejeição à intimidade com [membros do exogrupo (negros)] (Pettigrew & Meertens, 1995, p. 62), seria no mínimo incongruente e dissonante apresentar índices elevados de rejeição à intimidade com pessoas negras, pois esta intimidade já está posta, no que diz respeito aos familiares negros e, por escolha, no caso de manutenção de amizade com pessoas negras. Outro aspecto relevante é que a dimensão de proximidade no foro mais distante (colegas da universidade e brasileiros negros) não mostrou diferenças diretas e nem de interação com o contexto nas expressões do preconceito flagrante. Algo que nos pareceu curioso, posto que, era de se esperar que a medida de ameaça, sobretudo econômica, do preconceito flagrante, poderia ser ativada no âmbito universitário por ser o espaço almejado pela elite brasileira e sinônimo no Brasil de ascensão social e profissional (Almeida, 2006).

Medidas implícitas

6.2.2.4 Efeito no preconceito sutil

Na análise da proximidade interpessoal como variável moderadora entre contexto e preconceito sutil não houve efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;878)}=2,651$; $p=0,07$), nem efeito principal significativo da percepção de proximidade interpessoal ($F_{(1;878)}=3,308$; $p=0,069$). Não houve efeito significativo de interação ($F_{(2;878)}=1,551$; $p=0,213$).

O mesmo foi verificado na análise de proximidade social. Assim, não houve efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;877)}=1,955$; $p=0,142$), nem efeito principal significativo da percepção de proximidade social ($F_{(1;877)}=2,342$; $p=0,126$). E, não houve efeito significativo de interação do contexto e proximidade social nas expressões do preconceito sutil ($F_{(2;877)}=0,421$; $p=0,657$).

6.2.2.5 Efeito no racismo

Os resultados não indicaram a existência de efeito principal significativo da percepção de proximidade interpessoal ($F_{(1;896)}=0,315$; $p=0,575$). Houve efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;896)}=4,008$; $p=0,018$). Não houve efeito da interação entre a percepção de proximidade interpessoal e o contexto nas expressões do racismo ($F_{(2;896)}=0,889$; $p=0,411$).

Na percepção de proximidade social, os resultados não indicaram efeito principal significativo ($F_{(1;894)}=0,077$; $p=0,782$). Houve efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;894)}=3,035$; $p=0,049$). Não houve efeito da interação entre a percepção de proximidade

social e o contexto nas expressões do racismo ($F_{(2;894)}=1,664$; $p=0,194$).

Síntese dos resultados e discussão

Esses resultados não corroboram a hipótese H2c que previa a redução de expressões de preconceito a medida que houvesse uma maior percepção de proximidade com pessoas de cor negra, seja no nível interpessoal ou social.

Ainda que no nível interpessoal tenha ocorrido da forma prevista na hipótese, quando relacionado ao contexto, de competição e benefício ao grupo minoritário, o preconceito era maior mesmo para aqueles que alegavam ter um número maior de amigos e familiares negros. O inverso também ocorreu, se o contexto for isento de benefício de qualquer ordem há uma menor expressão de preconceito, naqueles que apresentam uma proximidade interpessoal maior. Esses dados mostram a importância do contato para que haja uma redução do preconceito e racismo, contudo não é qualquer tipo de contexto, é necessário que esse contexto atenda a alguns princípios básicos: deve proporcionar segurança e bem estar, isto é, favorecer um contato positivo (Christ *et al*, 2014) e que estimule a cooperação e objetivo comum (Allport, 1954/1979) ou ainda que mesmo aparentemente neutro, como o contexto sem cotas, não proporcione a competição e ou o conflito (Amir, 1976; Stephan & Stephan, 1984) para as relações de contato mais próximo. Entretanto, dimensão de contato mais distante (percepção de alunos da faculdade ou brasileiros negros) não altera a intensidade do preconceito dirigido aos negros.

6.3 Efeitos do contexto e das variáveis Motivacionais, Normativas e Ideológicas nas diversas manifestações do preconceito racial.

O estreitamento das fronteiras, econômicas, sociais e políticas entre as nações, decorrente do processo de globalização tem aumentado o contato entre os diversos povos e culturas, o que tem gerado, por um lado, maior integração entre os povos e, em contrapartida, maior necessidade de demarcação e manutenção da cultura local (Brown, 1995; Camino *et all*, 2001; 2004). Desta forma, propõe-se um ideário de convívio harmonioso entre os povos e grupos de diversas culturas e, em contrapartida, manutenção das características próprias com intuito de preservar a identidade.

Este contexto gera sentimentos e condutas ambivalentes, decorrentes da coexistência entre aspirações de igualdade entre os povos e grupos e a manutenção do mérito como balizador do acesso aos direitos e bens, materiais e simbólicos. Associadas a esses sentimentos e condutas ambivalentes, surgem normas sociais e ideologias antirracistas que têm provocado formas menos evidentes de preconceito racial. As normas sociais, motivações e ideologias geram explicações e justificativas para expressões preconceituosas e discriminatórias que, visam manter um aparente bem estar-psicológico e uma concordância às normas sociais.

Importante pensar em que medida o contexto de favorecimento pode influenciar a dinâmica entre as normas sociais e as ideologias nas expressões preconceituosas e racistas? Nesta seção serão apresentadas as análises das relações das variáveis motivacionais, normativas e ideológicas em contextos diferentes para expressão do preconceito racial. Com objetivo de testar as hipóteses provenientes dos desdobramentos da hipótese *H3* que assevera que as relações entre o contexto e as expressões do preconceito racial serão moderadas pelas variáveis normativas.

Esta seção foi organizada na seguinte ordem:

1. Variáveis Motivacionais para o controle do preconceito (Motivações – Internas e Externas)
2. Variáveis normativas (Normas Sociais – Igualitarismo e Meritocracia)
3. Variável Ideológica (Orientação a Dominância Social).

6.3.1 Efeitos das VARIÁVEIS MOTIVACIONAIS

As normas antirracistas ao determinar o controle das expressões do preconceito e racismo geram nos agentes sociais motivações diversas para o controle dessas expressões, que podem ser motivações internas ou motivações externas, a depender do tipo de motivação predominante para este controle o que se está evidenciando são os processos de internalização (motivações internas) e adequação (motivações externas) às normas sociais.

Estudos evidenciam que aqueles que utilizam de motivações internas no controle do preconceito apresentam menores índices de preconceito, enquanto, que aqueles que controlam expressões do preconceito por meio de motivações externas apresentam maiores índices de preconceito contra grupos minoritários (Plant & Devine, 1998; Amodio *et al.*, 2003; Gouveia, 2013 *et al*)

Para o uso das motivações (variáveis contínuas) como variáveis moderadoras foi necessário transformá-las em variáveis dicotômicas, para tanto, a média foi utilizada como referência obtendo-se motivação interna (M=3,22) baixa para valores abaixo da média e alta para valores acima da média e motivação externa (M=2,71) baixa para valores abaixo da média e alta para valores acima da média.

6.3.1.1 Efeitos nas atitudes positivas

Não foi identificado efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;879)}=0,674$; $p=0,510$). Houve um efeito principal significativo das motivações internas ($F_{(1;879)}=7,321$, $p<0,01$) (Figura 7), apresentando mais atitudes positivas quando as motivações internas são altas ($M=3,77$; $DP=0,03$) do que quando as motivações internas são baixas ($M=3,65$; $DP=0,03$). Não houve efeito de interação entre contexto e *motivações internas* nas atitudes positivas em relação aos negros ($F_{(2; 879)}=0,394$; $p=0,674$).

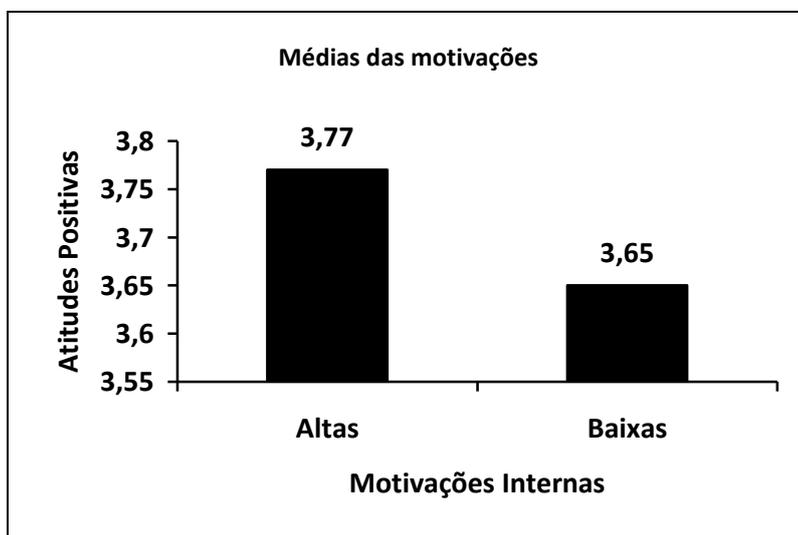


Figura 7
Médias das atitudes positivas em função das motivações internas

Não foram constatados efeitos significativos do contexto ($F_{(2;882)}=0,751$; $p=0,472$); nem das motivações externas ($F_{(1;882)}=0,027$; $p=0,867$). Nas atitudes positivas em relação aos negros não houve efeito de interação entre o contexto e as *motivações externas* para controle do preconceito ($F_{(2; 882)}=1,125$; $p=0,867$).

A partir dos resultados consideramos que a hipótese $H3a_1$ (os participantes do contexto com cotas que apresentarem maior motivações internas em controlar o

preconceito obterão escores mais elevados nas atitudes positivas) não foi corroborada, pois não houve diferenças nas expressões da atitudes positivas em função da motivação interna.

6.3.1.2 Efeitos nas atitudes negativas

Nas atitudes antinegros foi encontrado um efeito principal significativo do contexto ($F_{(2; 879)}=11,482$; $p<0,001$). Não houve efeito principal significativo das motivações internas ($F_{(1;879)}=1,132$; $p=0,288$). Também não houve efeito significativo da interação entre as *motivações internas* e o contexto nas expressões de atitudes antinegros ($F_{(2;879)}=0,553$; $p=0,576$)

Foi encontrado um efeito da interação entre as *motivações externas* e o contexto nas atitudes negativas contra os negros ($F_{(2;882)}=4,147$; $p=0,011$) (Tabela 8). Quando as motivações externas são altas no contexto com cotas ocorrem mais atitudes negativas ($M=2,91$; $DP=0,67$), ao passo que, no contexto com bonificação foram percebidas menos atitudes negativas ($M=2,67$; $DP=0,63$). Quando as motivações externas são baixas as atitudes negativas são maiores no contexto com cotas ($M=2,65$; $DP=0,69$) e expressivamente menores no contexto sem cotas ($M=2,34$; $DP= 0,59$), mantendo-se inclusive abaixo da média geral ($M=2,63$). De modo geral, quando as motivações externas para responder sem preconceito são altas, são evidenciadas mais expressões de atitudes contra os negros.

Tabela 8

Médias e desvios padrões (em parênteses) das *atitudes negativas* em função do contexto e das *motivações externas* de controle do preconceito

Motivações Externas	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Altas	2,78 (0,72)	2,67 (0,63)	2,91 (0,67)	2,79 (0,68)
Baixas	2,34 (0,59)	2,55 (0,73)	2,65 (0,69)	2,50 (0,68)
Total	2,54 (0,69)	2,60 (0,69)	2,79 (0,69)	2,64 (0,70)

A partir dos resultados consideramos que a hipótese $H3b_1$ foi corroborada, de fato, os participantes do contexto com cotas com mais motivações externas no controle do preconceito apresentaram escores maiores nas atitudes negativas.

6.3.1.3 Efeitos no preconceito flagrante

No preconceito flagrante não foi observado efeito de interação entre o contexto e as *motivações internas* ($F_{(2; 871)} = 0,007$; $p = 0,993$), nem efeito principal das motivação internas ($F_{(1; 871)} = 1,366$; $p = 0,243$). Contudo foi observado o efeito significativo do contexto ($F_{(2; 871)} = 12,094$; $p < 0,001$).

Houve um efeito de interação entre o contexto e as *motivações externas* para controle do preconceito ($F_{(2; 874)} = 3,161$; $p = 0,043$) (Tabela 9). Houve mais manifestações flagrantes de preconceito no contexto com cotas quando as motivações antidiscriminatórias externas foram altas ($M = 1,83$; $DP = 0,58$); o preconceito flagrante foi menor no contexto sem cotas quando as motivações externas foram baixas ($M = 1,48$; $DP = 0,29$). De modo geral, quando as motivações externas para controle do preconceito são altas ($M = 1,70$; $DP = 0,50$) ocorre uma maior expressão de preconceito flagrante do que quando existem baixas motivações externas ($M = 1,51$; $DP = 0,31$) (ver Tabela 9).

Tabela 9

Médias e desvios padrões (em parênteses) das expressões do *preconceito flagrante* em função do contexto e das *motivações externas* de controle do preconceito

Motivações Externas	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Altas	1,62 (0,43)	1,64 (0,44)	1,83 (0,58)	1,70 (0,50)
Baixas	1,48 (0,29)	1,50 (0,27)	1,54 (0,39)	1,51 (0,31)
Total	1,55 (0,36)	1,56 (0,36)	1,70 (0,52)	1,60 (0,70)

Os participantes do contexto com cotas com mais motivações externas no controle do preconceito apresentaram escores maiores no preconceito flagrante, o que corrobora a hipótese *H3b₁*.

6.3.1.4 Efeitos no preconceito sutil

Nas expressões do preconceito sutil não foram encontrados efeitos principais significativos no contexto ($F_{(2;865)}=2,226$; $p=0,310$), nem nas motivações internas ($F_{(1;892)}=0,886$; $p=0,413$). Também não houve efeito de interação entre o contexto e as *motivações internas* ($F_{(2; 865)}=0,088$; $p=0,413$).

Nas expressões do preconceito sutil não foi identificado efeito de interação entre o contexto e as *motivações externas* para responder sem preconceito ($F_{(2; 869)}=0,802$; $p=0,449$). Também não foram encontrados efeitos principais significativos do contexto ($F_{(2;869)}=1,748$; $p=0,175$). Entretanto foi encontrado o efeito principal significativo das motivações externas no preconceito sutil ($F_{(1;869)}=4,926$; $p=0,027$). Quando as motivações externas são altas os participantes apresentam mais preconceito sutil ($M=2,66$; $DP=0,02$) do que quando as motivações externas são baixas ($M=2,66$; $DP=0,02$).

A hipótese $H3d_1$, (os participantes do contexto sem cotas que apresentarem maior motivação interna em controlar o preconceito apresentarão escores mais baixos na escala de preconceito sutil), foi refutada, porque previa um efeito de interação entre as motivações e o contexto no preconceito sutil, contudo os resultados não indicaram a interação entre as variáveis. Entretanto, as motivações externas para responder sem preconceito, indicaram uma influência nas expressões do preconceito sutil. Está altamente motivado externamente para controlar o preconceito se relaciona a altos escores de preconceito sutil. Os resultados corroboram, parcialmente, os estudos desenvolvidos sobre a relação entre as motivações para responder sem preconceito e a expressão do preconceito (Plant & Devine, 1998; Amodio *et al.*, 2003), apenas, no que se refere as motivações externas. Isso pode indicar que o preconceito sutil por ser uma forma mais velada ou encoberta de preconceito racial, e portanto, decorrente da conformidade com as normas antirracistas, não seria uma medida adequada para verificar a relação entre as expressões do preconceito e a motivações em controlar essas expressões.

6.3.1.5 Efeitos no racismo moderno

No racismo moderno não foi encontrado efeito principal significativo nas motivações internas ($F_{(1;880)}=0,472$; $p=0,492$). Houve um efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;880)}=1,566$; $p=0,007$). Contudo não houve efeito significativo de interação entre o contexto e as *motivações internas* ($F_{(2;880)}=1,245$; $p=0,288$).

Não foi encontrado efeito significativo de interação entre o contexto e as *motivações externas* ($F_{(2;884)}=0,472$; $p=0,624$). Foi encontrado efeito principal significativo do contexto ($F_{(2;884)}=3,145$; $p=0,044$) (Figura 8). No contexto com cotas os participantes apresentaram mais racismo ($M=2,46$; $DP=0,04$) do que nos contextos sem

cotas ($M=2,10$; $DP=0,03$) e não apresentou diferença do contexto com bonificação ($M=2,14$; $DP=0,04$). Os contextos sem cotas e com bonificação Também foi encontrado um efeito significativo das motivações externas ($F_{(1;884)}=76,133$; $p<0,001$). O racismo moderno foi mais expresso por aqueles que apresentaram alta motivação externa para controle do preconceito ($M=2,28$; $DP=0,03$) em relação aqueles que apresentaram uma baixa motivação externa ($M=2,04$; $DP=0,03$).

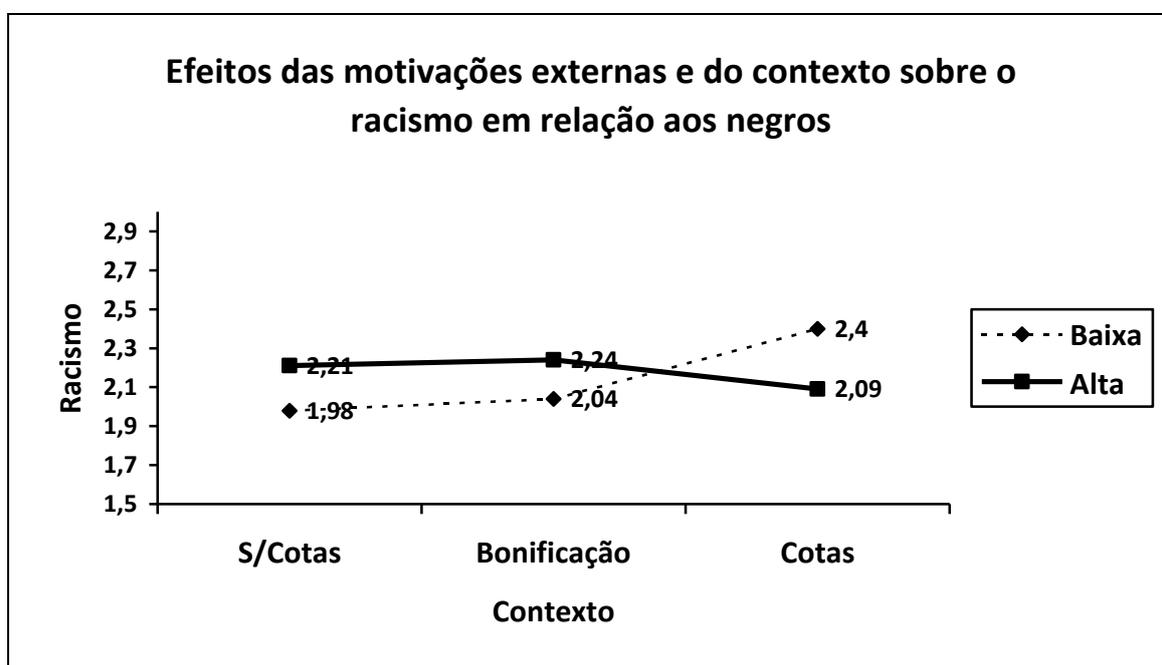


Figura 8
Médias do racismo em função das motivações externas

Para melhor ilustrar, os efeitos das motivações externas para controlar o preconceito e do contexto nas expressões do preconceito, apresentaremos um gráfico que mostra o efeito aditivo entre as duas variáveis (motivações externas e contexto) nas expressões do racismo. Nos contextos sem cotas e bonificação há uma tendência a expressar mais racismo quando se tem uma alta motivação externa, enquanto que, no contexto com cotas uma baixa motivação externa parece indicar mais racismo. Apesar de não encontrarmos efeitos de interação entre as variáveis os resultados parecem indicar que

o contexto associado, apenas, às motivações externas exerce um papel importante nas expressões do racismo, que precisa ser melhor investigado em pesquisas futuras.

Sínteses dos resultados e discussões

Acerca das motivações para o controle de expressões preconceituosas, os resultados da pesquisa sugerem que, as motivações internas para responder sem preconceito estão relacionadas às atitudes positivas em relação aos negros, mas tangenciam as relações entre o contexto e as medidas explícitas e implícitas do preconceito, o que parece indicar é que, talvez, o controle interno promova a internalização das normas e conseqüente redução do preconceito independente do contexto. Em contrapartida, as motivações externas que, segundo os resultados, se apresentaram como fortes moderadores entre o contexto e as expressões implícitas e explícitas do preconceito, denunciam mais preconceito no contexto de cotas.

Um contexto social de competição por recursos limitados pode produzir conflito e preconceito intergrupais (Sherif & Sherif, 1953; 1969). A universidade pública é um contexto de competição por excelência, é, portanto, um contexto propício para conflitos e preconceito intergrupos. Destarte, a entrada na universidade pública ocorre mediante competição por vagas limitadas que são preenchidas pelos aprovados no exame vestibular, a concretude de entrada de um grupo minoritário neste espaço, possivelmente, é percebida, pelo grupo majoritário, como uma ameaça. Esta percepção de ameaça, subjacente as manifestações de preconceito (Sherif & Sherif, 1969), pode ser potencializado pela inserção do benefício (cotas raciais) destinado ao exogrupo.

Todavia, se existe um contexto que parece acirrar os conflitos intergrupos, as normas sociais antidiscriminatórias provocam uma necessidade de controle das expressões

do preconceito, contudo, não asseguram uma internalização dessas normas (Plant & Devine, 1998). Em decorrência das normas antirracistas as pessoas são motivadas a responder sem preconceito, essas motivações podem ser internas (resultante da internalização das normas antidiscriminatórias) ou externas (resultantes de pressões sociais para cumprir essa norma do não preconceito). As motivações internas estão relacionadas às baixas expressões de preconceito e as motivações externas estão relacionadas a elevadas expressões de preconceito (Plant & Devine, 1998).

Portanto, partimos do pressuposto de que universidade com cotas é um contexto real ideal promotor de sentimentos de ameaças intergrupos, potencializado pela implantação das cotas raciais, que podem aumentar as expressões de preconceito racial. Estas manifestações de preconceito devem ser suprimidas em consonância às normas sociais que, se não forem devidamente internalizadas, não exercerão uma redução das expressões preconceituosas e condutas discriminatórias, antes sim, estarão apenas contribuindo para que hajam motivações externas de controle do preconceito que efetivamente estão relacionadas a mais altas expressões do preconceito.

6.3.2 Efeitos das VARIÁVEIS NORMATIVAS

Os estudos que investigaram o papel das normas sociais nas expressões do preconceito evidenciaram que adesão às normas igualitárias está diretamente relacionada a atitudes pró-negros (positivas), ao passo, que adesão as normas do individualismo e meritocracia estão diretamente relacionadas a atitudes anti-negros (negativas) (Lima, 2003; Katz & Hass, 1988). Estes estudos foram desenvolvidos com intuito de verificar as normas sociais, específicas, do igualitarismo e do individualismo meritocrático nas expressões do preconceito. Contudo, nestes estudos, não houve uma atenção

pormenorizada ao contexto no qual as relações intergrupais ocorrem. Para testar o impacto do contexto (cotas *vs* bonificação *vs* sem cotas) e das normas sociais (igualitarismo *vs* meritocracia) no preconceito, foram feitas várias ANOVAs, na qual o contexto e as normas sociais eram as variáveis independentes. A nossa suposição central era que, no contexto que houver o favorecimento dirigido especificamente ao grupo minoritário, as expressões positivas, explícitas e implícitas do preconceito serão maiores do que no contexto de bonificação e no contexto isento de favorecimento. Estas relações serão moderadas pelas normas sociais do igualitarismo e do individualismo meritocrático.

Para o uso das normas sociais (variáveis contínuas) como variáveis moderadoras foi necessário transformá-las em variáveis dicotômicas a média foi utilizada como referência obtendo-se baixa e alta adesão ao igualitarismo ($M=4,0296$) e baixa e alta adesão à meritocracia ($M=3,3526$).

6.3.2.1 Efeitos nas atitudes positivas

A nossa hipótese $H3a_2$ era, que no contexto com cotas, os participantes que apresentassem uma elevada adesão à norma do igualitarismo apresentariam valores mais elevados nas atitudes positivas. A hipótese não foi confirmada, haja vista, não ter indicado um efeito de interação entre o contexto e as normas sociais nas atitudes positivas ($F_{(2;853)}=1,670$; $p=0,189$), nem houve diferença entre os contextos ($F_{(2;853)}=0,418$; $p=0,658$). No entanto, quando se tem uma alta adesão ao igualitarismo maiores são as expressões de atitudes positivas (alta = 3,91; baixa = 3,50; $F_{(1;853)}=87,999$; $p<0,001$).

Não foram identificados efeitos da meritocracia ($F_{(1;844)}=1,175$; $p=0,279$); nem do contexto ($F_{(2;844)}=0,422$; $p=0,656$). Também, não foi encontrado efeito de interação entre

contexto e as *normas meritocráticas* nas atitudes positivas em relação aos negros ($F_{(2;844)}=0,272$; $p=0,762$).

Os resultados indicam que as atitudes positivas em relação aos negros são elevadas a medida que aumenta a adesão com as normas igualitárias, ao passo que a adesão à norma meritocrática parece não interferir nas expressões de atitudes positivas. Semelhante aos achados de Lima (2002).

Medidas explícitas

Essa subseção se refere às análises acerca do impacto do contexto e das normas do igualitarismo e da meritocracia nas medidas explícitas do preconceito (atitudes negativas e preconceito flagrante).

Hb₂) No contexto com cotas, os participantes que apresentarem mais adesão à norma do igualitarismo apresentarão escores menos elevados nas atitudes negativas e no preconceito flagrante;

H3c₂) No contexto com cotas, os participantes que apresentarem maior adesão a norma da meritocracia apresentarão mais atitudes negativas e preconceito flagrante; e

6.3.2.2 Efeitos nas atitudes negativas

Os participantes dos três contextos diferem nas expressões de atitudes negativas ($F_{(2; 855)}=10,013$; $p<0,001$), sendo maior entre os participante do contexto com cotas. Foi indicado um efeito do igualitarismo nas atitudes negativas ($F_{(1;855)}=21,328$; $p<0,001$). Os participantes que apresentaram uma alta adesão às normas do igualitárias demonstraram menos atitudes negativas ($M=2,55$; $DP= 0,03$) do que aqueles que tiveram uma baixa

adesão ($M=2,77$; $DP=0,03$). Não houve efeito significativo da interação ($F_{(2;855)}=0,243$; $p=0,784$) entre a adesão a norma do igualitarismo e o contexto nas expressões de atitudes negativas contra os negros.

As atitudes negativas sofreram influências do contexto ($F_{(2; 844)}=10,146$; $p<0,001$), e da *meritocracia* ($F_{(1;844)}=31,532$; $p<0,001$). Os participantes que apresentaram uma alta adesão às normas da meritocracia demonstraram mais atitudes negativas ($M=2,77$; $DP=0,03$) do que aqueles que tiveram uma baixa adesão ($M=2,50$; $DP=0,03$). Contudo, a interação entre o contexto e a adesão a meritocracia não foi observada ($F_{(2;844)}=0,040$; $p=0,961$), sendo assim, a hipótese ($H3c_2$), de que no contexto com cotas, os participantes que apresentassem maior adesão a norma da meritocracia apresentariam mais atitudes negativas, não foi confirmada.

Os resultados sugerem, as expressões de atitudes negativas são reduzidas quando se tem uma maior adesão ao igualitarismo e aumentam com maior adesão a norma meritocrática. Esses resultados corroboram os trabalhos desenvolvidos anteriormente (Lima,2002; Katz & Hass, 1988).

6.3.2.3 Efeitos no preconceito flagrante

Os resultados indicaram um efeito de interação entre o contexto e a adesão a norma igualitária no preconceito flagrante ($F_{(2; 844)}= 3,587$; $p=0,028$) (Tabela 10). Quando a adesão a norma do igualitarismo é alta o preconceito flagrante se mantém baixo, no contexto com cotas, ($M=1,61$; $DP=0,41$), seguido do contexto com bonificação ($M=1,55$; $DP=0,35$) e do contexto sem cotas ($M=1,49$; $DP=0,27$). Uma baixa adesão ao igualitarismo representa maiores expressões do preconceito flagrante no contexto com cotas ($M=1,80$;

DP=0,60), inclusive maior que a média, sendo apenas menor que a média no contexto com bonificação (M=1,55; DP=0,34).

Tabela 10

Médias e desvios padrões (em parênteses) das expressões do *preconceito flagrante* em função do contexto e da norma do igualitarismo

Adesão ao Igualitarismo	Contexto			Total
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	
Alta	1,49 (0,27)	1,55 (0,35)	1,61 (0,41)	1,54 (0,34)
Baixa	1,62 (0,45)	1,55 (0,34)	1,80 (0,60)	1,66 (0,49)
Total	1,54 (0,36)	1,55 (0,35)	1,70 (0,51)	1,59 (0,42)

No preconceito flagrante não foi evidenciado efeito principal significativo da adesão à norma meritocrática ($F_{(1; 837)} = 1,302$; $p=0,254$), houve o efeito significativo do contexto ($F_{(2; 837)} = 14,274$; $p<0,001$), as maiores manifestações flagrantes de preconceito estão relacionadas ao contexto com cotas raciais (M=1,70; DP=0,02), seguido do contexto com bonificação (M=1,55; DP=0,02) e do contexto sem cotas (M=1,54; DP=0,02). Entretanto, não foi constatado efeito de interação entre o contexto e a adesão a *norma meritocrática* ($F_{(2; 837)} = 0,522$; $p=0,593$), refutando, assim, a hipótese $H3c_2$ que supunha que, no contexto com cotas, os participantes que apresentassem maior adesão a norma da meritocracia apresentariam mais preconceito flagrante.

Esses resultados sugerem que uma maior intensidade na adesão às normas igualitárias, mesmo no contexto competitivo, reduz as expressões de preconceito flagrante. Ao passo que a intensidade da adesão às normas meritocráticas não interfere nas expressões do preconceito flagrante em relação ao contexto.

6.3.2.4 Efeitos no preconceito sutil

Os resultados não indicam qualquer influência do contexto ($F_{(2;830)}=0,982$; $p=0,375$), nem efeito de interação entre o contexto e a adesão a *norma do igualitarismo* ($F_{(2; 830)}=2,282$; $p=0,103$). Entretanto, houve um efeito significativo da adesão ao igualitarismo ($F_{(2;830)}=19,464$; $p=0,047$). A baixa adesão a norma do igualitarismo está relacionada a maiores manifestações do preconceito sutil ($M=2,69$; $DP=0,02$), ao passo que, uma alta adesão ao igualitarismo está relacionada a menor expressão do preconceito sutil ($M=2,55$; $DP=0,02$).

Nas expressões do preconceito sutil não houve efeito principal significativo no contexto ($F_{(2;830)}=0,982$; $p=0,375$). A hipótese H3d₂ foi refutada, dado que não foi encontrado efeito de interação entre o contexto e a norma da meritocracia ($F_{(2; 830)}=2,282$; $p=0,103$). Contudo, a intensidade da adesão à meritocracia influencia as expressões do preconceito sutil ($F_{(2;830)}=29,543$; $p<0,001$). O preconceito sutil é maior quando ocorre uma alta adesão às normas da meritocracia ($M=2,70$; $DP=0,02$) do que quando a adesão à meritocracia é baixa ($M=2,53$; $DP=0,02$).

Os resultados indicam que o aumento da intensidade da adesão ao igualitarismo aumenta as expressões do preconceito sutil. Uma teoria que ajuda na compreensão dessa relação é a teoria do racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986) caracterizado como uma atitude racial decorrente de uma ambivalência provocada por um conflito entre sentimentos e crenças associados a valores igualitários e sentimentos negativos em relação aos negros. Segundo Lima, (2002) o preconceito sutil no Brasil, possivelmente, se mantém por uma substituição desta forma de expressão do preconceito pelo igualitarismo.

6.3.2.5 Efeitos no racismo

A expressão do racismo moderno depende do contexto ($F_{(2;855)}=4,397$; $p=0,13$), sendo o contexto com cotas o que apresenta mais índice de racismo. A intensidade da norma do igualitarismo afeta as expressões do racismo ($F_{(2;855)}=54,498$; $p=0,013$) (Figura, 9), sendo que o racismo moderno foi mais expresso quando ocorre uma baixa adesão à norma do igualitarismo ($M=2,34$; $DP=0,03$) do que quando há uma alta adesão à norma do igualitarismo ($M=1,99$; $0,03$). Não foi identificado efeito de interação entre o contexto e a adesão a *norma do igualitarismo* ($F_{(1;855)}=0,395$; $p=0,674$). Portanto, a $H3e_2$ não foi confirmada. Supúnhamos que no contexto sem cotas, os participantes que apresentassem maior adesão com a norma do igualitarismo apresentariam escores elevados na escala de racismo moderno.

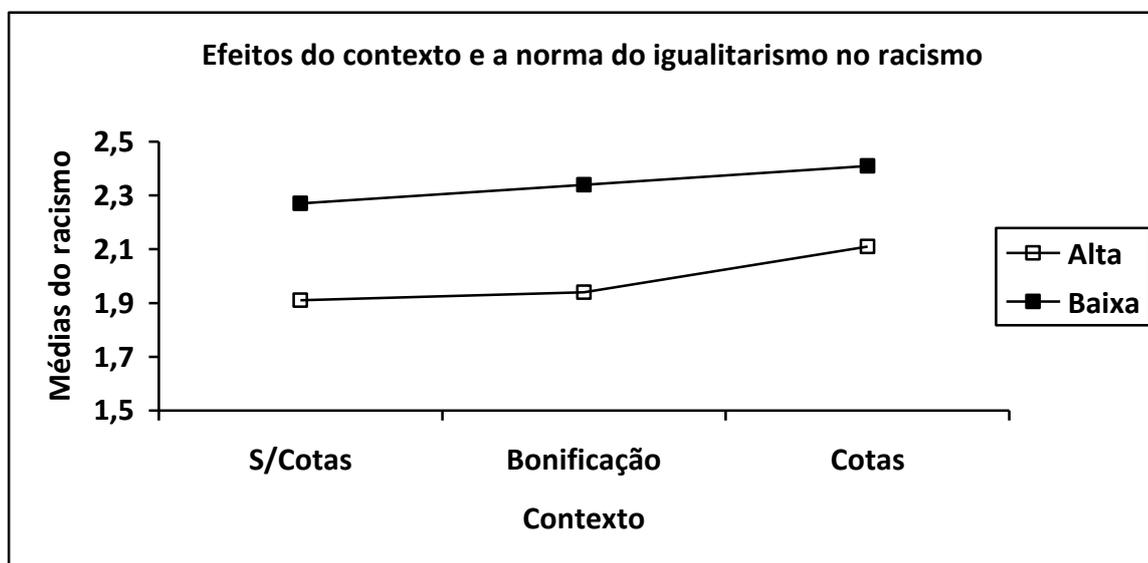


Figura 9
Médias do racismo em função do contexto e da norma do igualitarismo

Foram encontrados efeitos principais significativos do contexto ($F_{(2;848)}=4,242$; $p=0,015$), e da adesão ao individualismo meritocrático ($F_{(1;848)}=19,485$; $p<0,001$) (Figura,

10). Os resultados indicaram que os participantes com mais racismo estudam na universidade com cotas, e de maneira isolada do contexto, apresentaram uma alta adesão ao individualismo meritocrático ($M=2,25; DP=0,03$). O gráfico ilustra o efeito aditivo do contexto e do individualismo meritocrático nas expressões do racismo. No racismo moderno não foi encontrado efeito de interação entre o contexto e a adesão a *norma do individualismo meritocrático* ($F_{(2;848)}=1,888; p=0,152$).

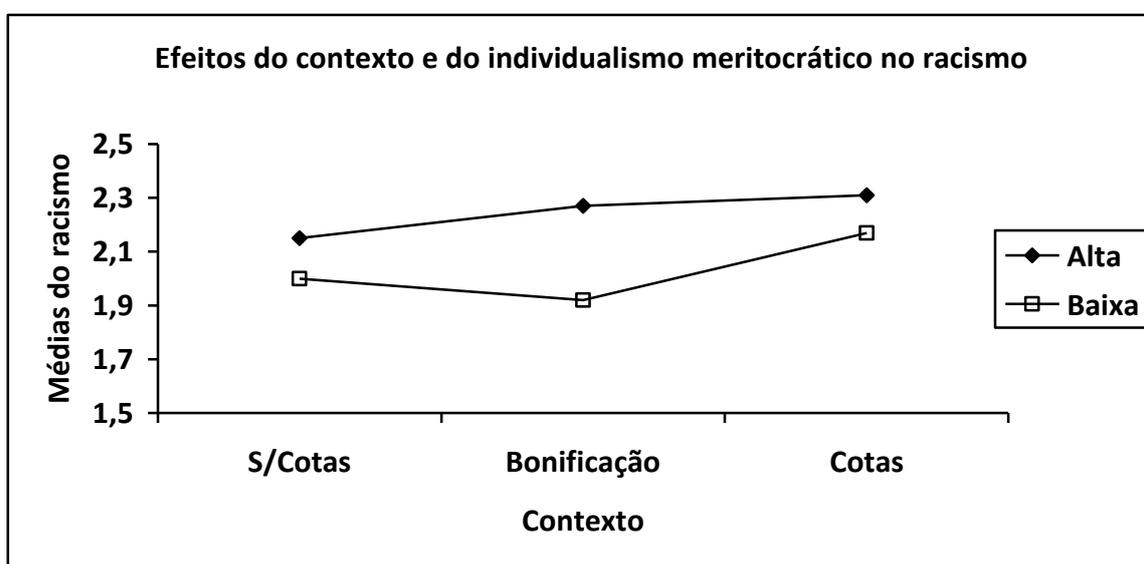


Figura 10
Efeito do contexto e do individualismo meritocrático no racismo.

Nesta sessão, analisamos o efeito do contexto de das variáveis normativas nas atitudes positivas e nas expressões implícitas e explícitas do preconceito. Na próxima sessão mostraremos as análises referentes aos efeitos da orientação a dominância social.

6.3.3 Efeitos da ORIENTAÇÃO A DOMINÂNCIA SOCIAL

A teoria da dominância social preconiza que a sociedade é estratificada hierarquicamente em grupos, cujo conflitos são minimizados ou nulos graças as ideologias

que justificam as desigualdades sociais. A orientação à dominância social determina o grau de adesão a uma concepção social da desigualdade entre os grupos e conseqüentemente, defesa a diversas formas de racismo, sexismo e exclusão (Sidanus & Pratto, 1994; Sidanius et. all, 2000). Tendo-se em vista que as relações intergrupais pressupõem relações hierarquizadas, nas quais legitima-se a distinção entre grupos baseados no poder, pode-se esperar que a adesão a ideologias que salientam a dominância entre grupos, explicariam as expressões de preconceito e racismo (Sidannus & Pratto, 1995). Por outro lado, a orientação a dominância social é um bom preditor do preconceito manifesto, mas quase nulo do preconceito sutil (Martinez, 2000).

Espera-se que a orientação a dominância social apresente uma influência direta sobre a expressão do preconceito racial. Quanto maior a orientação à dominância social maior será a expressão do preconceito manifesto e atitudes anti-negros. Tendo em vista, que a ideia da legitimidade da subjugação de um grupo por outro serve de justificativa para expressões de preconceito racial e racismo (Pereira, 2010; Lima-Nunes, Pereira & Correia, 2013). Poderemos pensar que esta relação pode ser acentuada num contexto de favorecimento ao grupo minoritário.

Para o uso da orientação a dominância social (variável contínua) como variável moderadora foi necessário transformá-la em variável categórica utilizando a média como referência obtendo-se baixa e alta orientação a dominância social.

6.3.3.1 Efeitos nas atitudes positivas

Nas atitudes positivas não foram encontradas diferenças significativas do contexto ($F_{(2; 878)} = 1,961$; $p=0,141$). Também, não foi encontrado efeito de interação entre o contexto e a orientação à dominância social ($F_{(2;878)}=0,899$; $p=0,438$). Entretanto, a

orientação à dominância social influencia as expressões de atitudes positivas em relação aos negros ($F_{(2; 878)} = 83,835$; $p < 0,001$), uma baixa ODS apresenta mais atitudes positivas ($M=3,81$; $DP=0,03$) do que uma alta ODS ($M=3,60$; $DP=0,03$). Segundo a hipótese $H4a_3$ esperávamos que no contexto com cotas, os participantes com elevada orientação à dominância social apresentassem os escores mais baixos nas atitudes positivas, contudo ela não foi confirmada.

6.3.3.2 Efeitos nas atitudes negativas

Não foi encontrado efeito significativo na interação entre o contexto e da ODS ($F_{(2; 878)} = 0,214$; $p = 0,807$). Contudo, nas atitudes negativas foram encontrados efeitos significativos do contexto ($F_{(2; 878)} = 92,790$, $p < 0,001$). No contexto com cotas ($M=2,78$; $DP = 0,03$) houve mais atitudes negativas em relação aos negros, seguido do contexto com bonificação ($M=2,65$; $DP=0,04$) e do contexto sem cotas ($M=2,60$; $DP=0,04$), os dois últimos não se diferenciaram. Foi constatado um efeito principal significativo da ODS ($F_{(1; 878)} = 92,790$; $p < 0,001$). A alta adesão ODS ($M=2,9$; $DP=0,03$) apresentou mais atitudes negativas contra os negros, do que a baixa adesão ODS ($M=2,47$; $DP=0,02$).

Com intuito de verificar o efeito da ODS (variável independente) nas atitudes positivas e negativas (variáveis dependentes) foi proposta uma ANOVA multivariada. Foram verificados efeitos significativos entre ODS e das atitudes positivas ($F_{(1; 890)} = 21,954$; $p < 0,001$) e negativas ($F_{(1; 890)} = 104,253$; $p < 0,001$) em relação aos negros (Figura 11). Uma alta adesão a dominância social implica em mais atitudes negativas ($M=2,90$; $DP=0,67$) e menos atitudes positivas ($M=3,60$; $DP=0,63$), ao passo que, uma baixa adesão a dominância social implica em menos atitudes negativas ($M=2,45$; $DP=0,64$) e mais atitudes positivas ($M=3,81$; $DP=0,66$).

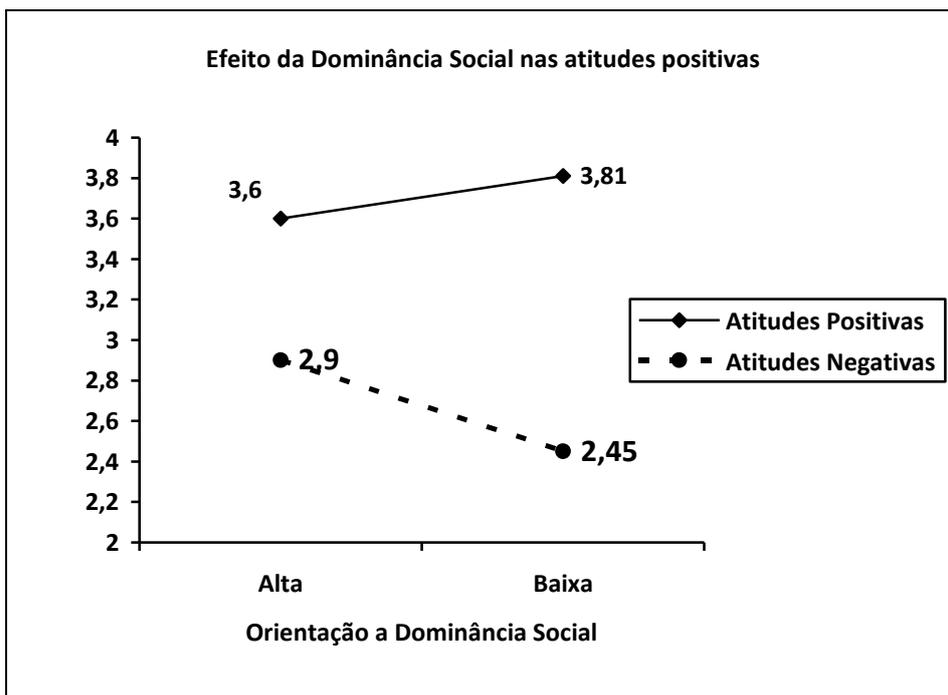


Figura 11
Médias das atitudes positivas e negativas em função da Orientação a Dominância Social

6.3.3.3 Efeitos no preconceito flagrante

No preconceito flagrante foi observado o efeito de interação entre o contexto e a ODS ($F_{(2; 868)} = 3,859$; $p < 0,05$) (Tabela . As manifestações flagrantes de preconceito foram maiores para aqueles que aderiram a ODS alta, de maneira geral ($M=1,73$; $DP= 0,51$), e especificamente no contexto com cotas ($M=1,87$; $DP=0,62$) e menores nos contextos com bonificação ($M=1,65$; $DP=0,39$) e no contexto sem cotas ($M=1,64$; $DP=0,46$). No que se refere a baixa ODS os resultados indicaram que não houve diferenças significativas nas expressões do preconceito flagrante em relação aos contextos (ver Tabela 10), inclusive as médias do preconceito flagrante foram abaixo da média geral ($M=1,60$).

Tabela 11

Médias e desvios padrões (em parênteses) do *preconceito flagrante* em função do contexto e da Orientação a dominância social

O. D.S.	Contexto			
	S/Cotas	Bonificação	Cotas	Total
Alta	1,64 (0,46)	1,65 (0,38)	1,87 (0,62)	1,73 (0,52)
Baixa	1,49 (0,29)	1,50 (0,32)	1,54 (0,35)	1,51 (0,31)
Total	1,54 (0,36)	1,56 (0,35)	1,70 (0,52)	1,60 (0,43)

Nas análises das medidas explícitas do preconceito (atitudes negativas e preconceito flagrante) os resultados corroboram a hipótese (H_{a3c3}), que supunha que os participantes do contexto com cotas que apresentassem maior orientação a dominância social indicariam mais atitudes negativas e mais preconceito flagrante.

6.3.3.4 Efeitos no preconceito sutil

Nas expressões do preconceito sutil não foram encontrados efeitos significativos no contexto ($F_{(2;864)}=1,998$; $p=0,136$) e na interação entre o contexto e a ODS ($F_{(2; 864)}=0,830$; $p=0,436$). Foi encontrado um efeito significativo da ODS nas expressões do preconceito sutil ($F_{(2;864)}=24,389$; $p<0,05$), sendo maior na ODS alta ($M=2,71$; $DP=0,02$) que na ODS baixa ($M=2,56$; $DP=0,02$).

6.3.3.5 Efeitos no racismo

No racismo moderno não foram encontrados efeitos significativos do contexto ($F_{(2; 878)}=1,961$; $p=0,141$) nem da interação entre contexto e ODS ($F_{(2;878)}=0,899$, $p=0,408$). Contudo, foi constatado efeito principal significativo da ODS ($F_{(2; 878)}=83,835$; $p<0,05$), o

racismo foi maior na alta ODS (M=2,41; DP=0,03) do que na ODS baixa (M=1,98; DP=0,03).

Sínteses dos resultados e discussão

Nos resultados pode-se constatar que orientação a dominância social apresentou uma influência nas diversas formas de expressões de discriminação e preconceito contra os negros. Quanto maior a orientação a dominância social maior as manifestações de atitudes negativas, preconceito sutil, preconceito flagrante e racismo moderno, os resultados corroboram os diversos estudos que afirmam que as formas de estereótipos, preconceito e discriminação intergrupais ajudam a produzir e são produzidos por reflexões da hierarquia social com base intergrupais (Sidanius & Pratto, 1999; Fernandes *et al.*, 2007; Martinez, 2000).

A orientação a dominância social alta está relacionada a maiores expressões do preconceito flagrante e esta relação é potencializada no contexto de implantação de cotas raciais. Tendo em vista que o preconceito flagrante especifica ameaça, rejeição e esquiva em manter relações de intimidades intergrupais, esta percepção de ameaça intergrupais é conceitualmente e inversamente correlacionados a proposta de favorecimento a um grupo num dado contexto. Pois ao implementar uma forma de favorecimento ao grupo minoritário (cotas raciais) este fato pode proporcionar maiores conflitos intergrupais, principalmente, quando se adere a concepção acerca da legitimidade da superioridade de um grupo social sobre outro. Assim está num contexto no qual o grupo minoritário é favorecido, quando se pensa que é legítima a superioridade do grupo majoritário, pode gerar um sentimento de injustiça social baseado na ideia de que as cotas raciais seria uma forma de discriminação contra ao mérito (França, 2003 *apud* Pimentel & Pereira, 2004).

6.4 Cotas Raciais: preconceito racial e racismo

Nas sessões anteriores foram analisados os efeitos do contexto nas expressões do preconceito racial e do racismo. Também foram analisados os efeitos dos aspectos identitários e do sistema normativo e do contexto nas expressões do preconceito racial. Foram constatadas diversas influências entre os construtos, principalmente do contexto, nas manifestações de preconceito racial, o que leva a questionar que se um contexto de favorecimento ao grupo minoritário percebe-se maiores expressões de preconceito e racismo, seriam o preconceito e o racismo fenômenos subjacentes aos posicionamentos em relação a adoção e implantação de políticas de cotas para negros nas universidades?

A adesão às cotas raciais nas universidades será analisada através de três processos: a aceitação mediante o posicionamento favorável ou desfavorável às cotas; a atribuição de justiça a implantação das cotas raciais e os argumentos utilizados no posicionamento em relação as cotas raciais.

A regressão logística foi proposta com intuito de verificar se o preconceito e o racismo são variáveis preditoras do posicionamento em relação a política de cotas.

Foi realizada ANOVA univariada para análise da influência do preconceito e racismo (Variáveis independentes) na atribuição de justiça às cotas raciais (variável dependente).

Em seguida será apresentada uma análise de classificação hierárquica descendente das classes/categorias provenientes dos argumentos em relação a política de cotas para negros nas universidades.

6.4.1 Efeito do preconceito racial e do racismo na aceitação das cotas

Pensando no preconceito racial como atitudes negativas, que surgem nas relações intergrupais, dirigidas a um membro de um grupo ou a um grupo como um todo e que muitas vezes pode desencadear comportamentos discriminatórios e agressivos; e o racismo visto como discurso ideológico que legitima e essencializa as diferenças entre grupos. O posicionamento favorável ou desfavorável a política de cotas raciais nas universidades pode ter como base explicativa os fenômenos do preconceito e racismo.

Para avaliar o posicionamento favorável ou desfavorável a política de cotas foi perguntado qual a proporção de vagas nas universidades que deveriam ser reservadas para os negros, os participantes deveriam escolher um valor numa escala de 0 a 100%. Foi constatada uma alta rejeição a política de cotas, 76,8% dos participantes disseram que nenhuma das vagas deveria ser reservada para negros, dos 23,2% restantes, a maioria considerava que deveriam ser destinadas entre 10% e 50% das vagas para negros e alguns optaram pelos demais percentuais. A proporção de vagas reservadas foi transformada em variável dicotômica, constituída pelo posicionamento favorável (sim) e posicionamento desfavorável (não) à política de cotas para negros nas universidades.

Apesar das atitudes negativas não apresentarem um efeito significativo no posicionamento em relação as cotas, as atitudes positivas e o preconceito flagrante são responsáveis por 1,5 e 1,6 vezes mais de chance de aumentar o posicionamento favorável a política de cotas raciais, respectivamente. Já o preconceito sutil e o racismo moderno são responsáveis por uma diminuição de 64% e 52%, respectivamente, na adesão à política de cotas raciais. As atitudes perante as cotas para negros indicaram uma relação direta com o preconceito racial, estes resultados são contrários aos achados por Silva (2009).

Supomos que quanto maior a expressão de preconceito contra o negro maior seria a rejeição a política de cotas, entretanto, os resultados indicaram que uma maior expressão do preconceito flagrante está relacionada a um aumento do posicionamento favorável a política de cotas. Sem dúvidas, é no mínimo algo curioso e inusitado. Será que esta configuração permanecerá, ao investigar a relação das expressões de preconceito e racismo, na avaliação de justiça das políticas de cotas?

Tabela 12

Análise de regressão logística da relação entre o preconceito racial no posicionamento as cotas raciais.

Efeitos do preconceito racial no posicionamento às cotas raciais								
Variáveis	B	E.T.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)	I.C. 95% para Exp(B)	
							Inferior	Superior
At. Positivas	0,454	0,155	8,587	1	0,003	1,574	1,162	2,133
At. Negativas	0,047	0,138	0,115	1	0,735	1,048	0,799	1,374
P. Sutil	-1,008	0,214	22,220	1	0,000	0,365	0,240	0,555
P. Flagrante	0,475	0,208	5,200	1	0,023	1,608	1,069	2,418
Racismo Moderno	-0,555	0,157	12,436	1	0,000	0,574	0,422	0,781

6.4.2 Efeito do preconceito racial na atribuição de justiça às cotas raciais

No que concerne a atribuição de justiça às cotas raciais (Tabela 13), as atitudes positivas e o preconceito flagrante estão positiva e significativamente relacionadas a maior atribuição de justiça a política de cotas, ao passo que, maior preconceito sutil e racismo estão significativamente relacionados a uma menor atribuição de justiça à política de cotas. As atitudes negativas não estão significativamente relacionadas a atribuição de justiça a política de cotas. Mais uma vez a relação entre preconceito flagrante e o posicionamento

as cotas se mostra dissonante, pois esperava-se que quanto maior o preconceito flagrante menor seria a ideia de que a política de cotas raciais é uma medida justa. Como compreender que sentimentos de ameaça, rejeição e evitação de intimidade em relação a um grupo podem gerar posicionamento favorável e maior atribuição de justiça a uma medida que beneficiaria este mesmo grupo?

Os resultados apontam para uma possível existência de conflitos ambivalentes, ao expressar atitudes explicitamente contrárias aos negros, por um lado, e a adesão ao discurso compartilhado da necessidade de proporcionar um trato igualitário aos grupos no acesso a bens materiais e simbólicos, a exemplo do acesso ao ensino superior. Aliados a necessidade de preservação de uma autoimagem positiva de si, pois se por um lado, há uma maior expressão do preconceito flagrante e direto, por outro, tenta-se minimizar tal efeito mostrando-se benevolente para com os grupos minoritários discriminados (neste caso os negros).

Tabela 13

Análise da regressão da relação entre as diversas medidas de preconceito e racismo e a atribuição de justiça a reivindicação às cotas raciais.

Efeito do preconceito racial e do racismo na atribuição de Justiça a reivindicação às cotas							
	B	DP	Beta	t	p.	I.C. 95,0% para B	
						Límite inferior	Límite superior
(Constante)	1,488	,405		3,677	,000	,694	2,283
At. Positivas	,240	,065	,135	3,678	,000	,112	,369
At. Negativas	-,096	,060	-,058	-1,594	,111	-,214	,022
P. Sutil	-,351	,093	-,134	-3,793	,000	-,533	-,169
P. Flagrante	,343	,093	,125	3,670	,000	,159	,526
Racismo Moderno	-,368	,068	-,220	-5,435	,000	-,501	-,235

F_(5,818) = 27,402; p < 0,000
R = 0,380
R² = 0,139

6.4.3 Argumentos sobre as cotas

O corpus analisado corresponde a parte da entrevista que buscou investigar o que os participantes pensavam a respeito da proporção de vagas do vestibular que deveriam ser reservados para os negros. Composto por 940 questionários, denominados UCI. Esse *corpus* foi composto por 940 UCI, divididas em 953 UCE. Estas continham 2.119 palavras analisáveis (indicadoras de sentido) que ocorreram 19.525 vezes, sendo a média de ocorrência 19 vezes por palavra. A análise hierárquica descendente reteve 80,47% das UCE do *corpus* (791 das 953 UCE) organizadas em três classes, conforme figura. Na figura contém o nome da classe, o número de UCE que a compõe, a descrição da classe e das palavras de maior associação X^2 . Observa-se que o *corpus* teve uma primeira partição em dois *sub-corpus*. O primeiro permaneceu igual, denominando classe 1, e o segundo foi repartido dando origem as classes 2 e 3.

A classe 1 envolveu a segunda maior parte de UCE do corpus (279 UCE, ou 35,27% das UCE classificadas). A análise das variáveis descritivas permite caracterizá-la como uma classe produzida pelas participantes do sexo feminino, proveniente da universidade com cotas, do curso da área de exatas. A maior parte dos conteúdos desta classe agrupou-se ao redor de elementos que aludem o mérito e esforço como formas legítimas de alcançar sucesso já que independentemente da cor todos têm oportunidades iguais, capacidade e inteligência para ingressar na universidade. Como observado no seguimento de texto:

“todos os indivíduos independentemente da cor da pele quando submetidas as mesmas oportunidades possuem a mesma capacidade intelectual de subir e ser alguém na vida” (UCE 106)

Na classe 2 a maior classe do *corpus* (289 UCE ou 36,54%), compartilhada principalmente por homens da universidade sem cotas da área de humanas. Pode-se perceber que há uma ideia de que a cota é uma medida paliativa e que o melhor é investir no ensino básico e fundamental de qualidade. (289 – 36,54%). Exemplificado a seguir.

“Deve haver melhora na educação básica para todos e qualquer grupo social estar em igualdade frente a qualquer processo de seleção ser escolhido com base em capacidade e não em cor sexo ou qualquer outro rotulo” (UCE 78)

Por fim, a classe 3, composta por 28,19% das UCE do *corpus*. As variáveis descritivas indicam que esta é uma classe característica de estudantes da área de humanas, provenientes da universidade com bonificação. As UCE e palavras associadas estão organizadas em torno de duas ideias interligadas, que as cotas deveriam ser reservadas para estudantes de escolas públicas e de baixo poder aquisitivo.

Como demonstra no seguimento abaixo:

“na minha opinião não deveria existir cotas para pessoas devido a cor de pele e sim a situação socioeconômica do indivíduo” (UCE 92)

E a outra ideia é que reserva de vagas para negros significa discriminação com pode ser visto no seguimento a seguir:

“reservar vagas de acordo com etnia é uma grande forma de discriminação sou a favor sim de uma porcentagem ou bonificação para alunos provenientes de escolas públicas já que são historicamente frequentadas por pardos e negros pelos motivos explicados acima.”(UCE 10)

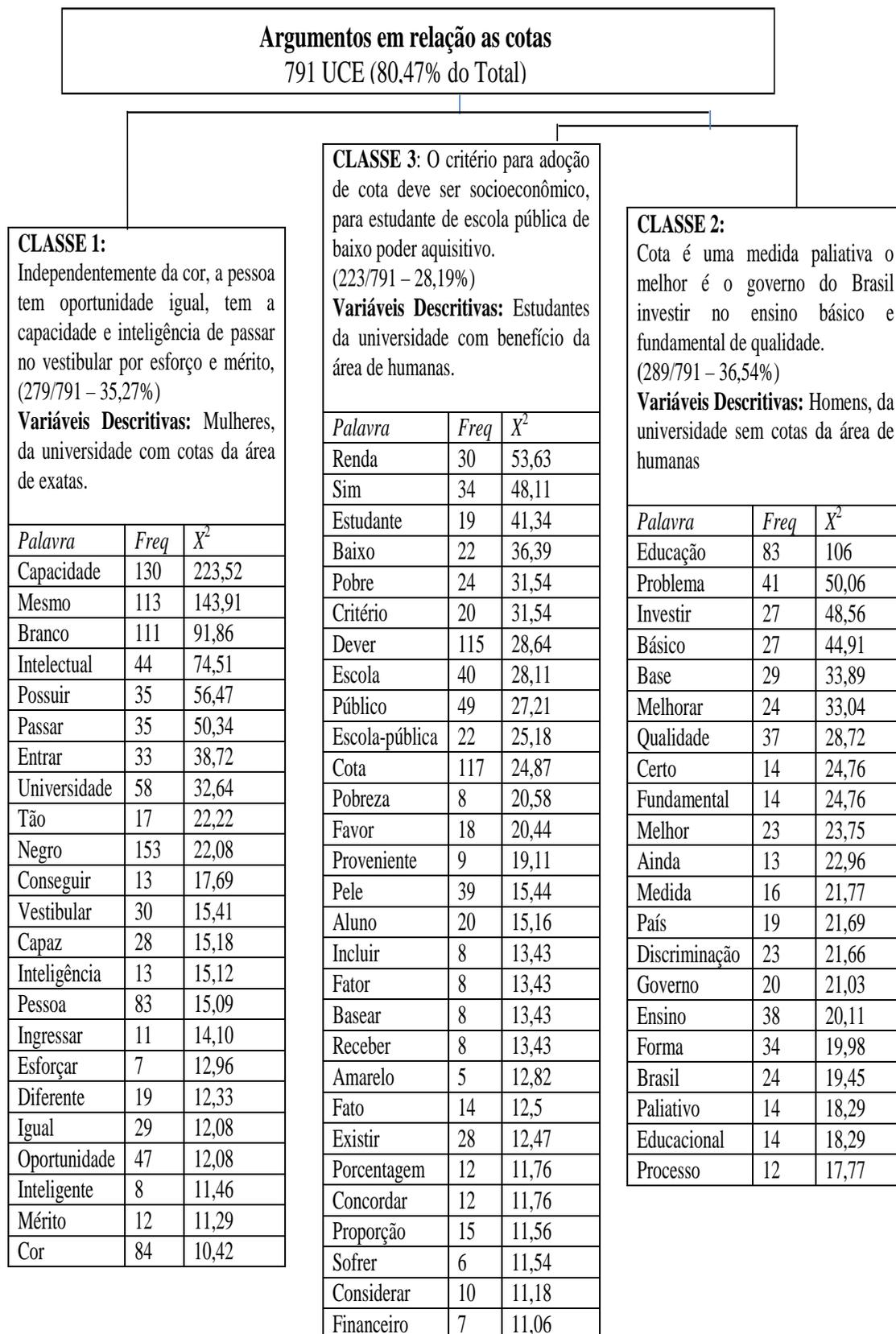


Figura – Dendograma de classes sobre os argumentos em relação a política de cotas para negros nas universidades públicas

Cada uma das três classes de argumentos contrários às cotas é, predominantemente, encontrada em um contexto específico. O argumento contrário baseado no mérito e esforço surge no contexto com cotas, isto é, no contexto em que as cotas já foram implantadas, essa constatação não corrobora o que foi encontrado no trabalho comparativo, entre os anos 2005 e 2010, dos argumentos contrários as cotas de Lima; Neves & Silva (2013), encontraram uma redução da força desse argumento depois da implantação das cotas. O argumento de cunho estrutural, que julga mais importante investir no ensino público de base, é encontrado no contexto com bonificação, ausente da saliência aos critérios raciais. O argumento de cunho social, desloca a atenção das cotas raciais para implantar cotas sociais, com base em critérios socioeconômicos. O contexto no qual esse argumento prevalece é o contexto com bonificação, justamente o critério defendido neste argumento. De fato, tem ocorrido uma redução do número de argumentos contrários às cotas raciais (ver Guimarães, 1999, 2002).

Um dos argumentos contrários às cotas raciais sustenta a ideia de que se houver cotas sociais para estudantes de escolas públicas e de baixa renda já estaria beneficiando os negros e pardos, já que historicamente são os que compõem esses espaços nas sociedade. Há o reconhecimento da existência das desigualdades sociais e raciais, porém, apenas as ações afirmativas “sociais” merecem aplicabilidade em relação as ações afirmativas “raciais”, com argumento ideológico de assistência indireta ao grupo racial discriminado, sem explicitar questões de ordem racial, então seria um problema de classe e não racial (*class-over-race*). Contudo, Tragtenberg (2010) ao realizar um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina, dois anos após a implantação de cotas, verificou que as cotas restritas para escola pública são insuficientes para garantir um ingresso significativo de negros na universidade e que, portanto, as cotas para negros são necessárias. Portanto, o critério puramente socioeconômico não favorece a inclusão de grupos étnico-raciais

discriminados (Daflon, Feres Junior & Campos, 2013), mesmo quando classe e raça são altamente convergentes (Darity, Deshpande & Weisskopf, 2011). Parece haver um refinamento ideológico em que há o reconhecimento inegável da necessidade de promoção da igualdade de todos, mas uma alta rejeição a implantação de políticas raciais (Lima, Neves & Silva, 2014).

6.5 Estereótipos

Para o estudo dos estereótipos, atributos positivos e negativos dirigidos a negros, brancos e cotistas, os estudantes respondiam o que mais e menos admiravam em cada um desses grupos. Os dados foram analisados a partir da análise de similitude dos agrupamentos de palavras (especificada no início desse capítulo), foram feitas duas análises para cada alvo, uma referente aos atributos positivos e outra aos atributos negativos.

6.5.1 Estereótipos atribuídos aos Negros

Da análise de similitude a que foram submetidas as respostas dos estudantes sobre o que mais admiram nos negros, extraiu-se o grafo tipo árvore máxima, mostrando todas as ligações, entre os termos propostos, efetuadas por um ou outro do total de sujeitos.

Na figura referente ao que *mais se admira nos negros* percebe-se três grandes eixos de organização: a cor; a cultura e a força. Percebe-se que o termo “cor” está fortemente associado a pele e características físicas como dentes, cabelos e sorrisos, contudo representa um cuidado em demarcar a dificuldade em estabelecer as diferenças entre pessoas por critério de cor de pele. O termo “cultura” está associado a características mais

No que se refere aos *atributos negativos dirigidos aos negros* pode-se perceber dois grandes eixos cujos termos centrais são a “cor” e o “preconceito”. Sendo que a “cor” está associada a ideia de que a admiração por alguém independe da cor ou etnia. O termo “preconceito” está relacionado a preconceito consigo mesmo, “senso de inferioridade”, “cotas”, “preguiça”, “ignorância”, “submissão”, “comodismo”, “desorganização” e “baixa escolaridade”. Dois outros termos estão fortemente ligados o “branco” e o “negro”, associados ao negro há um reforço na ideia de que não há diferença entre as pessoas pelo fato de ser negro, que deve-se ver a “qualidade”, do “humano” e que atribuir admiração ou não seria uma forma de “segregar”. Associados ao termo “branco” foram encontradas as palavras “sentir inferior” e “querer ser igual”. Contudo um eixo que, apesar de discreto em frequência, torna-se saliente em conteúdo é o composto pelo termo “cabelo”, este parece ser o eixo que de fato denuncia o racismo mais explícito, pois associado a ele encontram-se termos como “tendência ao mau cheiro”, “odor”, “modo de vestir” e várias conotações fenotípicas negativas como “nariz”, “boca”, “traço físico”, “olhos” e “cabelo ruim”.

6.5.3 Estereótipos atribuídos aos Cotistas

No que concerne aos *estereótipos positivos* atribuídos aos cotistas os termos centrais são “esforço” e “vontade”, relacionados a determinação, perseverança, esforço e força, para alcançar os objetivos, na busca de inclusão social, vontade de aprender, com compromisso, comprometimento, resistência e valorização das oportunidades. Paradoxalmente, dizem não ter conhecimento ou contato suficientes para avaliar os cotistas. Ainda afirmam que de forma redundante que cotistas seriam aqueles beneficiados pelo sistema de cotas na universidade. E como esperado, mesmo que de forma discreta, ocorre uma associação entre o cotista e a cor de pele, precisamente quando esta associação vai se restringindo ao negro.

Considerações Finais

O preconceito racial apesar de ser proibido por lei, ainda é um fenômeno social que interfere nas relações sociais e raciais, que mesmo na sua forma mais velada, implícita e indireta provoca sentimentos de baixa autoestima aos membros dos grupos minoritários e gera dispositivos atitudinais, no grupo majoritário, que muitas vezes, são utilizados como justificativas para legitimar condutas discriminatórias em consonância com as prerrogativas legais (Pereira, 2011).

Na primeira parte do nosso trabalho procuramos fornecer os pressupostos teóricos necessários para o entendimento da relação entre preconceito, identidade social e normas sociais. Pressupostos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho a que nos propomos.

No segundo capítulo nos centramos na discussão e conceituação do preconceito e do racismo, e apresentamos os níveis de análise do preconceito. Mencionamos, ainda, as novas expressões do preconceito e racismo. Concluímos, nesse primeiro capítulo, que o preconceito e o racismo, são definidos, regulados e expressos sob influência das normas sociais.

No terceiro capítulo discorreremos sobre as influências da identidade e das normas sociais no preconceito racial e racismo.

Na primeira parte deste capítulo foram tratados dos aspectos concernentes a identidade: discutimos sobre a relação identidade pessoal e identidade social; identidade social, pertença grupal e relações intergrupais; identidade social e identidade racial; relações raciais no Brasil. A conclusão central, que chegamos, a respeito desta seção foi

que a identidade social e racial, se constituem nas relações intergrupais e inter-raciais, e se refere ao reconhecimento do grupo de pertença.

A segunda seção do terceiro capítulo se refere as normas sociais, com ênfase nas normas da meritocracia e do igualitarismo; e dos percursos ideológico subjacentes na construção das relações racializadas no Brasil (o processo de miscigenação, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial). Podemos concluir que o processo de miscigenação, mito da democracia racial brasileira são ideologias arraigadas na sociedade brasileira e servem de justificativas legitimadoras das desigualdades raciais, e que essas ideologias estão em consonância com as normas do igualitarismo.

No capítulo quatro, último capítulo teórico, nos referimos às políticas de ações afirmativas, às políticas de cotas sociais e raciais e a implantação dessas políticas nas universidades brasileiras. Discutimos as políticas de ações afirmativas a partir dos fundamentos do favoritismo e viés endogrupal. Concluimos, a partir da teoria do conflito real (Sherif, 1967) que o contexto de adoção de cotas raciais pode ser um contexto favorável às expressões mais flagrantes e explícitas do preconceito.

No capítulo cinco foi exposto o modelo analítico para estudo do preconceito racial. A hipótese principal do modelo é que o contexto (universidade com cotas *vs* com bonificação *vs* sem cotas) influencia as expressões do preconceito racial, contudo, esperávamos que esta relação fosse moderada pela identidade e pelas normas sociais. As variáveis que compõem a identidade foram (autocategorização; identificação racial e percepção de proximidade com negros), enquanto, as variáveis referentes as normas sociais (motivações para controlar o preconceito, igualitarismo e meritocracia e orientação a dominância social).

No capítulo seis, capítulo empírico, abordamos os aspectos metodológicos da pesquisa, análise e discussão dos resultados.

O objetivo geral dessa tese foi analisar a influência do contexto da adoção da política de cotas para negros nas universidades públicas nas expressões do preconceito racial e do racismo, considerando os efeitos moderadores da identidade e das normas sociais.

Para alcançar esse objetivo a pesquisa foi realizada com estudantes universitários, dos cursos mais concorridos no vestibular, de três universidades do nordeste brasileiro. As universidades foram escolhidas porque apresentavam propostas diferentes quanto a implantação de cotas com recorte racial (cotas raciais). Uma universidade já havia implantado a política de cotas raciais (contexto com cotas), a outra universidade tinha o sistema de bonificação (atribuição de pontos a nota final para alunos provenientes de escolas públicas – contexto com bonificação) e a terceira era isenta de qualquer tipo de benefício (contexto sem cotas).

Para análise do preconceito utilizamos três medidas do preconceito: a escala do preconceito ambivalente – Escala pronegro e antinegro; escala do preconceito sutil e escala do racismo simbólico. Decorrentes dessas medidas, decidimos efetivar as análises desmembrando as medidas na sua forma original e, em seguida, reagrupando-as de acordo com o tipo de expressão do preconceito: atitudes positivas; medidas explícitas (atitudes negativas e preconceito flagrante) e implícitas (preconceito sutil e racismo moderno) do preconceito.

Nossa hipótese principal era que as diferentes expressões do preconceito racial sofrerão a influência do contexto. Constatamos, que de fato há uma influência do contexto nas diversas manifestações do preconceito. O preconceito foi mais flagrante e manifesto, no contexto, no qual o grupo minoritário é favorecido por recorte racial. Ao passo que, o preconceito mais sutil é mais expresso em contexto que adere a um benefício mais discreto que não possui o recorte racial. Desta forma, podemos concluir, que é legítimo ajudar aos

menos favorecidos, desde que, seja um benefício discreto e pouco eficaz no combate às desigualdades raciais (Feres-Júnior, et al. 2013). Este fenômeno é relativizado a depender do conhecimento formal acerca das desigualdades sociais, compartilhado com os pares.

A autocategorização e a identificação com o grupo majoritário ou com o grupo minoritário não influenciam a relação entre o contexto e as expressões do preconceito, nas suas formas mais negativas, flagrantes e sutis. Contudo, relativizam quando preconceito é medido no seu aspecto mais simbólico. O que pode indicar que as pessoas, do grupo majoritário, apesar de não expressarem, atitudes negativas e preconceitos manifesto e sutil, utilizam de estratégias para manifestar o preconceito de forma simbólica (McConahay, 1986; Kinder & Sears, 1971).

Evidenciamos que o contato com membros do grupo minoritário no foro mais íntimos (familiares e amigos) relativiza a influência do contexto nas expressões do preconceito flagrante. Ao passo que o contato no foro mais distante (colegas da universidade e brasileiros), parece, não indicar influência na relação entre o contexto e as expressões do preconceito racial. O que pode indicar que, de fato, o contato é importante para redução do preconceito e discriminação (Allport, 1954/79), com aqueles que já se tem proximidade, todavia, o contato com membros do grupo minoritário que estão mais distantes não representa fator implicador direto nas expressões do preconceito e, menos ainda, na influência do contexto no preconceito.

No que concerne, o efeito das normas sociais relação entre o contexto de favorecimento ao grupo minoritário e o preconceito racial, consideramos de forma ampla a influência das normas sociais, as provenientes do igualitarismo e da meritocracia, as motivações promovidas pela norma antidiscriminatória e a orientação a hierarquização das relações intergrupais.

As motivações internas estão relacionadas às baixas expressões de preconceito e as motivações externas estão relacionadas a elevadas expressões de preconceito (Plant & Devine, 1998).

As normas do igualitarismo e da meritocracia estão estritamente relacionadas com expressões de preconceito e racismo. De forma que adesão a meritocracia representa mais manifestações de preconceito, e a adesão a norma do igualitarismo está diretamente proporcional às manifestações do preconceito. Contudo, no nosso trabalho evidenciamos que o igualitarismo parece indicar uma forma particular do preconceito no Brasil, que substitui o preconceito sutil pelo igualitarismo (Lima,2002), que passa a funcionar como justificativas legitimadoras para manutenção das desigualdades raciais.

Evidenciamos, que adotar uma postura hierarquizadora da sociedade está diretamente relacionada a expressões mais flagrante de preconceito (Sidanus & Pratto, 1994; Sidanius et. all, 2000), que pode ser potencializado pelo contexto competitivo no qual um dos grupos é percebido como mais favorecido.

No que se refere, ao posicionamento em relação a políticas de cotas constatamos que o preconceito e racismo são elementos subjacentes ao posicionamento quanto a adoção das cotas para negros nas universidades, desta forma quanto maior o preconceito e racismo menos se concorda com a implantação das políticas de cotas para negros nas universidades.

8. Referências

- Abrams, D., & Hogg, M. A. (1988). Comments on the motivational status of self-esteem in social identity and intergroup discrimination. *European Journal of Social Psychology*, 18, 317-334.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R, N. (1950). The authoritarian personality, *New York: Harper & Row*.
- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for dilebaration an analysis of power between groups. In W. Austin& S. Worchel (Eds.). *The social psychology of intergroup relations* (pp 121-143). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Allport, G. W. (1954/1979) *The Nature of Prejudice*. New York. Basic Books.
- Almeida, S. M. L. (2006). Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003. Tese apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social – perspectivas psicológicas e sociológicas*; tradução Miguel Cabrera Fernandes; revisão técnica Ana Raquel Torres. São Paulo: McGraw-Hill.
- Amir, Y. (1976) The role of intergroup contact in change in prejudice and ethnic relations. In P. A. Katz (ed.), *Towards the elimintion of racismo* (pp. 245 – 308). New York: Pergamon.
- Amodio, D. M., Harmon-Jones, E., & Devine, P. G. (2003). Individual differences in the activation and control of affective race bias as assessed by startle eyeblink response and self-report. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 738-753.
- Avanci, Joviana Q., Assis, Simone G., Santos, Nilton César dos, & Oliveira, Rachel V. C.. (2007). Adaptação tanscultural de escala de autoestima para adolescentes. *Psicologia:*

- Reflexão e Crítica*, 20(3), 397-405. Retrieved December 30, 2013, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722007000300007&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-79722007000300007
- Azevedo, C. M. M. *Anti-Racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Editora Annablume, 2004.
- Banaji, M. R. & Prentice, D. A. (1994). The self in social contexts. *Annual Review of Psychology*, 45,297-332,
- Batista, N. (1995). *Cultura Negra e Currículo*. In: Silva, L. H. da & Azevedo, J. C. (Orgs). *Paixão de Aprender*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Bauman, Z. (1998). *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bauman, Z. (1998). *Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Beeman, W. & Frank, I. (1988). *New Dynamics in the global economy*. New York, Committee for Economic Development.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M. A. S. Bento (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25-57). Petrópolis: Vozes.
- Berrocal, C. G. (1995) Contacto negative y estereotipia hacia los gitanos. In Sanchez, J. C. y Ullan. M. (compiladores) *Processos Psicosociales Básicos y Grupales*. Endema, Salamanca.
- Bianchi, F. T., Sea, M. C.; Belgrave, F. Z, & Echeverry, J. J. (2002). Racial identity and self-esteem among black brazilian men: race matters in Brazil too! *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 8(2), 157-169.
- Biernat, M.; Vescio, T.K.; Theno, S. A. & Crandall, C. S. (1996). Values and prejudice: Toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. In C.

- Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.). *The psychology of values: The Ontario Symposium, Volume 8* (pp. 153-189). Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Billig, M. (1976). *Social psychology and intergroup relations*. London: Academic Press.
- Billig M. (1991) *Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology*. London, Sage.
- Blank, R. M., Dabady, M. & Citro, C. F. (Edts) (2004). *Measuring racial discrimination / Panel on Methods for Assessing Discrimination, National Research Council. Committee on National Statistics, Division of Behavioral and Social Sciences and Education*. Washington, DC: The National Academies Press.
- Blascovich, J. & Tomaka, J. (1991). Measures of self-esteem. Em J. P. Robinson & P. R. Shaver (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 115-160). San Diego, CA: Academic Press.
- Blumer, H (1958) Race Prejudice as a Sense of Group Position *The Pacific Sociological Review* Vol. 1, No. 1, pp. 3-7.
- Bobocel, D. R., Son Hing, L. S., Davey, L. M., Stanley, D. J. & Zanna, M. P. (1998). Justice-based opposition to social policies: Is It genuine? *Journal of Personality and Social Psychology*, 75 (3), (pp 653-669).
- Bowser, B. P. (1995) – *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage.
- Brasil (2013), <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/01/10/cotistas-tem-quase-a-mesma-nota-de-corte-de-estudantes-da-ampla-concorrencia> pesquisado em 17.08.2013.
- Brewer, M. B.; Brown, R. J. (1998). Intergroup relations. In. Gilbert, D. T. (Ed); Fiske, S. T. (Ed); Lindzey, G. (Ed). *The handbook of social psychology*. Vols. 1 and 2 (4th ed.). (pp. 554-594). New York, NY, US: McGraw-Hill, 1085 pp.

- Brewer, M. B., & Gaertner, S. L. (2004). Toward reduction of prejudice: Intergroup contact and social categorization. In M. Brewer & M. Hewstone (Eds.), *Self and social identity* (pp. 298-318). Cornwall: Blackwell Publishing.
- Brown, R. (1991). Relaciones Intergrupales. In Hewstone, M.; Stroebe, W.; Codol J. P., & Stephenson, G.M. (Coords). *Introducción a la Psicología Social: una perspectiva europea*. Ariel Psicología. Barcelona. Espanha.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social Psychology*. Oxford: Blackwell.
- Brown, R. (2000). *Group processes*. 2nd edn. Oxford: Blackwell.
- Brown, R.(2000). Social identity: past achievements, current problems and future challenges. *European Journal of Social Psychology*, 30 (pp 745 – 778)
- Brown, R., González, R., Zagefka, H., Manzi, J. & Cehajic, S. (2008). Nuestra Culpa: collective guilt as a predictor of reparation for historical wrongdoing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 94 (1), 75-90.
- Camargo, B.V. & Justo, A. M. (2013) Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Recuperado de: <http://www.iramuteq.org/documentation/tutoriel-en-portugais><http://www.iramuteq.org/documentation/tutoriel-en-portugais>.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M.. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), pp. 513-518. Recuperado em 20 janeiro,2014,http://pepsic.bvsalud.org/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S1413389X2013000200016&lng=pt&tlng=pt.10.9788/TP2013.2-16.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.
- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo. *Revista Perfil*.

- Camino, L., Da Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*, 1, (pp. 13-36).
- Camino, L. Da Silva, P. & Machado, A. O. (2004). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In: M. E. O. Lima & M. E. Pereira, M. E. (Orgs.) *Estereótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 119-137). Salvador: EDUFBA.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Mendoza, R. (2007). El prejuicio racial en Brasil: sus formas encubiertas de expresión. In: J. Gissi & D. Sirlopú (org.). *Asedios a la psique latino-americana. Aportes desde la Psicología política, Psicología comunitaria y Psicología social*. (pp. 183-204). Santiago de Chile: Pontifica Universidad Católica de Chile.
- Carneiro, M.L.T. (1988). Preconceito racial: Portugal e Brasil-colônia. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, J. J. (2004) *As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras*. Brasília: UnB, Departamento de Antropologia. Série Antropologia, 358.
- Castelli, L. & Carraro, L. (2010) Striving for difference: on the spontaneous preference for ingroup members who maximize ingroup positive distinctiveness. *European Journal of Social Psychology*, 40, 881-890.
- Chauí, M. (2001). O que é ideologia? Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense.
- Christ, O.; Schmid, K.; Lilliot, S.; Swart, H.; Stolle, D.; Tausch, N.; Al Ramiah, A.; Wagner, U.; Vertovec, S. & Hewstone, M. (2014). Contextual effect of positive intergroup contact on outgroup prejudice. PNAS 2014; published ahead of print March 3, 2014, doi:10.1073/pnas.1320901111.

- Clark, K. & Clark, M. (1947). Racial identification and preference in Negro children. In T. M. Newcomb and E. L. Hartley (Eds). *Readings in social psychology*. New York: Holt.
- Cigoli, V., & Scabini, E. (2006). *The Family identity. Ties, symbols and transitions*. Mahwah: Erlbaum.
- Crosby, F., Bromley, S. & Saxe, L. (1980) Recent unobtrusive studies of Black and White discrimination and prejudice. Psychological Bulletin, 87, 546-563.
- Daflon, Verônica T., Feres Júnior, João e Campos, Luiz A. (2013). Ações Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa* v.43 n.148 p.302-327 jan./abr. 2013.
- Darity, William; Deshpande, Ashwini; Weisskopf, Thomas. Who is eligible? Should affirmative action be group-or class-based? *American Journal of Economics and Sociology*, v. 70, n. 1, p. 238-268, 2011.
- DeRidder, R., Schrijer, S.G.L. & Tripathi, R.C. (1992) Norm violation as a precipitating factor of negative intergroup relations. In: DeRidder, R. & Tripathi, R.C. (Eds). Oxford Calderon Press.
- Deschamps, J.-C (1982). Social Identity and relations of power between groups. In: Tajfel, H. (org) *Social Identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Deschamps, J.-C. (1999). Les relations entre l'identité individuelle et collective ou comment la similitude et la différence peuvent covarier. In: Deschamps, J.C.; Morales, J.F.; Paez, D. & Worchel, S. (orgs). *L'identité sociale – La construction de l'individu dans les relations entre groupes*. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble.

- Deschamps J.-C., Lorenzi-Cioldi, F., & Volpato C.. (1983). Cercasi collaboratore scientifico: identità personale e identità sociale in un contesto lavorativo, *Report*, Istituto di Psicologia, Università di Padova, 74, 1-33.
- Deschamps, J.-C & Moliner, P. (2009) Identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. – Petropolis RJ: Vozes.
- Devine, P.G. (1989) Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 56, p. 5-18.
- Dini, G.M, Quaresma, M.R. & Ferreira, L. M. (2004). Adaptação Cultural e Validação da versão brasileira da Escala de Autoestima de Rosenberg. *Revista da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica*. 19 (1) pp 41-52. São Paulo.
- Dion, K.L. (2003). Prejudice, racism, and discrimination. In T. Millon & M.J. Lerner, (Orgs.). *Handbook of Psychology: Personality and Social Psychology* (Vol. 5) (pp.507-536). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 18 n. 1, pp. 027-035.
- Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 99 - 111.
- Doise, W. (1986). Levels of explanation in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W., Deschamps, J.-C & Meyer, G. (1978) The accentuation of intra-categorysimilarities. In; Tajfel, H. (org.) *Differentiation between social groups – Studies in the social psychology of intergroup relations*. Londres: Academic Press.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O., e Sears, R. (1939). Frustration and aggression. New Haven, CT: Yale University Press.

- Dovidio, J.F. & Gaertner, S.L. (1986) (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press.
- Dovidio, J. F., Mann, J., & Gaertner, S.L. (1989) “Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism” in Blanchard, F. e Crosby, F. (Eds.) *Affirmative Action in Perspective*, New York, Springer-Verlag.
- Dunkel, C. S., Kelts D., & Coon, B. (2006). Possible selves as mechanisms of change in therapy. In C. Dunkel, & J. Kerpelman (Eds). *Possible selves: Theory, research and applications* (pp. 187-204). Hayppage, NY: Nova Science Publishers.
- Dupas, G. (2000). – *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo, Paz e Terra. 2ª edição.
- Ellemers, N., Kortekaas, P. & Ouwerkerk, J. W. (1999). Self-categorization, commitment to the group and group self-esteem as related but distinct aspects of social identity. *European Journal of Social Psychology*, 29, 371-389.
- Eriksen, Thomas H. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press, 1993.
- Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L. & Mendoza, R. (2007). Valores Psicossociais e Orientação à Dominância Social: Um Estudo Acerca do Preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 490-498. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- França, D. X. & Lima, M. E. (2011). Affirmative Action and Ethnic Identity in Black and Indigenous Brazilian Children. *Internacional Journal of conflict and Violence*. IICV: Vol. 5 (1) 2011, pp. 200 – 210

- França, D. X. & Monteiro, M. B. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *In: M. B. Monteiro (org.). Psicologia*, 16 (2), 263.
- Freire, G. (2001). *Casa Grande e Senzala*. 42ª edição, Rio de Janeiro: Record.
- Friel, C. M (2009). Notes on Factor Analysis. Criminal Justice Centre, Sam Houston State University. <http://www.bama.ua.edu/~jcsenkbeil/gy523/Factor%20Analysis.pdf>.
- Fry, P.; Maggie, Y.; Maio, M.C.; Monteiro, S.; Santos, R.V. (orgs) (2007). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fry, P.; Maggie, Y. (2004). Cotas raciais – Construindo um país dividido? *Economia*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p 153-161.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In Dovidio, F. & Gaertner (Eds). *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- Geraldo, E. (2009). A “lei de cotas” de 1934: controle dos estrangeiros no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, 15(27); pp.173-209. http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernosael/article/viewFile/157/164
- Gilroy, P. (2001). *Against Race: Imagining Political Culture Beyond the Color Line*. Cambridge, MA: The Belknap Press of the Harvard University Press.
- Gomes, J. B. O. (2003) O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: Santos, R. E. e Lobato, F. (Orgs). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: una comparación intra intercultural*. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

- Gouveia, Valdiney V., Souza Filho, Marcilio Lira de, Araújo, Alessandra Gusmão Trajano de, Guerra, Valeschka Martins, & Sousa, Deliane Faria Macedo de. (2006). Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 422-432. Recuperado em 12 de maio de 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722006000300011&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0102-79722006000300011.
- Grin, M. (2004) Auto-confrontação racial e opinião: o caso brasileiro e o norteamericano. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, ano 6, n. 1, p. 95-117.
- Guimarães, A. S. (1999). Racismo e anti-racismo no Brasil. *São Paulo, Editora 34 Ltda*.
- Guimarães, A. S. (2002). Classes, Raças e Democracia. *São Paulo, Editora 34 Ltda*
- Guimarães, A. S. (2008). Cor e Raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: Sansone, L. e Pinho, O. A. (ogs.), Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia: ADUFBA.
- Grider,A.; Sampaio, L.M.B. & Sampaio, R.M.B. O argumento de inclusão enquanto política de acesso a universidade pública. Recuperado de: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim_3_mesa5_argumento_inclusao_enquanto_politica_acesso_universidade_publica%20
- Haaland, Gunnar. “Economic Determinants in Ethnic Processes” In *Ethnic groups and boundaries*. Fredrik Barth (ed.), Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969.
- Harrison, M. S. & Thomas, K. M. (2009). The hidden prejudice in selection: A research investigation on skin color bias. *Journal of Applied Social Psychology*, 39 (1), 134-168.
- Heatheron, T.F. & Wyland, C. (2003) Assessing self-esteem. In S. Lopez and R. Snyder, (Eds). *Assessing Positive Psychology*. (pp. 219 – 233). Washington, DC: APA.

- Heringer, R. (2010). Ações afirmativas à brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil. (2001-2008). In Paiva, A. R. (org) Entre dados e fatos: ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (2003). Intergroup Behavior and Social Identity. In Hogg, M.A. & Cooper, J.(eds) The Sege Handbook of Social Psychology. Sege Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi.
- Hogg, M. A. & Vaughan, G. M. (1995). Social Psychology: An Introduction. London: Prentice Hall.
- Hutz, C. S. (2000). *Adaptação brasileira da escala de autoestima de Rosenberg*. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Mimeo.
- Hutz, C. S. & Zanon, C. (2011). Revisão da Adaptação, validação e normatização da Escala de autoestima de Rosenberg. *Avaliação Psicológica*, 10(1), pp. 41-49
- Inglehart, R. (1977). The Silent Revolution. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Jensen, A.R. (1968), "The Culturally Disadvantaged and the Heredity-Environment Uncertainty", *Disadvantaged Child (ed. J. Hellmuth)*, Vol. 2 (Brunner-Mazel): 54.
- Jones, J. M. (1973) *Racismo e preconceito*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Edgard Blücher/Edusp.
- Jones, J. E. (1993). The Rise and Fall of Affirmative Action. In: Hill, H: Jones, J. (eds). Race in American: The Struggle for Equality. Madison, University of Wisconsin Press.
- Júnior, J. F. & Zoninsein, J. (2008) Introdução: a consolidação das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. In Zoninsein, J. & Júnior, J. F. (orgs) Ações afirmativas no

- ensino superior brasileiro, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 350p.
- Junior, J. F., Daflon, V. T., Ramos, P. & Miguel, L. O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*, IESP-UERJ, setembro, 2013, pp. 1-34.
- Katz, I. (1981) *Stigma: A social psychological analysis*. Hillsdale, New Jersey, Erlbaum.
- Katz, I., Wackenhut, J. & Hass, R.G., (1986) - "Racial ambivalence, value duality, and behavior" In J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press.
- Katz, I. & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and american value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of personality and social psychology*, 55 (6), (pp.893-905).
- Kerpelman, J. L., & Lamke, L. K. (1997). Anticipation of future identities: a control theory approach to identity development within the context of serious dating relationships. *Personal Relationships*, 4,47-62.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1981). Prejudice and Politics: Symbolic Racism versus Racial Threats to the Good Life. *Journal of Personality*, 40, 3, 414-431.
- King, L. & Raspin, C. (2004). Lost and found possible selves, subjective well-being, and ego development in divorced women. *Journal of Personality*, 73, 603-632.
- Lima-Nunes, A. V., Lins, S. L., Camino, L. & Torres, A. R. (2013). Social insertion and racial prejudice: distance from black people and sócio-political variables. *Portuguese Journal of Social Issues*. 9 (1), 3-17.
- Lima, M. E. O. (2003). *Normas sociais e racismo: efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de doutorado não publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa. Portugal.

- Lima, M. E. O. (2011). Preconceito. In: Camino, L.; Torres, A.R.R.; Lima, M.E.O. & Pereira, M.E.(orgs). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília: TechnoPolitik.
- Lima, M.E.O. & Vala, J. (2004).
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C. & Vala, J. (2005). Normas sociais e Preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 309-319.
- Lima, M. E. O., Neves, P. S. C. & Silva, P. B. (2014). A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação* v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014
- Lipset, S. M. (1993). Two America, Two Value Systems: Black and White. In: Sorensen, A. e Spilerman, S. (eds). *Social Theory and Social Policy: Essays in Honor of James S. Coleman*. Westport: Praeger, pp. 202-232.
- López, I. F. H. (2013). The Social Construction of Race. In Delgado, R. & Stefancic, J. *Critical race theory: the cutting edge*. Temple University Press Philadelphia, Third Edition, Pennsylvania.
- Machado, E. A. (2010). A invenção das cotas: políticas de ações afirmativas e os estudantes universitários. In Paiva, A. R. (org) *Entre dados e fatos: ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010.
- Maggie, Y. & Fry, P. (2004) A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 67-80.
- Maio, M. C. & Santos, R. V. (2005). Política de Cotas Raciais, “os olhos da sociedade” e os usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214.

- Manzi, C., Vignoles, V. L., & Regalia, C. (2010). Accommodating a new identity: Possible selves, identity change and well-being across two life-transitions. *European Journal of Social Psychology*, 40, 970-984.
- Martinez, I. & Camino, L. (2000) - Brasil es Racista, Brasil no es Racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos. *Comunicação apresentada no VII Congresso de Psicologia Social da Espanha. 26-29 de Setembro. Oviedo, Espanha.*
- Matschke, C. & Sassenberg, K. (2010) *Does rejection lead to disidentification? The role of internal motivation and avoidance strategies.* *European Journal of Social Psychology*, 40, 891-900.
- Máximo, T. A. C. de O.; Camino L.; Nunes, A. V. L., & Lins, S. L. B. (2012). Processos de identidade social e exclusão racial na infância da solidão. *Psicologia em Revista*, 18(3), 507-526. Recuperado em 14 de abril de 2014, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682012000300011&lng=pt&tlng=pt. 10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p507.
- McConahay, J.B. (1986) Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale” in J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press.
- McConahay, J.B. & Hough, J.C. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- Miles, R. (2000) “Apropos the Idea of ‘Race’...Again”. In: Les Back & SOLOMOS, J. (orgs). *Theories of Race and Racism: a Reader*. London and New York: Routledge: 125-143.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes.

- Munanga, K. (2004). O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Petrópolis; Vozes. 2004.
- Nascimento, V. P.. Pressupostos básicos da formação de professores no projeto Escola Plural: A diversidade está na sala. In: LIMA, M. N. M. (Org.). *Escola Plural: a diversidade está na sala*. Vol. 03. São Paulo: Cortez, 2005.
- Neves, P.S.C. & Lima, M.E. (2007). Percepções de Justiça Social e Atitudes de Estudantes Pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para estudantes negros e pardos nas universidades públicas.
- Nogueira, O. (1985). Tanto preto quanto branco. Estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Nunes, S. S. (2010) Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/2010082636/publico/nunes_do.pdf&ei=PfBsU52IFM6nsASKw4HgAg&usg=AFQjCNH0zfUlqdeAvDfnNvWOjjzpyIOww.
- Nunes, A. V. L. & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*; 23 (1): 135-143.
- Oliveira Filho, P. (2005). Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raça. *Estudos de Psicologia*, 10(2), 247-253, 2005
- Otten, S., & Mummendey, A. (2000). Valence-dependent probability of ingroup favoritism between minimal groups: An integrative view on the positive–negative asymmetry in social discrimination. In D. Capozza & R. Brown (Eds.), *Social identity processes* (pp. 33–48). London: Sage.

- Paiva, G. J. (2007). Identidade Psicossocial e Pessoal como questão contemporânea. *Psico*, 38(1), 77-84.
- Paixão, M. (2003). *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Coleção Políticas da Cor. DP&A, Rio de Janeiro.
- Paixão, M. & Carvano, L. M. (2008a). Censo e Demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: Sansone, L. e Pinho, O. A. (ogs.), *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia: ADUFBA.
- Paixão, M. & Carvano, L. M. (2008b). *Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008*. Ed. Garamond, Rio de Janeiro.
- Paixão, M. (2008). A santa aliança: estudo sobre o consenso crítico às políticas de promoção da equidade racial no Brasil. In Zoninsein, J. & Júnior, J. F. (orgs) *Ações afirmativas no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 350p.
- Paixão, M.; Rossetto, I.; Montovanele, F. & Carvano, L.M. (2010). *Relatório Anual das desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Pagotto, L.; Voci, A. & Maculan, V. (2010). The Effectiveness of Intergroup Contact at Work: Mediators and Moderators of Hospital Workers' Prejudice Towards Immigrants. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20: 317–330. Published online 29 April 2010 in Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com) DOI: 10.1002/casp.1038
- Pallant, J. (2007). *SPSS Survival Manual*. Open University Press.
- Penha-Lopes, V. (2008). Universitários cotistas: de alunos a bacharéis. In Zoninsein, J. & Júnior, J. F. (orgs) *Ações afirmativas no ensino superior brasileiro*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ

- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo.
- Pereira, C. R.; Torres, A.R.R. & Almeida, S. T. (2003). Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(1), pp. 95-107.
- Pereira, C. R., & Vala, J. (2011). A legitimação da discriminação em diferentes contextos normativos. In E. M. Techio & M. E. Lima (Eds.), *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito* (pp. 363-404). Brasília: TechnoPolitik.
- Pereira, C., Vala, J., & Costa-Lopes, R. (2010). From prejudice to discrimination: The legitimizing role of perceived threat in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 40, 1231-1250. doi: 10.1002/ejsp.718.
- Pereira, C., Vala, J., & Leyens, J.-P. (2009). From infra-humanization to discrimination: The mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 336–344. doi: 10.1016/j.jesp.2008.10.010.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1997). Is subtle prejudice really prejudice? *Public Opinion Quarterly* Volume 61:54–71. 1997 by the American Association for Public Opinion Research All rights reserved. 0033-362X/97/6101-0003\$02.50 Downloaded from <http://poq.oxfordjournals.org/> at Universidade Federal da Bahia on November 9, 2011.
- Pettigrew, T. F. (2008). The social science study of American race relations in the twentieth century. *Social and Personality Psychology Compass*, 2, 318-345.
- Pimental, F. & Pereira, F. S. (2004) A responsabilidade das instituições de ensino superior públicas com relação à exclusão social: uma reflexão sobre a reserva de cotas para a

- matrícula de indivíduos afro-descendentes. *Revista de Ciências da Administração* – v.6, n.11, jan/jul 2004.
- Pinto, C. A. (1953). *O negro no Rio de Janeiro: relações raciais numa sociedade em mudança*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Pinto, G. H. R. (2005). *Ação Afirmativa, Fronteiras Raciais e Identidades Acadêmicas: Uma Etnografia das Cotas Para Negros na UERJ*. Trabalho apresentado na 1.a Conferência Internacional da Rede de Estudos de Ação Afirmativa. Rio de Janeiro, 3 a 7 de janeiro de 2005. Universidade Candido Mendes, Ipanema.
- Piovesan, F. (2008) *Ações afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9927/9142>
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9927/9142>
- Plant, A. E. & Devine, P. G. (1998). Internal and External Motivation to Respond Without Prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 75, No. 3. 811-832.
- Plant, A. E. & Devine, P. G. (2009). The active control of prejudice: unpacking the intentions guiding control efforts. *Journal of Personality and Social Psychology*. Mar; 96(3):640-52. doi: 10.1037/a0012960.
- Plant, A. E.; Devine, P.G. & Peruche M.B. (2010). *Routes to positive interracial interactions: approaching egalitarianism or avoiding prejudice*. *Journal of Personality and Social Psychology*. Sep; 36(9): 1135-47.
http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed?term=PerucheMB%5BAuthor%5D&cauthor=true&cauthor_uid=20660704 doi: 10.1177/0146167210378018. Epub 2010 Jul 26.
- Pratto, F.; Sidanius, J.; Stalworth, L.M. & Malle, B. F. (1994). *Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes*. *Journal of Personality and Social Psychology* 67, no. 4: 741-763.

- Rodrigues Filho, G.; Oliveira, C. C. & Nascimento, J. G.(orgs) (2012). *Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei federal 10.639/2003*. 1. ed. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.
- Rodrigues, F. (1995). Racismo Cordial. In Turra, C. & Venturi, G. (orgs) Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. Folha de São Paulo/Datafolha, Ed. Ática. São Paulo.
- Rodriguez, J. F.; Herrero, J., Ovejero, A. & Torres, A. (2009). New Expression of Racism among Young People in Spain: an Adaptation of the Meertens and Pettigrew (1992) Prejudice Scale, *Adolescence*, vol. 44, n° 176, pp. 1033-1043.
- Rokeach M. (1960). *The open and closed mind: investigations into the nature of belief systems and personality systems*. New York: Basic Books, 1960. 447 p.
- Ruciman (1966). Relative deprivation and social justice : A study of attitudes to social inequality in twentieth-century England. London : Routledge and Kegan Paul.
- Sagar, H. A., & Schofield, J. W. (1980). Racial and behavioral cues in black and white children's perceptions of ambiguously aggressive acts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 19, 590-598.
- Santos, R. V. & Maio, M. C. (2004) Qual “Retrato do Brasil”? : raça, biologia, identidades e política na era da genômica. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 10, n. 1, p. 61-95.
- Santana, O. (2001) Ações afirmativas: limites e possibilidades. http://www.lpp-buenosaires.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=2196http://www.lpp-buenosaires.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=2196 pesquisado em 19 de agosto de 2013.
- Sears, D. O., & Kinder, D. R. (1971). Racial tensions and voting in Los Angeles. In W. Z. Hirsch (Org.), *Los Angeles: viability and prospects for metropolitan leadership*. Nova

- York: Praeger.
- Sherif, M. (1967). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- Sherif, M. & Sherif, C. W. (1964) *Reference groups*. New York: Harper and Row.
- Sherif, M. & Sherif, C. W. (1966) *Groups in harmony and tension*. New York: Octagon Books.
- Sidanius, J.; Pratto, F. & Bobo, L. (1996). Racism, conservatism, affirmative action, and intellectual sophistication: a matter of principled conservatism or group dominance? *Journal of Personality and Social Psychology*. 70:479-490.
- Sidanius & Pratto (1999). *Social Dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press.
- Sidanius, J., Singh, P., Hetts, J., & Federico, C. (2000). It's not affirmative action, it's the Blacks: The continuing relevance of race in American Politics. In D.O. Sears, J. Sidanius & L. Bobo (eds). *Racialized Politics: Values, Ideology, and Prejudice in American Public Opinion*. Chicago: University of Chicago press.
- Silva, P., Pereira, A. & Camino, L. (2002). O desenvolvimento racial e o processo de branqueamento em crianças. *In: VI CCHLA. Conhecimento em Debate*. [CD-ROM]. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- Silva, P. (2005), *Identidade Racial e Políticas de Ações afirmativas: Investigando a Aceitação Social de Cotas para Estudantes Negros nas Universidades Públicas*. Dissertação de Mestrado não Publicada, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.
- Silva, Paula Bacellar e (2009). *Normas sociais e preconceito: o impacto da meritocracia e da igualdade no preconceito contra os cotistas em duas universidades públicas*.

Dissertação de Mestrado não Publicada, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

Silva, P & Santos, J. A. (2010) – Ações afirmativas e Cotas para negros nas universidades: uma revisão ao conceito de igualdade. Comunicação científica apresentada no Conpsi 7, em maio, Salvador, Bahia.

Silva, P.B., & da Silva, P. (2012). Representação Social de Estudantes Universitários sobre Cotas na Universidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(3), 525-542. <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/517><http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/517>

Stephan, W. G., Boniecki, K.A., Ybarra, O. Bettencourt, A., Ervin, K.S., Jackson, L. A., McNatt, P.S., & Renfro, C.L. (2002). The role of threats in the racial attitudes of blacks and whites. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 1242-1254.

Stephan, W. G. & Stephan, C. W. (1984). The role of ignorance in intergroup relations. In: N. Miller & M. Brewer (eds) *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 229-255). New York: Academic.

Stephan, W. G. & Stephan, C.W. (2000). An integrated threat theory of prejudice. In Oskamp, S. *Reducing prejudice and discrimination*. Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, New Jersey.

Stephan, W. G., Ybarra, O. e Morrison, K. R. (2009) Intergroup threat theory. In: *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. Ed Todd D. Nelson. New York.

Tajfel, H. (1957). Value and the perceptual judgement of magnitude. *Psychological Review*, 64, 192-204.

Tajfel, H. (1978a). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup behavior*, Londres, Academic Press.

- Tajfel, H. (1978b). *The social psychology of minorities*. London School of Economics.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H.(1982) *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Vols I e II Lisboa: Horizonte.
- Tajfel, H., Billig, M, Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149-177.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of social conflict. In: W. Austin & S. Worchel (eds.), *The social psychology of intergroup relations*, Monterey, Brooks.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986). The social identify theory of intergroup behavior. In: S. Worchel & W. G. Austin. (eds.), *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson.
- Tavolaro, L. G. M. (2009). Teoria Social e o (re) conhecimento da raça: dilemas e reflexões. *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 18 (2), pp 53-76. <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/183/149>
- Teixeira, M. De P. (2003). *Negros na universidade: Identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Ed. Pallas. Rio de Janeiro.
- Terry, D. J., Hogg, M. A., & Blackwood, L. (2001). Prejudiced attitudes, group norms, and discriminatory behaviour. In M. Augoustinos & K. J. Reynolds (Eds.), *Understanding prejudice, racism, and social conflict* (pp. 140–155). London: SAGE Publications.
- Torres, A. R. R., Martignoni, T., V., L. & Oliveira, T. M.(2011) Contato, Sentimentos Intergrupais, Identidade Social, Preconceito e Dívidas Históricas: O caso dos Indígenas em Goiás. In Techio, E. M. & Lima, M. E. O. (orgs) *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. Brasília: TechnoPolitik

- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder: Westview.
- Turra, C. & Venturi, G. (1995) Racismo cordial: a mais complete análise sobre preconceito de cor no Brasil. Folha de São Paulo/Datafolha. Editora Ática, São Paulo.
- Turner, J. C. (1985). Social categorization and the self-concept: A social cognitive theory of group behavior. In E. J. Lawler (Org.). *Advances in group processes*. (Vol. 2). Greenwich, CT: JAI Press.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Blackwell.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e relações intergrupais. *Análise Social*. Quarta Série, 32 (140) 7-29. <http://www.jstor.org/action/showPublisher?publisherCode=icsul> Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa.
- Vala, J. (2003). Simetrias e Identidades: perspectivas teóricas sobre a descrição de um grupo minoritário. In Vala, J. (Coord) *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Van Dijk, T. A. (1999/2006). *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Editorial Gedisa, S.A. Barcelona España.
- Van Dijk, T. A. (1997). *Racismo y analisis crítico de los medios*. Buenos Aires, Paidós.
- Van Dijk, T. A. (2011). *Ideología y discurso: Una introducción multidisciplinaria*, Ariel *Lingüística*, Editorial Planeta, Barcelona.
- Van Laar, C., Levin, S., & Sinclair, S.(2008). Social identity and personalidentity concerns in stereotype threat: The case of affirmative action. *Basic and Applied Social Psychology*, 30(4), 295-310.
- Viana, F.J. O. (1922) *O Typo brasileiro. Seus elementos formadores*. In: Dicionário histórico, geográfico e etnológico do Brasil – V. I,Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 277-290.

- Viana, F. J. O. (1956) *Evolução do Povo Brasileiro. 4 ed.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Wetherell, M. (1996). *Identities Groups and Social Issues.* The Open University Califórnia, EUA.
- Winant, H. (2000). *The Theoretical Status of the Concept of Race.* In: Les Back & SOLOMOS, J. (orgs). *Theories of Race and Racism: a Reader.* London and New York: Routledge.
- Zoninsein, J. & Júnior, J.F. (2008). *A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro.* In. Zoninsein, J. & Júnior, J.F.(orgs). *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro.* Ed. EFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ.

Anexos

Anexo 1 - Questionário sócio demográfico

Idade: _____

Sexo: (1) Feminino (2) Masculino

Renda Familiar: R\$ _____

Religião: _____

Onde estuda: () Universidade _____

Escolaridade/Período: _____

Curso: _____

Em relação a sua cor de pele, você se considera:

() Negro

() Branco

() Moreno, com predomínio de negro

() Moreno, com predomínio de branco

Outro: _____

Anexo 2 –Índice Identificação racial

Instruções: essas duas questões perguntam o quanto você identifica com brancos e com negro, para tanto solicitamos que você responda às duas questões.

O quanto você se identifica com o pensamento, a cultura e a forma de ser dos **brancos**?

Nenhuma Identificação	Identificação total
(0) (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)	

O quanto você se identifica com o pensamento, a cultura e a forma de ser dos **negros**?

Nenhuma Identificação	Identificação total
(0) (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)	

Anexo 3 – Avaliação dos estereótipos

Instruções: abaixo você será solicitado a escrever três características que mais admira e menos nos brancos, negros e cotistas. Por favor, ordene por característica que julga ser mais marcante.

Quais as 3 coisas que: (ordene)

1. Mais admira nos Negros
2. Menos admira nos Negros
3. Mais admira nos Brancos
4. Menos admira nos Brancos
5. Mais admira nos Cotistas
6. Menos admira nos Cotistas

Anexo 4 – Avaliação de contato

Instruções: Nesta questão está sendo solicitado o percentual de pessoas de cor negra que você conhece. Marque o valor percentual, estimado, que você identifica.

1. Quantos por cento (%) dos seus AMIGOS são de COR NEGRA?

Nenhum (0) (10) (20) (30) (40) (50) (60) (70) (80) (90) (100) **Todos**

2. Quantos por cento (%) dos seus FAMILIARES são de COR NEGRA?

Nenhum (0) (10) (20) (30) (40) (50) (60) (70) (80) (90) (100) **Todos**

3. Quantos por cento (%) dos ALUNOS da sua escola/universidade são de COR NEGRA?

Nenhum (0) (10) (20) (30) (40) (50) (60) (70) (80) (90) (100) **Todos**

4. Quantos por cento (%) dos BRASILEIROS são de COR NEGRA?

Nenhum (0) (10) (20) (30) (40) (50) (60) (70) (80) (90) (100) **Todos**

Anexo 5- Escala das normas do igualitarismo e da meritocracia

Instruções: As seguintes frases expressam como deveriam ser as condutas, individuais, interpessoais e entre nações, em situações de desvantagens para uma das partes.

Responda as seguintes questões assinalando o quanto concorda ou discorda das afirmações abaixo.

Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Nem discordo, nem concordo 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5
--------------------------	----------------------------	---------------------------------	----------------------------	--------------------------

1. A maior parte das pessoas gasta muito tempo em atividades não lucrativas.	()
2. A maior parte das pessoas não tem sucesso na vida porque são preguiçosas.	()
3. A nossa sociedade teria menos problemas se as pessoas tivessem menos tempo de lazer.	()
4. A vida não teria sentido se não tivéssemos que sofrer um pouco.	()
5. Agir no sentido de defender os interesses e direitos dos membros da sociedade é obrigação de todos.	()
6. Ao lidar com criminosos, os tribunais deveriam reconhecer que muitos deles foram vítimas das circunstâncias.	()
7. Aqueles que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas devem ser ajudados.	()
8. As nações mais prósperas têm obrigação de dividir as suas riquezas com as mais pobres.	()
9. As pessoas que trabalham duro naquilo que fazem têm mais chances de construir uma vida melhor para elas próprias.	()
10. De modo geral, o dinheiro conseguido facilmente é gasto de modo pouco acertado.	()
11. Devemos encontrar formas de ajudar as pessoas que têm dificuldades.	()
12. Devemos preocupar-nos com o bem-estar dos outros.	()

13. Devemos ser bondosos para todos os tipos de pessoas.	()
14. Deveria existir igualdade entre todos, pois somos todos seres humanos.	()
15. Em todas as coisas da vida, todos deveriam ter oportunidades iguais.	()
16. Normalmente as pessoas que falham nos seus trabalhos o fazem porque não se esforçaram o suficiente.	()
17. Qualquer pessoa que esteja disposta a trabalhar tem muitas chances de ser bem sucedida.	()
18. Sinto-me mal quando não tenho o que fazer.	()
19. Uma pessoa que enfrenta até mesmo as tarefas mais difíceis com entusiasmo tem muitas chances de subir na vida.	()
20. Uma sociedade justa é aquela em que as pessoas se sentem responsáveis umas pelas outras.	()

Anexo 6 – Escalas do Preconceito Sutil e Preconceito Flagrante

Instruções: As questões abaixo, precisam ser respondidas de acordo com o que está sendo pedido.

Responda as seguintes questões assinalando o quanto concorda ou discorda das afirmações abaixo.

Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Nem discordo, nem concordo 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5
--------------------------	----------------------------	---------------------------------	----------------------------	--------------------------

1. Os negros ocupam os empregos que deveriam ser dos brancos.	()
2. Os negros recebem apoio governamental mas poderiam passar sem ele.	()
3. Os negros e os brancos nunca vão ficar realmente a vontade um com o outro, mesmo que sejam amigos íntimos	()
4. Os programas políticos no Brasil dão muita importância aos negros mas não o suficiente para os brancos.	()
5. Os negros vêm de raça menos capazes e isso explica porque eles não estão tão bem quanto a maioria das pessoas brancas	()
6. Eu estaria disposto a ter relações sexuais com uma pessoa negra	()
7. Eu não me importaria de ter um negro como o meu chefe.	()
8. Eu não me importaria que uma pessoa negra da mesma classe social e econômica que a minha casasse com alguém da minha família	()
9. Os negros não devem ocupar espaços onde não são desejados.	()
10. Outros grupos conseguiram superar o preconceito com próprios esforços. Os negros deveriam fazer o mesmo sem receber favor especial.	()
11. Se os negros se esforçassem mais eles poderiam estar tão bem quanto os brancos.	()
12. Os negros deveriam ensinar valores e habilidades aos seus filhos para serem bem sucedidos.	()
13. Não me importaria de ter um filho negro	()

Responda as seguintes questões sobre as diferenças e semelhanças entre Pessoas Brancas e Negras

Muito diferente 1	Um pouco diferente 2	Algo semelhante 3	Muito semelhante 4
----------------------	-------------------------	----------------------	-----------------------

1.	Nos valores que eles ensinam a seus filhos.	()
2.	Em suas crenças e práticas religiosas.	()
3.	Em seus valores sexuais ou práticas sexuais.	()
4.	Na maneira de falar.	()
5.	Em termos de honestidade.	()

Abaixo, responda o quanto sentiu emoções em relação a pessoas negras.

Nunca 1	Pouca frequência 2	Bastante frequência 3	Muitas vezes
------------	-----------------------	--------------------------	--------------

1.	Quantas vezes você já sentiu simpatia pelos negros.	()
2.	Quantas vezes você sentiu admiração pelos negros.	()

Anexo 7- Escala de Orientação à Dominância Social

Instruções: As seguintes frases expressam como deveriam ser as condutas, individuais, interpessoais e entre nações, em situações de desvantagens para uma das partes.

Responda as seguintes questões assinalando o quanto concorda ou discorda das afirmações abaixo.

Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Nem discordo, nem concordo 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5
--------------------------	----------------------------	------------------------------------	----------------------------	--------------------------

1. A igualdade entre os grupos deve ser o nosso ideal.	()
2. Alguns grupos são simplesmente superiores a outros.	()
3. Em certas ocasiões é necessário usar a força contra outros grupos.	()
4. Deveríamos nos esforçar para igualar as rendas entre os diversos grupos sociais.	()
5. Devemos fazer o que for possível para igualar as condições dos diversos grupos sociais.	()
6. Deveríamos aumentar a igualdade social.	()
7. Os grupos inferiores deveriam ser mantidos em seu lugar.	()
8. Nenhum grupo deve dominar outro na sociedade.	()
9. É natural que um grupo tenha mais oportunidades na vida que outros.	()
10. A diferença entre grupos sociais é natural e deveria ser mantida.	()
11. Para progredir na vida, às vezes, é necessário passar por cima dos outros grupos.	()
12. Provavelmente é bom que certos grupos estejam em uma posição superior e outros em uma posição inferior.	()
13. Se certos grupos permanecessem em seu devido lugar, teríamos menos problemas.	()
14. Seria bom que todos os grupos pudessem ser iguais.	()
15. Teríamos menos problemas se tratássemos os grupos diferentes de forma igualitária.	()
16. Todos os grupos devem ter as mesmas oportunidades na vida.	()

Anexo 8 – Escala Pro-negro e Antinegro

Instruções: Responda as seguintes questões assinalando o quanto você concorda ou discorda das afirmações abaixo.

Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Nem discordo, nem concordo 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5
--------------------------	----------------------------	------------------------------------	----------------------------	--------------------------

1. A maior causa dos problemas sociais e econômicos dos negros no Brasil se deve ao fato de existir uma grande instabilidade e fraqueza no seio das famílias negras.	()
2. A maior parte das empresas do nosso país demonstram um grande interesse em tratar os seus empregados negros e brancos de forma igual.	()
3. A maior parte dos jovens negros não respeita a si mesmo e nem respeita aos outros.	()
4. A maior parte dos negros não sofre discriminação racial no Brasil.	()
5. A maioria dos negros tem capacidade e motivação para serem bem sucedidos na vida.	()
6. Apesar de algumas exceções, os bairros habitados majoritariamente por pessoas negras demonstram uma grande desorganização e carência de lideranças comunitárias.	()
7. As escolas públicas dos bairros pobres e muitas vezes a necessidade de trabalhar não favorecem aos negros, na sua luta por oportunidades iguais na nossa sociedade.	()
8. De modo geral, os negros não aproveitam as oportunidades que lhes são dadas no trabalho e na escola.	()
9. De uma forma geral, os negros não investem muito esforço na sua educação e formação.	()
10. Deveriam ser dados incentivos às empresas que tratassem seus funcionários de modo igualitário, sem discriminação com base na cor da pele.	()
11. É surpreendente quando os negros são bem-sucedidos, pois enfrentam numerosos obstáculos.	()
12. Este país seria mais desenvolvido se estivesse disponível para aceitar as coisas boas que a cultura dos africanos tem a oferecer.	()

13. Muitas pessoas brancas demonstram falta de compreensão com relação aos problemas dos negros na sociedade brasileira.	()
14. Muitos negros continuam a não ser promovidos ou a perder empregos apenas por causa da cor da sua pele.	()
15. Os negros deveriam ocupar postos de trabalhos que estão disponíveis e se esforçar para alcançar os melhores empregos.	()
16. Os negros não possuem as mesmas oportunidades de emprego que os brancos possuem.	()
17. Os negros têm muito mais a oferecer à sociedade do que aquilo que lhes foi permitido mostrar.	()
18. Um dos maiores problemas das pessoas negras é a falta de respeito para consigo mesmas.	()
19. As crianças negras seriam melhor na escola se os pais valorizassem a aprendizagem.	()
20. Pouquíssimas pessoas negras estão à procura de uma oportunidade	()

Anexo 9 – Escala do Racismo Moderno

Instruções: Responda as seguintes questões assinalando o quanto concorda ou discorda das afirmações abaixo, sobre as **PESSOAS DE COR NEGRA**:

Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Nem discordo, nem concordo 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5
--------------------------	----------------------------	------------------------------------	----------------------------	--------------------------

1. Recebem mais do que merecem	()
2. Recebem demasiado respeito e consideração	()
3. Exigem muitos direitos	()
4. Possuem demasiada influência política	()
5. Não são discriminadas no Brasil	()
6. Estão melhor agora do que nunca	()
7. Não necessitam de ajuda oficial, mas de se organizarem melhor	()
8. Devem superar o preconceito sem apoio, como outros grupos o fizeram.	()

Anexo 10 – Escala de motivações para controle do preconceito

Instruções: Responda as seguintes questões assinalando o quanto concorda ou discorda das afirmações abaixo.

Discordo totalmente 1	Discordo parcialmente 2	Nem discordo, nem concordo 3	Concordo parcialmente 4	Concordo totalmente 5
1. Devido aos meus valores pessoais creio que é errado usar estereótipos acerca das pessoas negras.				()
2. São as minhas crenças pessoais que me motivam a ser não-preconceituoso (a) face às pessoas negras.				()
3. Se eu agisse de forma preconceituosa com pessoas negras, me preocuparia que as outras pessoas se irritassem comigo.				()
4. Segundo meus valores pessoais, o uso de estereótipos contra pessoas negras é aceitável.				()
5. Ser não-preconceituoso (a) face às pessoas negras é importante para o meu autoconceito.				()
6. Tendo em conta a pressão atual para se ser politicamente correto, tento parecer não preconceituoso (a) face às pessoas negras.				()
7. Tento agir de forma não-preconceituosa face às pessoas negras devido à pressão de outras pessoas.				()
8. Tento agir de forma não-preconceituosa face a pessoas negras porque é um assunto muito importante para mim.				()
9. Tento esconder quaisquer pensamentos negativos sobre as pessoas negras, de modo a evitar reações negativas por parte de outras pessoas.				()
10. Tento parecer não-preconceituoso (a) face às pessoas negras, de modo a evitar censura por parte das outras pessoas.				()

Anexo 11 – Posicionamento e avaliação de justiça em relação às Política de Cotas

Intruções: Atualmente, tem-se discutido no Brasil a política de cotas, (uma divisão das vagas nos cargos públicos, nos partidos políticos, etc...), que protege grupos minoritários, separando uma percentagem das vagas para mulheres, deficientes, pessoas de cor negra, alunos provenientes de escolas públicas, etc. Esta política de cotas também tem sido aplicada em relação à universidade e às vagas no vestibular.

Neste sentido, **qual deve ser, EM SUA OPINIÃO, a proporção de vagas reservadas para pessoas de cor negra, no processo seletivo do vestibular das universidades públicas?**

Nenhuma (0) (10) (20) (30) (40) (50) (60) (70) (80) (90) (100) Todas

Justifique a sua escolha da proporção de vagas do vestibular reservadas para pessoas de cor negra.

O quão justa você considera a reivindicação de vagas para negros nas universidades públicas?

Nada Justa	Pouco Justa	Medianamente Justa	Muito Justa	Extremamente Justa
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)

Por quê?

Anexo 12 – Termo de consentimento livre e esclarecidos



Prezado(a) participante,

Obrigada por sua participação voluntária nessa pesquisa que objetiva verificar as imagens que a sociedade forma a respeito de pessoas de cor negra e de pessoas de cor branca. Neste sentido é importante que você responda de maneira sincera o que pensa sobre pessoas negras e brancas. Não existem respostas certas ou erradas o que importa é a sua opinião acerca de algumas questões abordadas abaixo.

Este trabalho está sendo realizado por Patrícia da Silva (Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia), sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira (Universidade Federal da Bahia), como pré-requisito para o desenvolvimento da tese de doutorado e posterior publicação científica.

Caso concorde em participar, é importante que você saiba:

- A sua participação não é obrigatória;
- A qualquer momento você pode desistir de participar;
- Não é necessário se identificar;
- Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégio particular por estar participando, como também não se utiliza de procedimentos invasivos ou que promovam mal-estar derivado diretamente pela cessão das informações pretendidas;
- Será mantido o sigilo e anonimato dos participantes durante todo o processo de pesquisa e após a sua publicação;
- Somente pesquisador terá acesso aos questionários respondidos;
- Através do endereço de email da pesquisadora (dasilvapaty@yahoo.com.br) você pode entrar em contato, caso tenha alguma dúvida ou questão a esclarecer;
- Você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa através do contato fornecido;
- Lembramos que o sucesso desta pesquisa depende de sua sinceridade.

Obrigada pela participação.

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____

() Concordo em participar da pesquisa acima referida, estando ciente dos seus objetivos e possibilidades que me foram esclarecidas.

 Patrícia da Silva
 Contato: xxxxxxxx

 Participante